

**VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: desafios às políticas de saúde e
de direitos humanos**

HUGO DEMÉSIO MAIA TORQUATO PAREDES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO – UENF**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO – 2024**

**VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE
VIOLÊNCIA: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos**

HUGO DEMÉSIO MAIA TORQUATO PAREDES

Tese apresentada ao Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte
das exigências para obtenção do título de
Doutor em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Doutora Lilian Sagio Cezar
Co-Orientador: Prof. Doutor Nilo Lima de Azevedo

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO – 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

P227

Paredes, Hugo Demésio Maia Torquato.

VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA : desafios às políticas de saúde e de direitos humanos / Hugo Demésio Maia Torquato Paredes. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

136 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientadora: Lilian Sagio Cezar.

Coorientador: Nilo Lima de Azevedo.

1. Políticas Sociais. 2. Saúde. 3. Direitos Humanos. 4. Gênero. 5. Violência. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos

HUGO DEMÉSIO MAIA TORQUATO PAREDES

Tese apresentada ao Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte
das exigências para obtenção do título de
Doutor em Políticas Sociais.

Aprovada em 11 de novembro de 2024.

Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente

JANIA PERLA DIOGENES DE AQUINO

Data: 04/12/2024 14:17:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jania Perla Diógenes de Aquino (Doutora, Ciência Social) – UFC



Documento assinado digitalmente

MARIA CRISTINA SILVA FURTADO

Data: 24/11/2024 12:49:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Cristina Silva Furtado (Doutora, Teologia Fundamental Sistemática) –
PUC Minas



Documento assinado digitalmente

SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

Data: 25/11/2024 15:17:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Shirlena Campos de Souza Amaral (Doutora, Ciências Sociais e Jurídicas) –
UENF



Documento assinado digitalmente

NILO LIMA DE AZEVEDO

Data: 25/11/2024 10:22:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nilo Lima de Azevedo (Doutor, Sociologia Política) – UENF



Documento assinado digitalmente

LILIAN SAGIO CEZAR

Data: 22/11/2024 10:44:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lilian Sagio Cezar (Doutora, Antropologia) – UENF

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres transexuais que enfrentam diariamente a perversidade do ser humano, pronto a disseminar preconceito. Ainda, dedico especialmente ao meu avô Demésio Maia (*in memoriam*) que sempre me cultivou e estimulou o desejo pelo conhecimento e, hoje, finalizo uma etapa acadêmica de grande peso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado condições físicas e mentais para encarar a árdua jornada de aulas e realização desta pesquisa. Ainda, agradeço ao Pai pela constante proteção no trajeto às aulas, vivendo na estrada.

Aos meus pais Maria Tereza e Antonio, pelo suporte emocional e familiar que sempre me ofereceram, mostrando o quanto se mostra necessário o apoio dos pais na realização de sonhos. Vocês representam tudo que eu sou e conquistei.

Ao meu marido, incansavelmente paciente em entender essa etapa da minha vida, oferecendo apoio e conforto nos momentos difíceis. Sem você, o caminho teria sido muito mais difícil.

Agradeço a minha tia e madrinha Fátima pelo incansável suporte financeiro que tanto me condicionou a concretização desta pesquisa. Obrigado por tanto.

Ao meu irmão, Renan, que sempre se manteve presente, mesmo distante fisicamente, apoiando-me e dando suporte ao longo do doutorado. Estou sempre aqui por você, como tem estado por mim.

Ainda, agradeço a minha coordenadora no ambiente de trabalho, Renata, pela compreensão nos momentos de ausência. Obrigado pela paciência, aprendizado e confiança.

Agradeço aos meus incríveis orientadores, Prof^ª. Lilian e Prof. Nilo, que foram primordiais nas orientações e condução acadêmica ao longo do doutorado. Obrigado por tudo, ao longo desses anos.

À banca, com todas suas ricas contribuições e sugestões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa. Feliz e completo com a conclusão da tese com o auxílio de todos.

À minha grande amiga, Adriana, por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar na conclusão desta tese, desde a época da graduação. Obrigado por sempre se fazer presente.

Às minhas pacientes e alunos, pela compreensão nos atrasos para iniciar os atendimentos e as aulas, tendo em vista as aulas no início da jornada do

doutorado. Obrigado pela confiança no meu trabalho e por acreditarem na finalização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

Who I Am – Wyn Starks

I've been closing the door
All my life, held it in but not anymore
Got two feet on the floor
This is it, I'm stronger than ever before

Pardon my imposition
But this is my conviction
I need to get this off my mind

I gotta be me, gotta be I
Gotta be who I know I am inside
Can finally breathe, taking it in
Look at me flying!

It's always been there, it just took me a minute to find it
If I were to be anybody else, I'd just be hiding
Who I am
Who I am

Lookin' back, back on a little boy
Never gave him a chance to ever be more
I didn't love him but I'm gonna love him right now and forever
It's time to push open the door

Pardon my imposition
But this is my conviction
Ain't nothing left to hold me down, no

I gotta be me, gotta be I
Gotta be who I know I am inside
Can finally breathe, taking it in
Look at me flying!

It's always been there, it just took me a minute to find it
If I were to be anybody else, I'd just be hiding
Who I am
Who I am

It's always been there, it just took me a minute to find it
Who I am

Gotta be me, gotta be I
Gotta be who I know I am inside
Can finally breathe, taking it in
Look at me flying!

It's always been there, it just took me a minute to find it
If I were to be anybody else, I'd just be hiding
Who I am
Who I am

It's always been there, it just took me a minute to find it
Who I am, yeah

Quem Sou Eu

Eu tenho fechado a porta
Toda a minha vida, segurei, mas não mais
Tenho dois pés no chão
É isso, estou mais forte do que nunca

Perdoe minha imposição
Mas esta é a minha convicção
Eu preciso tirar isso da minha mente

Eu tenho que ser eu, tenho que ser eu
Tenho que ser quem eu sei que sou por dentro
Finalmente posso respirar, tomar
Olhe para mim voando!

Sempre estive lá, só levei um minuto para encontrá-lo
Se eu fosse outra pessoa, estaria apenas me escondendo
Quem eu sou
Quem eu sou

Olhando para trás, para trás em um garotinho
Nunca lhe deu a chance de ser mais
Eu não o amava, mas vou amá-lo agora e para sempre
É hora de empurrar a porta

Perdoe minha imposição
Mas esta é a minha convicção
Não há mais nada para me segurar, não

Eu tenho que ser eu, tenho que ser eu
Tenho que ser quem eu sei que sou por dentro
Finalmente posso respirar, tomar
Olhe para mim voando!

Sempre estive lá, só levei um minuto para encontrá-lo
Se eu fosse outra pessoa, estaria apenas me escondendo
Quem eu sou
Quem eu sou

Sempre estive lá, só levei um minuto para encontrá-lo
Quem eu sou

Tenho que ser eu, tenho que ser eu
Tenho que ser quem eu sei que sou por dentro
Finalmente posso respirar, tomar
Olhe para mim voando!

Sempre estive lá, só levei um minuto para encontrá-lo
Se eu fosse outra pessoa, estaria apenas me escondendo
Quem eu sou
Quem eu sou

Sempre estive lá, só levei um minuto para encontrá-lo
Quem eu sou, sim

É uma violência, tipo assim, não poder viver isso também é uma violência.

RESUMO

Esta pesquisa de tese interdisciplinar que articula análises a partir do campo da Saúde, das Políticas Sociais e dos Direitos Humanos analisa os significados atribuídos por mulheres transexuais às questões e vivências de violência. Para isso investigamos o contexto do oferecimento de políticas públicas voltadas para a saúde prestadas pelo ambulatório LGBTIA+ do município de Macaé, RJ, identificando demandas e possíveis entraves no acolhimento dessas mulheres, a partir da perspectiva delas. Também analisamos o impacto das violências vivenciadas na vida de mulheres transexuais, para o estabelecimento dos direitos humanos e políticos. A partir de metodologia de pesquisa científica qualitativa, de base descritiva e cunho analítico, procedemos levantamento bibliográfico e documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas, em profundidade, com nove mulheres atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ abordando seus diferentes cenários de vida. A análise destas narrativas foi feita a partir do Discurso do Sujeito Coletivo e revelam as nuances da manutenção de mulheres transexuais na vivência da violência, evidenciando que, independentemente de classe social e raça-etnia estas vivem situações de vulnerabilidade, não tendo garantias de acesso à direitos básicos em decorrência do não estabelecimento de direitos humanos, provindos de uma sociedade enraizada no machismo estrutural, atrelado ao patriarcado. Nossas análises também demonstram a importância que o Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ vem tendo na vida dessas mulheres, no acompanhamento integral e empoderamento delas, suas lutas e reivindicações. Por fim, apresentamos interfaces de pesquisas e questionamentos para novos estudos futuros.

Palavras-chave: Políticas Sociais, Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Violência

ABSTRACT

Violence perpetrated against women is a reality that transcends the remaining bodily marks, an issue related to consubstantial weight, and can even lead to their death, regardless of gender. Violence has a broad concept and is configured as the main violation of women's human rights, in addition to causing untold harm to their family and social life, regardless of social class, religion, ethnicity, age, among others. This reality also shows us the social patriarchy that culminates in social contempt and death of transgender women, reaffirming gender disparities. The specific objectives of this research were: (1) To describe the meaning of transgender women, from their perspective, in the context of health care provided by the LGBTQIAP+ Ambulatory; (2) to explain the obstacles in the care of transgender women, from their perspective, regarding the issues of violence experienced; (3) to analyze the impact of the violence experienced, in the lives of transgender women, for the establishment of human and political rights. As a methodology, this is a qualitative research, with a descriptive and analytical basis, using the Discourse of the Collective Subject for data analysis. As results, it presents nine women interviewed and their different life scenarios, showing the maintenance of transsexual women in the experience of violence and in the establishment of human rights, providing a society rooted in structural machismo, tied to patriarchy. It also shows that they were between the ages of 20 and 46; 1/3 white and 2/3 black and brown; and four with family incomes above three minimum levels; four of them with access to higher education. To conclude, it was obtained that the research concluded about different life scenarios based on suffering and culminating in violence, evidencing that a transsexual woman is vulnerable and without guarantee of basic rights. Even so, it showed the importance that the LGBTQIAP+ Ambulatory of Macaé/RJ has had in the lives of these women in the comprehensive monitoring and empowerment for class struggles. It presents research interfaces that promise new studies for better understanding.

Keywords: Social Policies, Health, Human Rights, Gender, Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Ilustração do estado da arte levantado a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.....	37
Figura 02. Identidade de Gênero da Vítima.....	54
Figura 03. Mapa do Município de Macaé/RJ, 2024.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Levantamento bibliográfico quantitativo de produções acadêmicas pautado na temática da violência vivenciada por mulheres transexuais. Município de Macaé/RJ, 2024.....	33
Quadro 02. Descrição do Estado da Arte pautado na temática da violência vivenciada por mulheres transexuais. Município de Macaé/RJ, 2024.....	34
Quadro 03. Produção de teses e dissertações nos últimos 10 anos disponíveis na íntegra.....	38

LISTA DE TABELA

Tabela 01. Análise quantitativa das produções acadêmicas selecionadas.....41

Tabela 02. Caracterização dos usuários cadastrados no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ acerca da orientação sexual e identidade de gênero.....75

Tabela 03. Perfil sociodemográfico de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ.....77

LISTA DE ABREVIATURAS

AGU – Advocacia Geral da União
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BDENF – Banco de Dados em Enfermagem
BVS – Biblioteca Virtual em Saúde
CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CCH – Centro de Ciências do Homem
CEAM – Centro Especializado de Atendimento às Mulheres
CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBSP – Fórum Brasileiro de Saúde Pública
FGV – Fundação Getúlio Vargas
HIV – Vírus da imunodeficiência humana
IACOL – Introdução da Alimentação Complementar do Lactente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LGBTQIAP+ – lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, polissexuais
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MT – Mato Grosso
NUAM – Núcleo de Atendimento a Mulher
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial da Saúde
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PL – Projeto de Lei
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

PSL – Partido Social Liberal

RSS – Representações Sociais

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

WHO – World Health Organization

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E APROXIMAÇÃO COM A LINHA DE PESQUISA.....	18
CAPÍTULO 1. O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DO CONTEXTO DA REALIDADE SOCIAL E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS.....	22
1.1 Violência, gênero e acesso à saúde.....	24
1.2 Identidade, Gênero e Transexualidade.....	30
1.3 Violência contra mulheres trans no Brasil: panorama das publicações científicas.....	33
1.4 Teses e Dissertações como análises teóricas.....	37
CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE MULHERES TRANS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	50
2.1 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	55
2.2 2ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	58
2.3 3ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	61
2.4 4ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	63
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA DE PESQUISA E DE ANÁLISE DE DADOS.....	65
3.1 Tipo de pesquisa.....	65
3.2 Método de pesquisa.....	66
3.3 Procedimento de produção e coleta de dados.....	67
3.4 Técnica de coleta.....	69
3.5 Perspectiva teórica de interpretação.....	70
3.6 Cenário de Pesquisa.....	71
3.7 Participantes.....	73

3.8 Aspectos éticos.....	73
CAPÍTULO 4. INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	75
4.1 Descrição e análise do perfil sociodemográfico de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ.....	75
4.2 Categorias de análise à luz do Discurso do Sujeito Coletivo.....	81
4.3 CATEGORIA I – A vivência de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ e demais contextos de saúde.....	83
4.4 CATEGORIA II – Os percalços existentes no cotidiano da vida de uma mulher transexual a partir de episódios violentos.....	92
4.4.1 Relações familiares.....	92
4.4.2 Contexto social.....	97
4.4.3 Autorreconhecimento.....	100
4.5 CATEGORIA III – A (não) garantia dos direitos humanos e políticos de mulheres transexuais a partir do cenário de violência ao longo da vida.....	103
4.6 A arbitrariedade da trajetória metodológica.....	111
CONCLUSÕES.....	113
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	127
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	127
APÊNDICES.....	130
APÊNDICE A.....	130
APÊNDICE B.....	133
APÊNDICE C.....	135
CRONOGRAMA.....	136

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E APROXIMAÇÃO COM A LINHA DE PESQUISA

Ao longo da formação acadêmica, durante a graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Campus Macaé (2018) foi possível deparar-me com o contexto de cuidado integral à saúde de diferentes populações, em seus diferentes contextos sociais. Durante o terceiro período de formação dentro da graduação, aproximei-me e passei a fazer parte de um projeto de extensão e pesquisa intitulado *Incentivo da Alimentação Complementar do Lactente (IACOL)*, cujo objetivo era realizar a promoção do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida e, complementado, até os dois anos de idade, conforme diretrizes do Ministério da Saúde.

Neste cenário, pude perceber entraves para a realização da prática do aleitamento materno e, permeando essa realidade, deparei-me com a questão da violência vivenciada por mulheres lactantes. Seguindo, no quinto período da graduação, ingressei no ciclo clínico do aprendizado da Enfermagem e, na disciplina de Saúde da Mulher, pude ter certeza da minha escolha enquanto trajetória profissional.

A sequência formativa da graduação fez-me conhecer a integralidade do cuidado de diferentes atores sociais e, conseqüentemente, suas dificuldades diárias. Nesta razão, a violência continuou fazendo parte dessa realidade e cada vez mais presente e me fazendo despertar ainda mais o interesse de pesquisa.

Ao final da graduação e imediato ingresso no Mestrado em Enfermagem, idealizei um projeto de pesquisa a ser desenvolvido na temática da violência contra a mulher, objetivando investigar a realidade desse problema de saúde pública na vida das mulheres macaenses. O projeto foi seguido e desenvolvido no Município de Macaé-RJ e desdobrou na finalização de uma dissertação de Mestrado, defendida e aprovada em 23 de julho de 2020.

A pesquisa trouxe dados importantes acerca da violência interpessoal perpetrada pelo parceiro íntimo dentro do município de Macaé, RJ, expondo assim a realidade da cidade interiorana, sendo que as pesquisas dentro desta temática permeiam em grandes centros urbanos. Assim, de acordo com a dissertação de Mestrado defendida, os principais tipos de violência vivenciadas pelas mulheres macaenses foram física e psicológica, moral, patrimonial, cárcere privado e sexual, seguindo ordem decrescente. Estes dados corroboram com as pesquisas atuais

dentro da temática da violência perpetrada pelo parceiro íntimo, mostrando a repetição do padrão de ocorrência da violência às mulheres.

Nesta época, já nos encontrávamos em restrições sanitárias devido à pandemia da Covid-19 e, em consequência, a dissertação teve que ser defendida virtualmente. No transcorrer do tempo, as notícias do aumento do número de agressões às mulheres só aumentaram, devido ao maior convívio entre vítima e agressor em virtude do isolamento social.

Neste intermédio de tempo, passei a fazer parte do mercado de trabalho, atuando no combate à pandemia da Covid-19 no município de Macaé. No entanto, meses depois, fui convidado a coordenar o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, gerenciando as ações desenvolvidas em prol da saúde das mulheres do referido município.

Hoje, faço parte da equipe de coordenação do programa, porém não mais enquanto coordenador e atuo na assistência de mulheres de forma rotineira, nas consultas ginecológicas. O diferencial é que o ambiente de trabalho o qual estou inserido, o Núcleo de Atendimento às Mulheres (NUAM), comporta, também, o Ambulatório LGBTIA+, sendo responsável pelo atendimento de toda população LGBTIA+.

Com essa proximidade, passei a entender melhor a realidade de mulheres e homens transexuais, bem como pessoas cisgênero com orientações sexuais não heteronormativas e binárias. Assim, foi-me despertando o interesse em entender melhor essa grande dispersão conceitual de sexo e gênero e, portanto, aproximá-la do ambiente acadêmico, através do desenvolvimento de pesquisa científica.

Além disso, o interesse foi despertado pelo próprio posicionamento da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1990) que removeu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), rompendo com o paradigma imposto socialmente de entender a homossexualidade e qualquer outra alteração de gênero padronizado, como desvios de caráter e problemas psíquicos de saúde.

Portanto, ao tomar conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), oferecido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, fiquei entusiasmado com a possibilidade de ingresso. Assim, iniciei um pré-projeto de pesquisa a fim de entender a violência vivenciada por mulheres

transexuais e o submeti no processo seletivo do curso de Doutorado PPGPS, o qual tive aprovação.

Por esta razão, a pesquisa tem sido desenvolvida dentro deste programa de pós-graduação, oferecido pelo Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF na linha de pesquisa de EDUCAÇÃO, CULTURA, POLÍTICA E CIDADANIA, justamente por tentar entender a complexidade da violência na vida das mulheres transexuais.

Os objetivos propostos pela dissertação de mestrado desenvolvida entre os anos de 2018 e 2020 permearam na perspectiva da violência no que compreende as questões de saúde envolvidas, entendendo a necessidade da visão holística dessas mulheres no contexto social. Além disso, constatou-se a permanência da violência de forma tão corriqueira no município de Macaé, seguindo o padrão nacional, e a falta de políticas públicas efetivas para resguardar os direitos dessas mulheres.

Já para o doutorado, a ideia foi a permanência na mesma linha de pesquisa, porém entendendo a complexidade da questão da violência e o fato de transpassar não só as questões de saúde, porém os vieses políticos envolvidos nesta realidade. Portanto, o ingresso no PPGPS permitiu a contemplação do desenvolvimento de uma pesquisa no que concerne à realidade das políticas públicas voltadas à sociedade para resguardar os direitos humanos das mulheres transexuais.

A violência perpetrada às mulheres é uma realidade que transcende as marcas corporais deixadas, questão que está carregada de peso substancial para quem sofre o risco de vida que pode levar sua vítima à morte. A violência carece ser compreendida a partir de uma visão ampla e se configura como a principal violação dos direitos humanos na experiência de vida das mulheres brasileiras. Os seus prejuízos são muitas vezes inenarráveis e as consequências atingem o próprio convívio familiar e social, independentemente de classe social, religião, etnia, idade etc..

Esta investigação busca problematizar, a partir do campo de estudos da área da Saúde, a própria complexidade da violência e possíveis estratégias de construção e implementação de ações interseccionais de enfrentamento e combate às diferentes formas de violências perpetradas às mulheres transexuais. Para tanto elegemos como objeto de estudo analisar as realidades de mulheres transexuais que vivenciam algum tipo de violência buscando compreender sua conexão com a falta de acesso e exercício de direitos humanos e políticos.

Ao longo de dois anos e meio realizamos pesquisa científica qualitativa no Ambulatório LGBTQIAP+ do município de Macaé, RJ, buscando compreender as experiências das mulheres transexuais atendidas, seu cotidiano social e as possíveis reverberações da violência, em suas múltiplas formas, para a realidade de vida dessas mulheres, enquanto preditiva para o não acesso aos direitos humanos e políticos. Buscamos assim analisar as inflexões e significados atribuídos por elas ao próprio conceito de violência, a partir do contexto de acolhimento em saúde oferecido por este Ambulatório LGBTQIAP+.

Estes questionamentos iniciais nos conduziram a adensar a própria investigação e nos fizeram refletir e inventariar a produção de políticas públicas interseccionais por meio das três edições de Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e, não menos importante, a não realização até o momento da quarta Conferência Nacional. A partir destas informações passamos a refletir e nos questionar sobre os possíveis entraves ao estabelecimento dos direitos humanos e políticos e seus reflexos na vida de mulheres transexuais, no que concerne à violência diária?

Para responder a estas questões, ao longo da investigação buscamos entender as formas de violência e a não garantia dos direitos humanos vivenciados por nossas interlocutoras, mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ do município de Macaé. Também buscamos compreender mais sobre o contexto institucional e social das respectivas trajetórias de vida de nossas entrevistadas questionando como seus cenários vivenciados e trajetórias influenciam e, até mesmo, determinam a posição social e as oportunidades individuais. Não obstante, investigamos o papel do próprio ambulatório enquanto política pública capaz de democratizar o acesso ao cuidado da saúde do corpo e mente, representando uma conquista de acesso à política pública coletivamente construída.

CAPÍTULO 1. O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DO CONTEXTO DA REALIDADE SOCIAL E PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

A violência é uma realidade identificada socialmente e que acomete pessoas em diferentes etapas do ciclo da vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) a violência é considerada como um problema de saúde pública e de grande ocorrência na vida da população, além de ser a maior causa de morte de adultos jovens.

Existem diferentes tipos de representações de ocorrência da violência vivenciada pela sociedade no cotidiano. Ao relacionar a violência vivenciada por homens, nota-se a violência mais prevalente no ambiente público (assaltos, brigas de trânsito, discussões públicas, dentre outros). Em contrapartida, a violência vivenciada por mulheres tem sua prevalência dentro do ambiente doméstico, local que deveria ser o refúgio de segurança (FIOCRUZ, 2013).

Em consonância, existem diferentes formas de ocorrência da violência perpetrada às mulheres e, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (BRASIL, 2011), os tipos mais frequentes são: violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Os autores trazem definições aproximadas quanto à tipos e formas de ocorrência da violência, sendo que para Minayo (2017), os tipos de violência estão relacionados com o local de ocorrência, o agressor, dentre outras variáveis, enquanto as formas de ocorrência estão vinculadas à violência vivenciada.

Constata-se que as formas e os tipos de ocorrência da violência estão intrinsecamente relacionados ao gênero da vítima, entendendo que as representações para homens e mulheres ocorrem de diferentes maneiras. A realidade da violência agrava-se quando voltada para a população transexual, em especial, as mulheres trans, tendo em vista a grande vulnerabilidade que sofrem na sociedade pelas questões de gênero e suas representações sexuais no contexto social (FIOCRUZ, 2013).

Entende-se por transexual aquela pessoa que se reconhece e age socialmente de forma diferente àquela designada ao nascimento. Assim, uma mulher transexual é vista, fisiologicamente, como uma pessoa designada pelo sexo masculino, mas que se comporta socialmente enquanto mulher. Dessa forma, a estigmatização social

baseada no gênero subsidia ainda mais a vivência de diferentes contextos violentos por estas mulheres transexuais (PEDRA, 2019).

A mulher transexual representa uma parcela da população que é extremamente vulnerabilizada na vivência dos diferentes tipos de violência, em suas complexas formas de ocorrência. Ademais, verificam-se questões que agravam a vulnerabilidade de mulheres transexuais em vivenciar a violência, relacionando a conjuntura social dessas mulheres às questões de gênero e o machismo do patriarcado ainda presentes na sociedade atual (CARVALHO & RABAY, 2015).

A prevalência da violência vivenciada pelas mulheres transexuais, de acordo com o Relatório 2019 do Disque Direitos Humanos (2019), remete à rua como o ambiente de maior ocorrência. Assim, entende-se a grande vulnerabilidade destas mulheres em vista do local público ser o espaço de maior propensão de vivenciar a violência diariamente presente na sociedade e, portanto, a privação da livre expressão dos direitos humanos básicos.

Quando retratada a violência vivenciada pela mulher transexual, a caracterização mais prevalente remete-se ao não acesso aos direitos humanos, além da estereotipação da própria violência. Portanto, a transexualidade pertencente a um contexto social totalmente imerso na violência, em suas diferentes facetas, dentro das construções machistas e patriarcais culminadas pela sociedade.

A invisibilidade da população transexual, pertencente ao universo LGBT é tão presente na realidade social que são considerados como grupos vulneráveis pelo próprio Relatório 2019 do Disque Direitos Humanos, juntamente com pessoas em restrição de liberdade, em situação de rua, questões raciais, dentre outros (BRASIL, 2019).

Ainda, a falta de representatividade da população LGBT nos contextos de discussão e decisão política, torna a vida dessa população ainda mais fragilizada, entendendo a complexidade da falta de políticas públicas efetivas para resguardar seus direitos. Assim, segundo o filósofo Michel Foucault (1987), em sua obra *“Vigiar e punir”*, o conceito de controle social atém-se a intervenções sociais necessárias para garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos sociais, garantindo assim a soberania popular frente ao Estado, articulando assim a participação social nos momentos decisórios e, portanto, representando a população LGBT para o estabelecimento de políticas públicas efetivas (IAMAMOTO & CARVALHO, 1988; FOUCAULT, 1987).

De acordo com o Relatório supracitado, a população transexual representa 17% dos casos notificados em consequência da denúncia da violência vivenciada, sendo a segunda classificação com maior número de denúncias, ficando atrás apenas das denúncias realizadas por aqueles autodeclarados gays. Dados do próprio relatório mostra a realidade de que, em 2018, 1189 registros de denúncias por discriminação foram feitos por transexuais, tendo sido o motivo mais prevalente de denúncia, efetivando a violência vivenciada e, por conseguinte, a ruptura do estabelecimento de direitos humanos.

Ainda, em 2019 o maior quantitativo de denúncias foi sobre violência psicológica vivenciada pelas mulheres transexuais, seguido da discriminação, vista no ano anterior com o maior número de denúncias. A realidade da violência para mulheres transexuais permeia no não estabelecimento dos direitos humanos desta parcela da população e, em razão disso, os agravantes à saúde física e mental.

Para além destas questões envolvendo a saúde das mulheres transexuais em situação de violência, torna-se necessária a abordagem das facetas multifatoriais no contexto social que estão intrinsecamente estabelecidas pelo machismo e, por esta razão, a discrepância de tratativa existente na pluralidade social. Para tanto, o dimensionamento dos agravos é necessário para entendimento da realidade biopsicossocial das mulheres transexuais.

1.1 Violência, gênero e acesso à saúde

A violência é considerada um problema de saúde pública e a principal causa de morte entre jovens de 15 a 44 anos (DAHLBERG & KRUG, 2007). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a violência é entendida como o

uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Neste contexto, configuram-se diferentes representações para homens e mulheres. Enquanto para os homens a violência tem caráter de prevalência no ambiente público (assaltos, brigas, furtos, morte, dentre outros), para as mulheres, a maior ocorrência é no âmbito doméstico (BRASIL, 2011).

No que tange às questões sexuais, aborda-se as particularidades fisiológicas do ser humano, podendo este ser do sexo masculino ou feminino. Porém, ao

discutirmos as questões de gênero, levam-se em conta as representações do indivíduo em sociedade, ou seja, os aspectos sociais, políticos e culturais acerca da forma que este se reconhece no contexto social. Sendo assim, a violência transcende as questões fisiológicas do sexo, perpassam pelas diferentes percepções de gênero e, portanto, suas especificidades (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2016; BRASIL, 2011; DAHLBERG & KRUG, 2007).

Além disso, a violência perpetrada às mulheres é uma realidade que transcende as marcas corporais deixadas, questão está carregada de peso substancial, podendo até mesmo levá-las à morte. A violência possui um conceito amplo e que se configura como a principal violação dos direitos humanos das mulheres, além de trazer prejuízos inenarráveis para seu convívio familiar e social, independentemente de classe social, religião, etnia, idade, dentre outros (BRASIL, 2011).

Neste cenário, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher define a violência perpetrada às mulheres como *“qualquer conduta ou ação baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”*. Esta política foi construída em 2004 a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e ressalta a utilização do termo *mulheres* (no plural) como forma de englobar as mulheres em todas suas diversidades étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional (BRASIL, 2011).

Ao associar as situações de violência que as mulheres vivenciam diariamente com as questões de gênero, é necessário levar em conta a realidade das mulheres transexuais. Entende-se como transexualidade a identificação de gênero e sua representação social contrárias ao sexo fisiológico (ZUCCHI et al., 2019). Em consonância a esta realidade, as mulheres transexuais acabam experienciando ainda mais as situações de violência, tendo em vista os preconceitos presentes na sociedade, além das particularidades patriarcais de inferioridade da mulher na sociedade (MOREIRA et al., 2018).

No Brasil, a realidade do contexto da violência contra a mulher é algo preocupante, devido às altas taxas de prevalência. Por conta deste cenário, foi instituída no país a Lei nº 13.140 de 9 de março de 2015, cujo objetivo é criminalizar os perpetradores da violência doméstica. Além disso, foi promulgada no Brasil a Lei nº 11.340 em 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da

Penha, que visa coibir qualquer ação de discriminação e violência às mulheres (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011).

A Lei Maria da Penha foi criada com o intuito de respaldar os direitos humanos das mulheres em situação de violência, em consonância com o Comitê para Erradicação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (ONU, 1979) e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994). A lei resguarda à mulher o direito de viver sua plenitude física, psicológica, moral e social, livre de qualquer ato de violência, independente de etnia, classe social, orientação sexual, renda, cultura, idade e religião (BRASIL, 2006).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), cerca de 34,17 milhões de mulheres brasileiras se encontravam em situação de violência. Este número tem aumentado com o decorrer dos anos e isso se deve ao acesso que as mulheres vêm tendo às informações referentes aos dispositivos legais e especializados no acolhimento dessas mulheres. No entanto, as subnotificações no Brasil ainda são vistas como um fator determinante da divulgação do real cenário deste contexto (IBGE, 2010).

A pesquisa *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* realizada pelo Fórum Brasileiro de Saúde Pública (FBSP, 2017) trouxe uma equiparação entre 83 países estudados, elencando o Brasil na 5ª posição dos países que mais sofrem com o feminicídio, com um índice de 4,8 mulheres mortas a cada 100 mil habitantes. No que tange a cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente ocorrem 119 casos de feminicídio a cada 100 mil habitantes, prevalência maior que a nível nacional (SCOTT & OLIVEIRA, 2018).

No cenário da população transexual, os números são ainda mais preocupantes e alarmantes. De acordo com o Boletim nº 02/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2020), nos dois primeiros meses do ano de 2020, 01/01 a 28/02/2020, o Brasil apresentou um aumento de 90% nos casos de assassinatos de LGBT's quando comparado com o mesmo período de 2019. No presente boletim, as notificações no período descrito foram de 38, enquanto, em 2019, 20 casos (ANTRA, 2020).

Vale ressaltar ainda que os dados supracitados referente ao comparativo dos assassinatos em 2019 e 2020, todas as pessoas transexuais mortas brutalmente foram do gênero feminino, ou seja, mulheres transexuais. Essa realidade nos mostra também o patriarcado social que culmina em desprezo social e morte dessas

mulheres, reafirmando as disparidades de gênero. Ainda, de acordo com a ANTRA (2020), o Brasil passou do 55º lugar, em 2018, para o 68º no ranking dos países seguros para a população LGBT.

Apesar dos dados assustadores e preocupantes, os mesmos não refletem a real situação de mulheres transexuais em situação de violência, tendo em vista os altos índices de subnotificações e o crescente aumento desta realidade. Ademais, a falta de dados governamentais acerca desta realidade é outro fator limitante da trágica realidade de LGBTfobia e, com isso, dificulta-se o incentivo de fomento para criação de políticas públicas que resguardecem os direitos desta população (FGV, 2020).

De acordo com a cartilha *A violência LGBTQIA+ no Brasil*, produzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, somente 16 destes tinham dados (no período compreendido de 13/06/2019 a 13/06/2020) a respeito da realidade das ocorrências e homofobia e transfobia, apresentando um total de 161 denúncias, excluindo-se demais condutas criminosas com motivação LGBTfóbica (FGV, 2020).

Alguns dos demais estados que não apresentaram dados acerca das denúncias por LGBTfobia, tiveram como justificativa a não existência de formulário padronizado para tal. Desta forma, a própria cartilha orienta aos poderes concedidos às Secretarias Estaduais de Justiça e Secretaria Estadual de Segurança Pública a criação e implementação de protocolo adequado para o registro destas ocorrências (FGV, 2020).

A obrigatoriedade/compulsória na notificação de qualquer tipo de violência interpessoal e intrafamiliar pelos profissionais de saúde dos serviços públicos e privados (BRASIL, 2011) é pertencente na Lista Nacional de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória, prevista pela Portaria nº 104 de 25 de janeiro de 2011. Portanto, evidencia-se a importância desta discussão também nos dispositivos de saúde, visando o cuidado integral dos seres humanos, em todos seus aspectos biopsicossociais.

A violência intrafamiliar é conceituada como os conflitos familiares que se transformam em abusos, intolerância e opressão, tendo necessariamente o agressor laço de consanguinidade com a vítima. Em contrapartida, a violência interpessoal é caracterizada como sendo aquela da relação entre duas ou mais pessoas, que não necessariamente remetem às relações familiares (MINAYO, 2007).

De acordo com o não direcionamento governamental para endereçamento dos casos de violência a mulheres transexuais, entidades civis se configuram com grande relevância no fomento de números que trazem a realidade do Brasil e auxiliam no incentivo à criação de políticas públicas que se voltem a esta população. Grupo Gay da Bahia e ANTRA são duas entidades sociais que se comprometem com a luta contra a LGBTfobia e, com isso, articulam campanhas informativas, fomentam dados e brigam pelos direitos desta população (FGV, 2020).

O Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrrou, em 13 de junho de 2019, como crime de racismo, previstos na Lei nº 7.716/89, os crimes contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBTfobia). O enquadramento da LGBTfobia como racismo foi tida como uma medida provisória até que o Congresso Nacional promulgue lei específica para estes crimes.

De acordo com esta medida provisória de enquadramento, a referida lei de racismo traz a LGBTfobia como sendo

qualquer conduta homofóbica ou transfóbica, real ou suposta que envolva aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido em sua dimensão social (BRASIL, 2019).

A justificativa do STF para enquadrar os crimes contra a população LGBT dentro da lei que criminaliza o preconceito racial é devido a dificuldade de mensuração dos casos de ambas as realidades no Brasil. Esta questão pode ser vista como um aumento dos números de subnotificação ou por problemas no registro de ocorrência, já que a LGBTfobia, muitas vezes, não é elencada como motivo de registro e, por vezes, a investigação criminal nesta perspectiva não é iniciada (BRASIL, 2019).

No contexto da violência perpetrada às mulheres, além da instabilidade que a mulher sofre dentro da sua própria residência, as pesquisas acerca da temática trazem o atual ou ex-parceiro íntimo como o principal agressor (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2016; BRASIL, 2011; DAHLBERG & KRUG, 2007). Nessa realidade, a desestruturação emocional das mulheres em situação de violência permeia um ambiente que deveria ser acolhedor e seguro, e o cônjuge deveria ser aquele que preze pela felicidade desta mulher, porém o cenário de violência remete uma realidade contrária (BRASIL, 2011).

Essa realidade se apresenta nas pesquisas atuais como sendo o ambiente doméstico o local de maior ocorrência da prática de violência às mulheres. Além disso, as evidências trazem as violências física e psicológica como as de maior ocorrência

e, atreladas aos demais tipos (moral, sexual, patrimonial, física e psicológica), configuram transtornos irreparáveis para a qualidade de vida das mulheres em situação de violência (ANTRA, 2020; FGV, 2020).

De acordo com o Grupo Gay da Bahia (2020), a violência proferida às mulheres transexuais pode ocorrer em diferentes cenários, como em locais públicos, institucionais e intrafamiliares, dentro do ambiente doméstico. Este contexto mostra a equivalência desta realidade para as mulheres, independente de gênero. Desta forma, as mulheres transexuais também sofrem mais com a violência doméstica, com cerca de 35,55% das mortes com ocorrência neste contexto familiar, e 21,58% ocorreram em locais públicos (OLIVEIRA & MOTT, 2020).

O ambiente domiciliar que deveria se caracterizar como local de segurança e aconchego familiar, configura-se com a maior ocorrência da violência de gênero, sendo a mulher aquela que mais sofre. Portanto, é imprescindível que sejam levantados questionamentos acerca do gênero, tendo em vista que a mesma realidade se apresenta de distintas maneiras de ocorrência para homens e mulheres.

Além das questões do local onde ocorre a violência, outra de suma importância no peso substancial gerado por esta situação de implicações devastadoras na qualidade de vida das mulheres, é o apoio ou não recebido no processo de enfrentamento. As redes sociais de apoio que compõem o ciclo que circunda a vida dessas mulheres é primordial para o rompimento do ciclo violento ou para a manutenção deste. Portanto, a compreensão social do sofrimento de uma mulher em situação de violência delineia o diferencial em apoiá-la ou não para romper com ciclo.

A impunidade é uma realidade que permeia a vida de mulheres em situação de violência e isso faz com que a mesma seja disseminada por todo o mundo, não se tendo conhecimento de uma sociedade isenta de violência. Esta perspectiva traz a reflexão da reafirmação do ser masculino no contexto social, mostrando sua soberania perante as mulheres e, conseqüentemente, corroborando com a permanência da violência de gênero (MINAYO, 2007).

Além desta questão levantada acerca da impunidade, as delegacias apresentam-se com profissionais majoritariamente do sexo masculino (e quase sempre possíveis agressores) e, portanto, configuram-se como local onde a mulher corre riscos de ser revitimizada. Ademais, reviver a violência inúmeras vezes ao repetir os fatos para profissionais sem sensibilidade para tal acolhimento e enxergar a figura

masculina no relato, mesma figura a qual foi submetida a agressão, mostram-se como fatores limitantes para a vítima no momento da denúncia.

Os locais que se configuram como base para garantia dos direitos dessas mulheres e onde elas podem ser acolhidas e vistas na sua integralidade foram conquistas dos movimentos feministas durante a década de 1980. Os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAM) e Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM) entendem a complexidade da vivência da violência pelas mulheres, independentemente de qualquer fator, apenas pelas disparidades de gênero que persistem socialmente.

Nos CEAM, a equipe técnica é composta por advogadas, psicólogas e assistentes sociais, exclusivamente profissionais do sexo feminino, entendendo a projeção de conforto na representação de acolhimento do mesmo sexo. As DEAM são delegacias especializadas na garantia da denúncia de qualquer tipo de violência contra a mulher, sem julgamento ou revitimização.

1.2 Identidade, Gênero e Transexualidade

A abordagem de gênero nos cobra quanto às conceituações necessárias para o entendimento e discussão ao longo da construção desta tese. Portanto, para melhor direcionamento dos leitores, expor-se-á a seguir os conceitos utilizados no decorrer desta pesquisa para embasamento teórico, análise de dados e debate.

Gênero é um conceito amplamente discutido e de diferentes concepções na sociedade, fazendo com que as discussões que permeiam esta temática sejam amplas e aprofundadas. Por gênero, entende-se a construção do ser humano dentro de contexto social, reportando-se à forma com que o indivíduo se apresenta socialmente, podendo ser masculino ou feminino (BUFFARA, 2022; PEDRA, 2019).

Apesar da similaridade e da constante confusão envolta dos conceitos, tratar de gênero remete à discussão sobre sexo, porém salienta-se a diferença drástica existente entre os termos. Segundo Pedra (2019), enquanto que gênero refere-se a expressão social dos indivíduos, sexo está estritamente relacionado à designação sexual do nascimento, sendo esta pessoa do sexo masculino, com aparelho reprodutor cabível deste sexo; ou do sexo feminino, com as características físicas do referido sexo.

Portanto, existem até este momento dois grandes conceitos primordiais de discussão dentro do levantamento teórico pertinente à construção desta tese. Pontualmente, explica-se gênero enquanto a manifestação social do ser humano e sexo está direcionado àquele fato físico e biológico designado no nascimento do indivíduo. Além destes conceitos, vale destacar um outro que culmina desta discussão, sendo a identidade de gênero as vias de fato da construção social do ser humano, sendo como este se comporta e se identifica dentro do contexto social.

Em síntese dos conceitos trazidos, ressalta-se as variantes das concordâncias conceituais geradas a partir de sexo, gênero e identidade de gênero. O indivíduo se reconhece em determinado gênero em convívio social, podendo este ser compatível ou discordante do sexo designado ao nascimento. Dessa forma, interpreta-se o gênero quando compatível com o sexo de designação ao nascimento como *cis*, enquanto que quando se refere ao gênero a representação social contrária daquela designada ao nascimento, trata-se da conceituação *trans*.

Para Carvalho & Rabay (2015) a transexualidade está relacionada com os conceitos de formação e construção social de maneira contrária àquela que lhe foi atribuída ao nascimento. Assim sendo, mulheres transexuais são, fisiologicamente do sexo masculino, porém identificam-se e se apresentam na sociedade enquanto gênero feminino, sendo tratadas como mulheres transexuais ou, simplesmente, mulheres trans.

Além das conceituações levantadas, instiga-se a reflexão acerca da sexualidade desses indivíduos na sociedade. Entende-se por sexualidade a manifestação dos prazeres sexuais de cada um, entendendo que a representação da vivência plena da sexualidade dos indivíduos é particular a cada um, independente das questões de sexo e gênero (SAFFIOTI, 1987). Dessa forma, a sexualidade refere-se as experiências que cada pessoa tem para com seus pares, podendo agir livremente nas suas relações afetivas, relacionando-se com homens e mulheres, sobrepondo o sexo biológico e o gênero de identificação, construindo assim uma gama de possibilidades dentro da sociedade da forma de relacionamento interpessoal. Enquanto premissa de acesso aos direitos humanos a vivência da sexualidade tem como premissa a livre escolha do indivíduo sob seu corpo e a manifestação dos seus prazeres sexuais (LOURO, 2001).

Essa investigação busca construir interlocução com as futuras participantes da pesquisa propondo a discussão a respeito da transexualidade feminina, entendendo

a mulher transexual como sendo aquela que foi designada no nascimento pelo sexo masculino, porém sua apresentação social é do sexo feminino. A sexualidade dessas mulheres é algo individual de cada uma delas, relacionando com o sexo oposto àquele representado na sociedade, com o mesmo sexo de reconhecimento ou ambos os sexos (BUFFARA, 2022; CARVALHO & RABAY, 2015).

Esta pequena apresentação dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade é necessária e será devidamente aprofundada para o embasamento de discussão desta pesquisa, buscando também apresentar as problematizações teóricas e a história de luta e reivindicação da população LGBTQIA+ para acesso à direitos essenciais como o direito à vida, o que nos faz levantar questionamentos acerca da realidade dos indivíduos diante da sociedade brasileira, historicamente patriarcal, machista, branca e cisgênero o que impõem barreiras de preconceito e violência para aqueles/as que vivenciam diariamente situações de não permanência dos seus direitos.

A discussão de gênero remete aos questionamentos sociais feitos a todo momento acerca das disparidades sociais que são enfrentadas pelas mulheres ao serem comparadas aos homens. Portanto, percebe-se a manutenção da falta de equidade de gênero no contexto social. Ao delimitar o público alvo das mulheres transexuais, a realidade torna-se ainda mais preocupante, tendo em vista a não aceitação social das diferentes representações sociais das pessoas, quanto ao sexo, gênero e sexualidade. Portanto, a sociedade torna-se participativa no que compete ao estabelecimento da violência diária que esta parcela da população sofre, não somente pela questão do sexo, também vivenciada por mulheres *cis*, mas ainda mais pelo gênero de representação social, mulheres transexuais.

1.3 Violência contra mulheres trans: panorama das publicações científicas

Na conjuntura da realidade que permeia a temática da violência contra a mulher, levantar dados científicos neste contexto atende a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (BRASIL, 2018), possibilitando melhor traduzir o cenário local; respeita os pressupostos de necessidades nacional e regional de saúde.

Essa identificação é relevante visto que a *World Health Organization* (WHO, 2013), entende a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, com cerca de 34,1 milhões de mulheres brasileiras nesse contexto (IBGE, 2010). Portanto, é necessário entender a realidade de mulheres transexuais que vivenciam a violência

de gênero, considerando a magnitude do problema de saúde pública e suas implicações para a saúde desta mulher no contexto social e nas relações de gênero, em especial na região de escolha para o estudo.

Ademais, de acordo com a ANTRA (2020), o Brasil apresentou significativo aumento no número de mortes de pessoas trans de acordo com o Boletim 02/2020, ressaltando um aumento de 90% nos dois primeiros meses do ano de 2020, em comparativo ao ano anterior, deixando de ocupar a 55ª posição, em 2019, para a 69ª, em 2019, no ranking de países mais seguros para a população LGBT. E, mesmo com esses números a nível nacional, não existem dados concretos sobre o tema no município de Macaé/RJ, principalmente no que concerne a violência vivenciada por mulheres transexuais e, portanto, justifica-se o aprofundamento dessa temática.

Com o propósito de trazer maior profundidade de discussão, foi realizado o levantamento do estado da arte objetivando entender o panorama das publicações científicas mais recentes acerca do tema proposto nesta pesquisa. Para tanto, foram utilizados os descritores violência, violência contra a mulher e pessoas transgênero, formando a frase booleana violência AND violência contra a mulher AND pessoas transgênero.

O levantamento ocorreu nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), durante os meses de junho a agosto de 2022. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos, teses e dissertações disponibilizados na íntegra para consulta e com recorte temporal dos últimos 5 anos. Produções acadêmicas que não contemplassem os critérios de inclusão não foram utilizadas. O Quadro 01 apresenta o panorama das publicações encontradas.

Quadro 01. Levantamento bibliográfico quantitativo de produções acadêmicas pautado na temática da violência vivenciada por mulheres transexuais. Município de Macaé/RJ, 2024.

BVS – BDENF - LILACS		
Frase booleana - violência AND violência contra a mulher AND pessoas transgênero		
<i>Encontrados</i>	73	TOTAL SELECIONADOS
<i>Textos completos e disponíveis</i>	44	

<i>Aderência ao tema</i>	24	24
<i>Excluídos pelos critérios</i>	49	

Fonte: Produzido pelo próprio autor, 2024.

Em análise ao Quadro 01 que apresenta o Estado da Arte produzido para construção desta pesquisa e aprofundamento de discussão com demais autores, foram encontrados 73 trabalhos científicos de acordo com a frase booleana mencionada anteriormente e os critérios de inclusão traçados para delineamento das publicações. Deste total, 29 publicações não se encontravam disponíveis na íntegra para análise e embasamento de discussão.

Portanto, restaram 43 trabalhos científicos que se encontravam disponíveis na íntegra e, destes, 20 não contemplavam a temática proposta nesta pesquisa. Assim sendo, para fim de análise e embasamento científico, foram selecionadas 23 publicações científicas que serão utilizadas para fomentar a discussão ao longo desta pesquisa e em confronto com os dados obtidos no caminhar acadêmico proposto na construção desta tese. O Quadro 02 apresenta a relação das publicações selecionadas para uso no desenvolvimento desta pesquisa a fim de aprimorar as discussões.

Quadro 02. Descrição do Estado da Arte pautado na temática da violência vivenciada por mulheres transexuais. Município de Macaé/RJ, 2024.

Título	Ano de publicação	Revista	Autores
Disparities in behavioral health and experience of violence between cisgender and transgender Thai adolescents	2021	PLoS One	WICHAIDIT, W.; ASSANANGKORNCHAI, S.; CHONGSUWIVATWONG V
Comparing Transgender and Cisgender Experiences of Being Taken Advantage of Sexually While Under the Influence of Alcohol and/or Other Drugs	2021	The Journal of Sex Research	CONNOLLY, D.; ALDRIDGE, A.; DAVIES, E.; MAIER, L. J.; JASON, F.; GILCHRIST, G.; WINSTOCK, A
Transgender-related Discrimination and Substance Use, Substance Use Disorder and Treatment History among Transgender	2021	Drug Alcohol Depend	WOLFE, H. L.; BIELLO, K. B.; REISNER, S. L.; MIMIAGA, M.; CAHILL, S.; HUGHTO, J. M. W.

Dating Violence and Peer Victimization Among Male, Female, Transgender, and Gender-Expansive Youth	2021	Pediatrics	GARTHE, R. C.; KAUR, A.; RIEGER, A.; BLACKBURN, A. M.; KIM, S.; GOFFNETT, J.
Help-Seeking Patterns Among LGBTQ Young Adults Exposed to Intimate Partner Violence Victimization	2021	J Intersers Violence	SCHEER, J. R.; LAURA BAAMS, L.
Transgender Intimate Partner Violence and Help-Seeking Patterns	2019	Journal of Interpesonal Violence	KURDYLA, V.; MESSINGER, A. M.; RAMIREZ, M.
Toward Affirming Care: An Initial Evaluation of a Sexual Violence Treatment Network's Capacity for Addressing the Needs of Trans Sexual Assault Survivors	2021	Journal of Interpesonal Violence	DU MONT, J.; KOSA, S. D.; ABAVI, R.; KIA, H.; MACDONALD, S.
Intimate Partner Violence and Mental Health Among Transgender/Gender Nonconforming Adults	2021	Journal of Interpesonal Violence	HENRY, R. S.; PERRIN, P. B.; COSTON, B. M.; CALTON, J. M.
Experiences of Intimate Partner Violence Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender College Students: The Intersection of Gender, Race, and Sexual Orientation	2021	Journal of Interpesonal Violence	WHITFIELD, D. L.; COULTER, R. W. S.; LANGENDERFER-MAGRUDER, L.; JACOBSON, D.
A Sisterhood of Hope: How China's Transgender Sex Workers Cope with Intimate Partner Violence	2020	Int J Environ Res Public Health.	TSANG, E. Y.
The promise of an intersectoral network in enhancing the response to transgender survivors of sexual assault	2020	PLoS One	DU MONT, J.; HEMALAL, S.; KOSA, S. D.; CAMERON, L.; MACDONALD, S.
Providing trans-affirming care for sexual assault survivors: An evaluation of a novel curriculum for forensic nurses	2020	Nurse Education	DU MONT, J.; SAAD, M.; KOSA, S. D.; KIA, H.; MACDONALD, S.
Sexual Partnership-Level Correlates of Intimate Partner Violence Among Men Who Have Sex with Men and Transgender Women in Lima, Peru	2020	Arch Sex Behav.	PASSARO, R. C.; SEGURA, E. R.; GONZALES-SAAVEDRA, W.; LAKE, J. E.; PEREZ-BRUMER, A.; SHOPTAW, S.; DILLEY, J.; CABELLO, R.; CLARK, J. L.
Planning an intersectoral network of healthcare and community	2020	Healthc Manage Forum	SAAD, M. S.; BURLEY, J. F.; MILJANOVSKI,

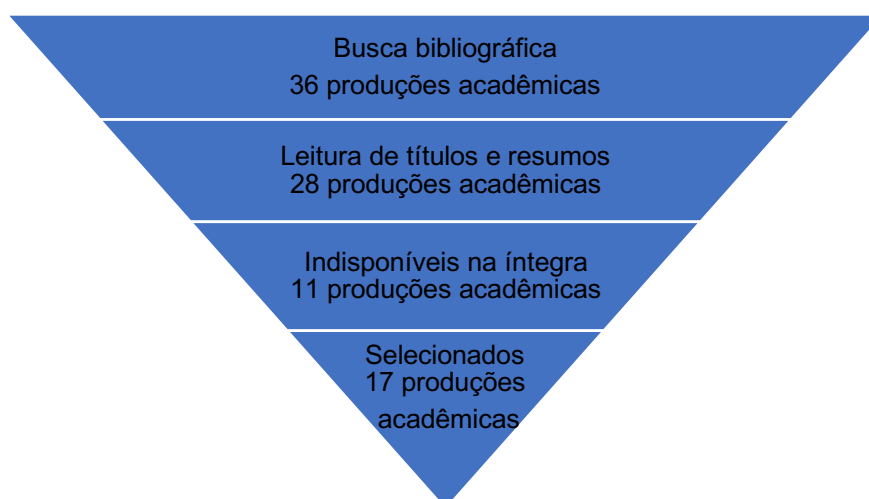
leaders to advance trans-affirming care for sexual assault survivors			M.; MACDONALD, S.; BRADLEY, C.; DU MONT, J.
Intimate Partner Violence Against Transgender Women: Prevalence and Correlates in Lima, Peru (2016-2018)	2020	AIDS Behav.	MURPHY, E. C.; SEGURA, E. R.; LAKE, J. E.; HUERTA, L.; PEREZ-BRUMER, A. G.; MAYER, K. H.; REISNER, S. L.; LAMA, J. R.; CLARK, J. L.
Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial	2020	Ciênc. Saúde Colet	MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P.
Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades	2019	Psicologia: Ciência e Profissão	SILVA, S. G.; FRANÇA, A. N.
Assessment of nurses' competence to care for sexually assaulted trans persons: a survey of Ontario's Sexual Assault/Domestic Violence Treatment Centres	2018	BMJ Open Journals	DU MONT, J.; KOSA, S. D.; SOLOMON, S.; MACDONALD, S.
School Restroom and Locker Room Restrictions and Sexual Assault Risk Among Transgender Youth	2019	Pediatrics	MURCHISON, G. R.; AGÉNOR, M.; REISNER, S. L.; WATSON, R. J.
Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus	2019	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Universidade Estadual do Rio de Janeiro	SANTOS, M. G.
Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil	2018	Cad. Saúde Pública	MAGNO, E.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V.
Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs	2017	Psicol. USP	APOSTOLO, M. V. A.; MOSCHETA, M. S.; SOUZA, L. V.
Factors associated with sex work involvement among transgender women in Jamaica: a cross-sectional study	2017	Journal of the International AIDS Society	LOGIE, C. H.; WANG, Y.; LACOMBE-DUNCAN, A.; JONES, N.; AHMED, U.; LEVERMORE, K.; NEIL, A.; ELLIS, T.; BRYAN, N.; MARSHALL, A.; NEWMAN, P. A.

1.4 Teses e Dissertações como análises teóricas

Para a construção desta pesquisa e contemplação dos objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico sistemático no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nos últimos dez anos (2012-2022), utilizando palavras-chave e operadores *booleanos* como explicitado a seguir: mulher transexual OR mulheres transexuais AND violência. A pesquisa sistematizada é aquela cuja proposta é de fazer o levantamento das produções acadêmicas e científicas acerca de determinado assunto, trazendo uma trajetória metodológica sistematizada para sua construção (GARCIA, 2014; SAMPAIO & MANCINI, 2007).

A partir desta busca, realizada em 29 de abril de 2023, foram encontradas 36 publicações contemplando teses e dissertações dos mais diversos programas de pós-graduação pelo país, trazendo uma vasta amplitude acadêmica de diferentes contextos regionais e sociais de produção sobre a temática. Foi realizada uma leitura prévia dos títulos e, posteriormente, dos resumos e foram selecionados 28 artigos que contemplavam os objetivos propostos nesta pesquisa, excluindo-se os demais que traziam outro enfoque de discussão. Em seguida, foi feito o levantamento das produções disponibilizadas a partir das 28 selecionadas e, após a leitura de forma completa para análise e discussão, foram obtidos 17 trabalhos científicos, dentre teses e dissertações, disponíveis na íntegra, conforme visualizado abaixo.

Figura 01. Ilustração do estado da arte levantado a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

A seguir, apresenta-se no Quadro 3 os trabalhos que foram selecionados e utilizados como base a ser analisada nesta pesquisa.

Quadro 3 – Produção de teses e dissertações nos últimos 10 anos disponíveis na íntegra (produzida pelos autores).

AUTOR	TÍTULO	ANO	PROGRAMA	INSTITUIÇÃO
SOARES, LUCIANO SILVEIRA	Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde	2018	Mestrado em Saúde Pública	FIOCRUZ
OLIVEIRA, MARIA ISABEL ZANZOTTI DE	NAS MARGENS DO CORPO, DA CIDADE E DO ESTADO: Educação, saúde e violência contra travestis	2015	Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social)	USP
VELOSO, MANOEL JUNIOR FERREIRA	VIOÊNCIA A TWEETS POR HORA: A violência de gênero sofrida por mulheres transexuais a partir do conflito entre liberdade de expressão e discurso de ódio no Twitter	2021	Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
ORTIZ, ANDRELIZE MARIA NICOLAU	“DOS ESPINHOS AO BOTÃO DA ROSA”: UMA ETNOGRAFIA NO PRIMEIRO CENTRO DE ACOLHIDA PARA MULHERES TRANSEXUAIS DO BRASIL	2018	Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
SOARES, JESILAINE RESENDE TEIXEIRA	VIOÊNCIA COMUNITÁRIA VIVENCIADA PELA POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E MULHERES	2021	Mestrado em Enfermagem	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

	TRANSEXUAIS NO RIO DE JANEIRO E REGIÃO METROPOLITANA			
DEVIDES, MARIA BEATRIZ CARVALHO	A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental	2018	Mestrado em Análise do Comportamento	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
SANTOS, MARCIO GONCALVES DOS	VIOÊNCIA E DOR EM NARRATIVAS DE MULHERES TRANSEXUAIS EM MANAUS	2019	Doutorado em Saúde Coletiva	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MOURA, ISABELE BARBOZA	Transfobia Institucional à Travestis e Mulheres Transexuais Vivendo com HIV	2021	Mestrado em Serviço Social	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SANTOS, ROBSON SILVA	Vivências escolares e identidade de gênero: trajetórias de pessoas travestis e transexuais	2021	Doutorado em Ciências Humanas e Sociais	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
DEPRET, DAVI GOMES	Efeitos das violências interpessoais sobre a violência autoprovocada entre travestis e mulheres transexuais	2022	Doutorado em Enfermagem	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GIL, ADRIANA COSTA	(Sub)notificações de violências interpessoais contra travestis e mulheres transexuais: linkage entre um inquérito populacional e o Sistema de Informação	2022	Mestrado em Enfermagem	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARRA, FABIANE BARBOSA	Por uma hermenêutica constitucional para transexuais vítimas de violência doméstica e familiar	2019	Mestrado em Direito	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
OLIVEIRA, RAFAEL JEFFERSON DE	Diversidade & Inclusão nas Organizações: Estudos sobre pessoas trans e travestis e	2022	Mestrado em Psicologia Social	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

	trabalhadores de hospitais públicos brasileiros			
JESUS, HUDSON ANDRE DE	Preconceito e discriminação social: a realidade de travestis e transexuais no acesso e na permanência no trabalho	2019	Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ALBUQUERQUE, GRAYCE ALENCAR	VIOÊNCIA E CONSUMO DE DROGAS EM LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS SÃO PAULO - SP 2015	2015	Doutorado em Ciências da Saúde	CENTRO UNIVERSITÁRIO SAÚDE ABC, Santo André
FARIA, MATEUS APARECIDO DE	"A LUTA É COLETIVA, MAS A RESISTÊNCIA É INDIVIDUAL?: violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	2018	Mestrado em Saúde Coletiva	FIOCRUZ
SOUZA, NEILY FABIANE DA SILVA	Da rua à quarentena: um estudo sobre o trabalho sexual de pessoas transexuais no contexto da pandemia da covid-19	2022	Mestrado em Serviço Social	PUC RIO

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Entre os 17 trabalhos selecionados para análise e discussão em consonância aos objetivos propostos nesta pesquisa, verificou-se que 13 trabalhos se referem a Dissertações de Mestrado e apenas quatro trabalhos são Teses de Doutorado. As produções são oriundas de diferentes áreas de conhecimento, trazendo a ideia da grande discussão multisetorial que é feita a partir do objeto de estudo desta pesquisa, mulheres transexuais em situações de violência e a falta do acesso aos direitos humanos. Das grandes áreas de conhecimento que produziram os trabalhos

selecionados, foram identificadas produções da área da saúde, direitos humanos e sociais, ciências sociais e políticas públicas.

A Tabela 1, a seguir, apresenta o levantamento quantitativo das produções acadêmica, entre teses e dissertações, que foram selecionadas para discussão nesta pesquisa.

Tabela 1. Análise quantitativa das produções acadêmicas selecionadas.

Ano de publicação		Tipo de produção acadêmica		Instituição		Grande área de conhecimento	
2012	-	Mestrado	13	Pública	16	Saúde	8
2013	-					Ciências Sociais	2
2014	-						
2015	2					Políticas Públicas	1
2016	-						
2017	-	Doutorado	4	Privada	1	Direito	2
2018	4					Serviço Social	2
2019	3						
2020	-					Outros	2
2021	4						
2022	4						

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

A partir da leitura da Tabela 1, foi possível identificar que no período em estudo os anos de maior quantitativo de publicações foram 2018, 2021 e 2022, com quatro publicações em cada ano; seguidos dos anos 2019 e 2015, com três e duas publicações, respectivamente. As universidades públicas mantêm o maior número de publicações e incentivos à pesquisa, com 16 publicações, frente à apenas uma publicação de instituição privada. Ainda, a intersectorialidade que o objeto de pesquisa demanda é vista também nas grandes áreas de conhecimento, mantendo os programas e discussões em saúde com o maior número das publicações apresentadas, totalizando oito.

A multidisciplinariedade acadêmica no estudo e discussão a respeito de temáticas envolvendo pessoas transexuais é concomitante aos agravos multisetoriais à vida dessas pessoas. Diferentes áreas foram vistas como eixos temáticos de

construção acadêmica de teses e dissertações abordando a população transexual como objeto de estudo e essa situação traz a reflexão necessária dos grandes entraves vividos por essas pessoas no que compete ao convívio social, com agravos à diferentes esferas desse contexto.

Levando em conta a urgente reflexão acerca de mulheres transexuais vivenciando a violência diária e em suas diferentes facetas de ocorrência, após a leitura e análise das pesquisas trazidas para discussão neste estudo, foram percebidos eixos temáticos similares entre as pesquisas. Assim, a discussão a seguir envolverá a explanação das pesquisas trazidas e suas congruências de discussões a partir dos eixos temáticos levantados, a saber: nome social; violência institucional; serviços de saúde; permanência ou ruptura da violência.

Ainda, explica-se que os eixos temáticos levantados para discussão nesta pesquisa foram elencados pelo próprio autor a partir da congruência de debate havido entre os trabalhos estudados. Ressalta-se que as publicações abordadas nesta pesquisa podem compor mais de um eixo temático, tendo relação com sua discussão temática ao longo da pesquisa e, portanto, apresenta uma interseccionalidade de grandes áreas de conhecimento e a vasta amplitude de congruência dentro dos eixos temáticos propostos.

Nome social

Os autores que trazem em suas pesquisas a discussão a respeito do nome social são DEVIDES (2018); FARIA (2018); MARRA (2019); MOURA (2021); OLIVEIRA (2022); OLIVEIRA (2015); ORTIZ (2018); SANTOS (2019); SOARES (2018); SOUZA (2022).

A discussão da transexualidade, liberdade de expressão do gênero na sociedade e a manutenção dos direitos humanos, civis e políticos é estritamente relacionada ao desrespeito. Uma das queixas mais comuns de mulheres transexuais quando abordada a correlação da transexualidade à violência, é a não garantia e respeito pelo nome social. Ainda que haja o Decreto Presidencial nº. 8.727/2016 que garante o uso do nome social por pessoas transexuais e travestis, a aplicabilidade desse direito ainda se mantém aquém do desejado pela própria população em questão.

O uso do nome social é discutido e aceito desde 2009, nos serviços públicos de saúde, no que compete sua utilização no Cartão Nacional de Saúde (CNS) do

Sistema Único de Saúde (SUS), porém os embates diários para o respeito desta realidade por parte dos profissionais ainda está distante do ideal. Trata-se de algo novo e, apesar da possibilidade de uso, em 2009, somente em 2016 houve o decreto ao qual referia-se à garantia do direito constitucional de utilização do nome social.

A garantia da utilização do nome social, mesmo com o direito estabelecido, ainda se torna uma luta diária e incansável por parte das pessoas transexuais e travestis. As pesquisas trazem a não utilização do nome social como uma violação dos direitos humanos e os consequentes agravos psicológicos a essas pessoas. Além disso, a exposição pública do nome de registro se mostra como um forte aliado à violência psicológica sofrida por pessoas transexuais.

Além da violência escancaradamente vivenciada por mulheres transexuais e travestis, a divulgação do nome de registro se mostra como um violento ato em desrespeito ao direito estabelecido do uso do nome social. Ainda, a referência ao nome social não se limita apenas à garantia de direito, mas transpassa essa realidade, indo ao encontro do pertencimento que as mulheres transexuais e travestis tanto lutam por garantir, o pertencimento do corpo ao qual desejam ter e apresentar-se à sociedade.

Para além de um nome, da garantia de qualquer direito, discutem-se os traumas já tão presentes na vida de pessoas transexuais e a sua falta de respeito pela livre manifestação da diversidade sexual e de gênero. A violência vivenciada diariamente por pessoas transexuais é deprimente enquanto sociedade, permitir esse avanço é algo desumano e, ainda assim, o aumento da violência é constante, principalmente no que compete à violência psicológica.

O Decreto Presidencial nº. 8.727/2016 dispõe do direito de pessoas transexuais e travestis em utilizarem o nome social conforme sua escolha, além de reconhecer a identidade de gênero desta população e, atrelado a este avanço, veio o despreparo dos profissionais em diferentes contextos, sendo necessária a abordagem da utilização do nome social enquanto direito e, portanto, dever da sociedade em preservá-lo. Tudo que é novo assusta, requer tempo para adaptação, porém, ainda assim existe a violenta forma de desrespeito por parte de profissionais que simplesmente não aceitem, pelas suas concepções pessoais, religiosas e sociais, a utilização do nome social e, inconstitucionalmente, descumprem o decreto e proferem as mais graves formas de violência às pessoas transexuais e travestis.

Violência institucional

A discussão da violência institucional foi trazida pelos seguintes autores: DEPRET (2022); JESUS (2019); MOURA (2021); OLIVEIRA (2022); SANTOS (2021); SOARES (2018); SOUZA (2022); VELOSO (2021); e suas discussões são articuladas para a construção deste estudo.

A sociedade é formada por composições de instituições formais e informais que compreendem o contexto social, culminando na vivência diária com a coletividade e, conseqüentemente, com a pluralidade dos seres humanos e, infelizmente, esse convívio nem sempre está cercado de situações boas e produtivas. O diferente que foge à construção da sociedade machista e patriarcal é visto com olhares de repulsa e atitudes violentas.

As pesquisas trazidas neste estudo tratam de diferentes instituições no contexto social e as particularidades de cada uma delas na perpetuação da violência institucional. Mulheres e pessoas transexuais e travestis são diariamente marginalizados e invisibilizados pela sociedade e as construções sociais/culturais, culminam em maiores representações de violência e ataques sociais pela falta de respeito às diversidades.

A educação enquanto instituição, através das pesquisas, mostra-se como um ambiente de grande distância das pessoas transexuais, tendo em vista a exacerbada vivência de situações violentas neste cenário. Segundo Paulo Freire (1987) o conhecimento é libertador e, na sociedade atual, o estímulo ao engajamento estudantil e acadêmico ainda é preservado.

Porém, a academia, o processo de formação profissional, a construção do conhecimento a partir do ensino e aprendizagem, pode se tornar um ambiente propenso a vivenciar situações de violência, bullying e agravos à saúde mental de pessoas transexuais. O processo educacional pertence a uma das primeiras instituições, por parte das crianças, de um convívio plural e repleto de diferenças, trazendo à tona a realidade de contextos familiares distintos.

Assim, a experiência do convívio escolar nem sempre é vista da mesma forma pelos envolvidos, principalmente aquelas crianças com trejeitos e traços de representações de gênero diferentes. A violência vivida por pessoas transexuais no contexto educacional formativo é vista como um fator limitador da permanência desta população na construção do conhecimento. Portanto, a realidade da formação acadêmica por mulheres transexuais ainda é muito distante do acesso de todas.

E esta realidade condiciona a vulnerabilidade de pessoas transexuais no crescimento educacional, trazendo a evasão do ambiente escolar por não suportar a violência diária vivenciada e a prostituição acaba sendo uma das poucas alternativas de subsistência, rentabilidade e formação pessoal enquanto agente civil. A própria sociedade discrimina, afasta e julga pessoas transexuais, as quais sentem-se violentadas e não pertencentes ao mesmo contexto social do agressor, não sendo respeitadas as diferenças e, conseqüentemente, a evasão da educação é a saída do sofrimento. A ausência de acesso à educação e formação acadêmica, subjuga o potencial de transformação dessas mulheres no contexto social, e a única saída se mostra a prostituição como fonte de renda e sustento, local de convivência, de conforto e segurança com os pares que abraçam suas causas similares e mostram-se enquanto comunidade.

Outra realidade presente na falta de acesso aos direitos por mulheres transexuais é o acesso às instituições de trabalho formal, devido, inclusive, à já então vivenciada violência no processo formativo, não havendo espaço para o crescimento e desenvolvimento acadêmico de pessoas trans. Assim, alcançar instituições formais de oferta de trabalho é algo distante de mulheres transexuais.

Além disso, mesmo aquelas mulheres transexuais que se mostram resilientes e fortes em enfrentar toda a violência presente no processo formativo, ao atingirem o mercado de trabalho com muitas cicatrizes e sofrimentos, veem-se novamente inseridas em ambientes violentos. As instituições de trabalho formal configuram-se, também, como fontes de violência e não acesso aos direitos humanos das pessoas transexuais.

A instabilidade emocional encarcerada no corpo de uma pessoa transexual é um eterno sofrimento pelas questões sociais envolvidas. Relativiza-se o sofrimento dessas pessoas e as instituições se mostram perpetradoras de atitudes que direcionam à violência. Por mais avanços que sejam atingidos na luta por respeito e igualdade de gênero, as pesquisas mostram o quão tóxicas e intensas as instituições se apresentam diante de pessoas transexuais e mantém a postura violenta de não garantia de direitos.

Esta etapa de discussão da pesquisa apresentou os resultados voltados ao debate da violência institucional perpetrada por escolas e universidades, locais de construção do conhecimento. Ainda, atrelada à esta violência institucional, corrobora-se à violência vivenciada por mulheres transexuais nos ambientes laborais, como uma

continuidade da violência já vivida na escola. Outras instituições onde ocorre a violência às mulheres transexuais serão abordadas ao longo deste estudo.

Serviços de saúde

O acolhimento ofertado pelos serviços de saúde e seus desfechos perante a percepção dos usuários, em suas intersecções, é outro dos temas abordados nas pesquisas analisadas. Os autores que trazem esta discussão são DEPRET (2022); GIL (2022); SOARES (2021); SOARES (2018); SOUZA (2022).

Os serviços de saúde são outra realidade de grande inferência negativa na vida de pessoas transexuais, relacionada à não garantia dos direitos e acolhimento humanizado em saúde. As pesquisas identificadas mostram como os serviços de saúde se apresentam despreparados para o acolhimento, atendimento e acompanhamento de mulheres transexuais.

A grande questão dos serviços de saúde é o despreparo dos profissionais no atendimento de pessoas trans, os quais proferem palavras e mantêm atitudes violentas a todo momento. O ponto alto abordado é a não garantia do uso do nome social enquanto ato violento e, com isso, a baixa adesão aos serviços de saúde por parte dessa população e, conseqüentemente, sua vulnerabilidade também para os agravos em saúde.

Ainda, a banalização dos gestores em saúde de permitir o uso exacerbado das crenças pessoais dentro dos ambientes de trabalho, que culminam no agravo da tratativa às diferenças e, com isso, aumento dos episódios de violência. A sensibilização por parte dos profissionais de atender de forma equânime é algo ainda distante da realidade de mulheres transexuais, causando constrangimentos e exposições nos serviços, de forma desnecessária e violenta.

O acolhimento em saúde é primordial para o estabelecimento do vínculo e cuidado em saúde e, para tanto, espera-se o mínimo de preparo para lidar com situações não condizentes com os padrões heteronormativos de uma sociedade machista. A população transexual é pertencente do contexto social e, de acordo com os princípios do SUS, todos devem ser tratados da mesma forma. A equidade do atendimento ainda se mostra distante e o sofrimento das mulheres transexuais em busca de atendimento em saúde se apresenta de forma constante.

Para além do acolhimento e atendimento de saúde, outra realidade trazida pelas pesquisas foi a notificação da violência vivenciada por pessoas transexuais.

Novamente, a falta de sensibilidade dos profissionais de saúde faz com que o estímulo à notificação não aconteça e, conseqüentemente, a subnotificação permanece de forma crescente.

O não conhecimento da realidade de saúde de mulheres transexuais, em constante sofrimento e vulnerabilidade social por sofrer ataques violentos diariamente e em diferentes contextos sociais, apresenta-se como uma realidade de total invisibilidade desta população. Os dados notificados de forma insatisfatória culmina na falta de discussões e debates em saúde para estabelecer e garantir o cuidado de qualidade às pessoas trans.

A falta de dados, ainda, mostra-se como um limitante na criação de agendas públicas de discussão e debate, visando estabelecer parâmetros de atendimento e a implementação de políticas públicas para a população trans. Novamente, sinaliza-se a falta de sensibilidade e empatia por parte dos profissionais de saúde para a garantia dos direitos humanos de pessoas transexuais.

Permanência ou ruptura da violência

Neste eixo temático, a discussão é transitada por quase todas as pesquisas abordadas neste estudo e, portanto, mostra a realidade dos usuários acerca da manutenção ou ruptura dos cenários de violência de pessoas transexuais. Para tanto, os autores que discutem as possibilidades de permanência ou ruptura da violência são ALBUQUERQUE (2015); DEPRET (2022); DEVIDES (2018); FARIA (2018); GIL (2022); JESUS (2019); MOURA (2021); OLIVEIRA (2015); ORTIZ (2018); SANTOS (2021); SANTOS (2019); SOARES (2018).

O último eixo temático trazido neste estudo a partir das discussões das pesquisas é referente à configuração dos diferentes agentes sociais e suas representações para mulheres transexuais em situações de violência. Sabe-se que as construções sociais e a visão individual dessas mulheres não é a mesma, portanto, há necessidade de se discutir tais agentes enquanto mantenedores da violência ou fortalecedores da ruptura.

A partir das pesquisas, alguns agentes sociais foram trazidos às discussões e a forma como são vistos na individualidade de cada mulher transexual que vivencia a violência. Os principais agentes abordados foram: família, religião e os pares, abordados com pouco mais de profundidade a seguir.

Família

As pesquisas mostram duas grandes posturas familiares em relação à pessoa transexual pertencente ao núcleo familiar e à vivência da violência. Relatos de entrevistadas mostram a família como o primeiro contato com a violência, mantendo uma postura machista e preconceituosa, não aceitando as diferenças deste membro familiar. Assim, a família além de ocupar um posicionamento contrário à pluralidade de uma pessoa transexual, realiza ataques violentos à pessoa e, muitas vezes, expulsa do convívio familiar, corroborando com a vulnerabilidade social desta parcela da população. A família, entidade de criação e construção social, tomar uma postura preconceituosa e violenta, traz à tona a solidão da pessoa transexual em lutar por si e só no contexto social violento.

Por outro lado, há relatos de participantes que trazem a realidade contrária, da família enquanto base de apoio e segurança para a liberdade de expressão de gênero, acolhendo a pessoa transexual. Esse sentimento de apoio, pelas participantes, é visto como necessário e imprescindível para manter a força de lutar pelos direitos.

Portanto, a mesma realidade pode se apresentar com posicionamento diversos, trazendo desfechos positivos e negativos na vida de pessoas transexuais, justamente pelo fato de serem apoiadas ou não em suas diferenças e individualidade. Cada ser humano tem o direito de vivenciar sua individualidade plural, cabendo à sociedade o respeito.

Religião

A religião é outro grande ponto de discussão nas pesquisas, expondo a mesma realidade que a família, apresentando visões contrárias de acolhimento e apoio. Realidades diferentes e pessoas em diferentes contextos sociais fazem do desfecho da vida de pessoas transexuais o delineamento ser positivo ou negativo.

Quando há o apoio religioso para uma pessoa trans em vivenciar sua pluralidade atrelada à sua fé, estabelece-se um conforto e confiança nessas pessoas, sendo vistas, perante a religião, como todos iguais. Esse acolhimento fraterno denota a força espiritual tão necessária para a continuidade em lutar pelos direitos e sabendo do ponto de apoio estabelecido com a religião.

Porém, nem todas as pessoas trans vivem a mesma sorte (ou naturalidade social) em ter o apoio de uma instituição imponente e importante como a religiosa. A exclusão religiosa é um fator que também culmina na vulnerabilidade social de

mulheres transexuais, corroborando com a falta de apoio e suporte mental, situação de grandes prejuízos em virtude da violência vivenciada. A falta da espiritualidade é um comprometedor das questões de enfrentamento da violência, trazendo a solidão e a falta de apoio à estas mulheres. Ainda, configura uma perspectiva de abandono por parte das crenças religiosas e seus líderes, não se comportando enquanto rede de apoio, com postura de julgamento.

Os pares

Os similares, quando se deparam com situações de enfrentamento de dificuldades, podem representar as duas esferas de atuações para seus próximos, no que compete à permanência ou ruptura da violência.

As pesquisas apresentadas discutem acerca da comunidade trans representar uma rede de apoio de uns para os outros, mostrando a importância da coletividade na luta por seus direitos. Assim, as mulheres trans que experienciam situações de violência, mostram-se preocupadas com suas semelhantes na mesma situação e oferecem suporte para romper com este cenário. Ainda, posicionam-se como uma rede de apoio de empoderamento e informação, dando subsídio para outras mulheres transexuais a serem entendidas em seus direitos.

Por outro lado, esta mesma comunidade que acolhe e dá suporte, também pode se apresentar como um fator condicionante às situações violentas, pela falta de empatia e apoio, além das questões que envolvem a violência urbana atrelada à prostituição quando relacionada a disputa de território, prática comum em mulheres transexuais devido à marginalização e falta de oportunidade para elas.

CAPÍTULO 2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, portanto, será apresentado o embasamento teórico utilizado de forma necessária para o entendimento da necessidade das lutas de classe enquanto estabelecimento de direitos. Assim, a seguir, será discutida a participação da sociedade no que compete ao estabelecimento de direitos.

O desenvolvimento de políticas públicas que visam a garantia dos direitos humanos de toda a população se dá a partir de longas lutas e debates que culminaram em processos que pressionam o governo a focar em grupos sociais que, apesar de fazerem parte do convívio cotidiano, são frequentemente invisibilizados pela própria sociedade.

As ‘minorias’ são percebidas socialmente como invisíveis e, muitas vezes, fala-se de grupos populacionais de grande representatividade, seja pelo número dos integrantes, ou pela força social que representam. Negros, homossexuais, transexuais, bissexuais, mulheres, dentre outros, são grupos sociais que não têm sido representados de forma fidedigna à sua presença cotidiana (SILVA & COSTA, 2020).

A falta de representatividade culmina na invisibilidade dessa parcela da população e, portanto, seus direitos sociais passam a não ser discutidos e levados em conta nos debates. Essa situação se consolida diariamente com o estabelecimento da dominação masculina nos locais de poder e decisão, locais estes que os grupos sociais menos favorecidos não têm acesso e, portanto, não estabelecem como pauta de discussão as questões de interesse de outrem (CARREIRO, 2015).

A luta pelos direitos humanos e sociais é um processo lento e de grandes discussões. Colocar-se no lugar do outro que sofre ataques diários e sem arcabouço consubstancial de luta, pelos ocupantes de posições de favorecimento no contexto social, de fato é algo limitante no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas e lutas por direitos. Essa dificuldade se torna ainda mais enfática justamente pela falta de representatividade desse público que precisa ser ouvido (GOMES et al., 2018; SMITH & SANTOS, 2017).

Segundo Smith & Santos (2017), a sexualidade é representada de diferentes formas aos componentes da sociedade e esse fato faz com que aquilo que é entendido pelo senso comum como “diferente” se torne ainda mais suscetível a sofrer violências. A representação social se dá através de pessoas cisgênero, sendo aquelas que se

comportam em sociedade em concordância com o sexo biológico designado ao nascimento, enquanto transgênero são aquelas pessoas que se apresentam socialmente diferentemente do sexo de formação fisiológica.

A falta de representação social de transexuais e travestis nos cenários de debate político e decisões públicas é um fator de grande impeditivo na criação e implementação de políticas públicas para garantia dos direitos. Essa não participação social de mulheres transexuais nos locais de poder culminam com a invisibilidade desse público e, portanto, não se torna relevante a discussão de temas voltados à população LGBT e a falta de ocupação e discussão política, não se abordam questões direcionadas (OLIVEIRA, 2022).

Assim, a sub-representação da população transexual nos debates políticos culmina com a estratégia acomodadora exposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) no livro *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. No capítulo 11 do referido livro é abordado a sub-representação feminina em determinado Conselho e, como fundamentação, projeta-se a discussão para a realidade de mulheres transexuais que são ainda mais difíceis de alcançar acesso nos ambientes de discussão e decisão política.

Para tanto, neste capítulo, o IPEA (2019) faz o levantamento da estratégia utilizada pelo Conselho para manter a sub-representação feminina, implementando uma estratégia denominada acomodadora. Dentro dessa estratégia, as táticas empregadas são: não falar, sendo o momento em que o silêncio é predominante e não se discutem qualquer tema que sugira à direitos da população trans; não resolver/adiar, refere-se a não resolução de qualquer temática abordada para transexuais e, assim, adia-se a discussão para outro momento; não especificar, compreendida com algumas deliberações que são feitas, mas sem parâmetros de empregabilidade para a população trans; e não aprofundar, quando ocorre o levantamento de pautas para mulheres transexuais, mas não se aprofunda na discussão e, portanto, não existem decisões concretas (IPEA, 2019).

Visualiza-se, assim, o direcionamento da população LGBT no caminho da vulnerabilidade social no que concerne à manutenção dos direitos humanos e civis. Para tanto, as violências diárias que esta população sofre culmina do próprio universo social que mantém a negação da pluralidade sexual dos indivíduos e, consequentemente, a disseminação da homofobia e transfobia, preconceitos que

incitam a violência para com essa parcela da sociedade (MEDEIROS et al., 2022; SMITH & SANTOS, 2017).

Neste contexto, visualizam-se as incansáveis lutas por direitos pela população transexual, sendo uma parcela da sociedade que se mantém, ainda, muito estigmatizada e não conseguindo atingir espaços para serem ouvidas. A população trans é alvo de violências diárias e, entendendo a violência como a principal ruptura da manutenção dos direitos humanos da população, as pessoas trans vivem em uma sociedade que não lhes enxerga na sua integralidade enquanto pertencente deste cenário.

O machismo e patriarcado estão muito presentes na sociedade atual, tendo sido uma construção histórica de sofrimento e falta de direitos às mulheres ao longo dos anos, perpetua-se. Esses fatos corroboram para a discriminação da população transexual e, conseqüentemente, limita-a ao acesso e garantias de direitos, ficando à mercê de si própria no que compete às lutas de classe.

Essa realidade se configura de maneira bastante preocupante, tendo em vista que desconstrói os pressupostos da própria Constituição Federal de 1988, cujo objetivo é respeitar a pluralidade da sociedade civil e a necessidade do Estado em garantir seus direitos. Apesar da própria Constituição instigar os movimentos sociais em busca de direitos, na situação exposta acima configura-se de maneira recorrente na vida diária da população e, assim, os direitos de determinados grupos sociais não são debatidos, tampouco preservados.

A Parada do Orgulho LGBT se mostra como um movimento social de grande impacto para a população em geral, pois deixou-se de ocupar espaços de retração e invisibilidade. O movimento impõe a visibilidade da referida população enquanto pertencente do mesmo cenário social e, por esta razão, exige-se a equidade entre os pares. Porém, mesmo com a força e representação que o movimento ganhou ao longo dos anos no país, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, mantendo 41% dos assassinatos (ANTRA, 2018). Ainda, a expectativa de vida de mulheres transexuais no Brasil é em torno de 35 anos, enquanto que a população geral fica em torno de quase 80 anos (ANTRA, 2021).

A garantia dos direitos humanos e civis da população é de responsabilidade do Estado e cabe ao órgão a mobilização junto à sociedade para que, de forma democrática, os indivíduos tenham os mesmos acessos. O gerenciamento das políticas públicas é de responsabilidade dos entes federativos (municipais, estaduais

e federais), sendo que os próprios órgãos citados se mantêm em posição contrária referente à garantia de direitos.

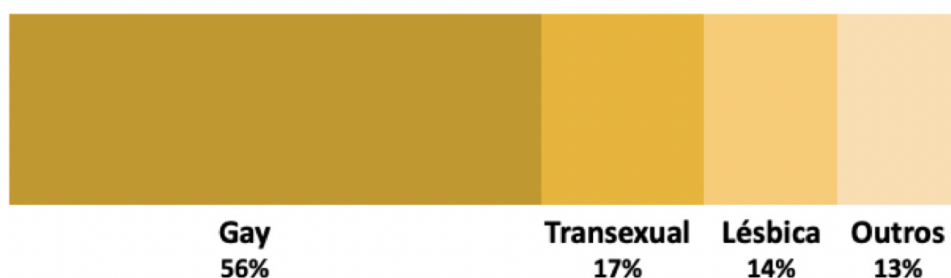
Segundo Medeiros e demais autores (2022), com tanto sofrimento e luta em busca de reconhecimento e manutenção dos direitos, a população LGBT passou a formalizar Associações e Movimentos para fortalecer os movimentos sociais em busca de direitos. O grande marco temporal para esta realidade foi a crise sanitária vivenciada na década de 80 em virtude da epidemia da infecção pelo vírus do HIV (AIDS) (SIMÕES, 2018).

A partir desse cenário sanitarista caótico e de grande discriminação da população infectada pelo vírus, associada a estigmatização dos homossexuais como principais fontes de transmissão, foram intensificados os movimentos sociais para garantia de direitos, em especial, à época, à saúde. Este momento conturbado foi um importante aliado da comunidade civil e o Ministério da Saúde para veicular o acesso e garantia dos direitos civis da população LGBT, até então inviabilizados.

Em 2003 foi instaurado sob responsabilidade do Governo Federal o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) como um dispositivo pertencente à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para garantia da ruptura de situações de violência da população, em especial aquela com maior risco de vulnerabilidade.

No ano de 2019 foram atendidas 2.761.366 chamadas pelo Disque 100, representando 8% de aumento referente ao ano anterior. O aumento no número de solicitações é visto como melhora do serviço prestado, com boa repercussão entre a população para a seguridade dos direitos humanos. Além disso, entende-se também como positivo a segurança que a população tem de procurar pelos recursos disponíveis para romperem com situações violentas (BRASIL, 2019).

A seguir, expõe-se alguns dados obtidos através do Disque Direitos Humanos – Relatório 2019 acerca da população LGBT. A Figura 03 apresenta o percentual das ligações realizadas no ano de 2019 e expostas no referido relatório.

Figura 02. Identidade de Gênero da Vítima.

Fonte: Relatório 2019 – Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2019).

Como observado, a maioria das ligações feitas pela população LGBT é de pessoas gays, sendo aquelas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Porém, deve-se atentar que o segundo maior número notificado foi de pessoas transexuais, mostrando a grande repercussão negativa que esta população enfrenta no contexto social, trazendo uma propensão aumentada da população LGBT em procurar por ajuda, através de denúncias, referente a situações de violência vivenciadas (BRASIL, 2019).

Para além da população transexual como um todo, quando se limita a abordagem para mulheres transexuais, as questões de violência apresentam-se com maior frequência, pelo fato de que o grupo de abordagem se refere ao sexo feminino, já com maior vulnerabilidade social ao sofrimento e menosprezo, enraizado no patriarcado e machismo estrutural, e às questões de gênero, apresentando dentro da sociedade uma construção de gênero diferente da aceita.

A mulher transexual no convívio da sociedade vivencia situações de violência, questões de ruptura dos direitos humanos, diariamente e de forma constante. A representação da mulher no contexto social é algo de grande discussão e dificuldade, pelo enraizamento da sociedade nos moldes machistas e patriarcais. Quando se restringe, ainda, à transexualidade, o escárnio é ainda maior, por representar uma mulher, no contexto social, com representação de gênero diferente daquele atribuído no nascimento (SMITH & SANTOS, 2017).

A discussão pela necessidade de políticas públicas que resguardecem os direitos das mulheres transexuais é uma constante luta e visa o resguardo social deste grupo populacional pela visibilidade de equidade. As lutas ocorrem diariamente, em movimentos isolados e, também, em grandes momentos históricos de construção social do estabelecimento de direitos civis.

Tendo em vista toda a discussão trazida na contextualização deste capítulo em virtude da falta de acesso e garantia de direitos humanos da população LGBT, em especial mulheres transexuais, entendendo sua maior vulnerabilidade social, foram propostas pelo Governo Federal a realização de três Conferências Nacionais. A proposta governamental é criar espaços para abordar as questões sociais pertinentes à população LGBT e, portanto, fomentar ambientes políticos de debate e discussão crítica a respeito da real necessidade do agora, da implementação de condutas impositivas para a garantia dos direitos humanos desta população.

2.1 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

A pressão social e tendo em vista dados alarmantes em respeito às violências sofridas pelas mulheres transexuais fez com que o governo federal, em 2007, fizesse o chamamento público para a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essa conferência realizada no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, e contando com a participação do mesmo na cerimônia de abertura, representa um grande marco na história do país no que refere à luta pelos direitos humanos da população GLBT.

A Conferência ocorrida entre 06 e 08 de junho de 2008, com a temática de “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” teve um texto-base desenvolvido a fim de nortear as discussões em prol dos direitos humanos e civis da população LGBT, com levantamento de dados e marcos históricos que expuseram as atrocidades que esta população convive. As reflexões levantadas ao longo da Conferência foram pautadas em lutas dos poderes públicos para garantir os direitos humanos e manter sua cidadania.

A proposta da realização desta Conferência é o desenvolvimento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Além disso, resgata-se na história política do país a criação do Programa “Brasil sem Homofobia”, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, de ocorrência em todas as unidades federativas do país.

Percebe-se que a construção desse espaço de debate político proporcionado pela Conferência, culminou a partir das inúmeras lutas diárias que a população LGBT

travou contra as mortes, agressões e destilação de ódio pela própria sociedade. Configura-se, então, como um movimento social que ganhou força e foi compreendido pelo Governo Federal, passando de uma demanda de política social, objetivando a implementação de políticas públicas para salvaguardar os direitos constitucionais de todo e qualquer cidadão, sem distinções.

Portanto, com o desdobramento da Conferência presidida em Brasília – DF, foi proposto a participação da sociedade civil, tendo em vista a importância de acesso aos principais beneficiários da realização de tal Conferência, a própria população. A demanda da sociedade civil, a necessidade de uma política social vigorando em prol da garantia dos direitos da população LGBT, em especial mulheres transexuais, fez com que a atuação neste espaço político e de decisão fosse imprescindível para dar voz aos afetados diretamente pela ausência de apoio governamental.

As construções dos movimentos sociais que ocorreram ao longo dos anos pelas incessantes lutas por equidade de direitos, permitiram que estes movimentos se organizassem de forma democrática e de visibilidade pelo poder público. Tanto que foram convocados a participar da Conferência 18 representantes de diferentes Associações, Coletivos, Ligas, dentre outros, com voz atuante e ouvinte neste espaço destinado às discussões de garantia de direitos.

A Conferência foi pautada em alguns princípios e diretrizes de regimento como medida estratégica para fomentar as discussões em combate às desigualdades de direitos. Entende-se a necessidade da imposição dessas medidas estratégicas pela complexidade da criação de políticas públicas para a população LGBT e, em consequência, sua inclusão dentro do cenário social de forma igualitária, gozando dos direitos civis como qualquer outro cidadão, conforme dirigido pela Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, as medidas adotadas pela Conferência para o delineamento das demandas levantadas ao longo da sua realização, pautou-se como princípio de ordenamento cinco preceitos básicos: laicidade do Estado, participação social, subsidiar evidências sobre a vida da população LGBT, intersetorialidade e transversalidade.

A laicidade do Estado é compreendida pela postura que a tríade governamental deve adotar em virtude da pluralidade religiosa que compreende as diferentes formações sociais. A representação em diferentes cenários religiosos pela população LGBT configura-se como forma de liberdade de expressão religiosa e, portanto, não

sendo fomentado a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade atrelados à alguma religião em específico.

A participação da própria população abordada pelas discussões é vista como um ganho imensurável na criação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à população LGBT. Sua participação traz proximidade à realidade das pessoas que vivem diariamente no medo de sofrer qualquer ataque preconceituoso pelo simples fato de liberdade de expressão sexual.

Sistematizar a divulgação de dados acerca da população LGBT permite às instâncias governamentais o conhecimento da realidade deste público e, portanto, mostra-se mais próximo na construção de políticas públicas. As pesquisas frente à população LGBT, em especial nesta pesquisa, mulheres trans, legitimam a visibilidade e a luta pela igualdade de direitos.

Por fim, pelos preceitos levantados, a intersetorialidade e transversalidade configura-se como peça-chave na construção de políticas públicas para LGBT's. Leva-se em consideração a integralidade do olhar para este público, garantindo seus direitos em contextos sociais distintos (saúde, educação, segurança pública, dentre outros).

Os debates dentro da Conferência objetivando a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT foram de encontro aos diferentes contextos que englobam a sociedade como um todo, ou seja, foram abordados temas de diferentes cenários, entendendo a integralidade do ser humano. Além disso, foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, na então estruturada Secretaria de Direitos Humanos. Portanto, foram discutidos temas sobre direitos humanos, saúde, educação, cultura, segurança pública, dentre outros.

Direitos Humanos

Diversas deliberações ocorreram a partir da realização da Conferência com o enfoque no desenvolvimento do Plano Nacional para a população LGBT. Abaixo serão apresentadas as principais propostas levantadas acerca da garantia dos direitos humanos da população LGBT dentro deste ambiente de discussão política. As demais deliberações nos outros contextos discutidos não serão abordadas a princípio.

- Discussão sobre identidade de gênero, sexualidade, questões étnico raciais;
- Implantação e implementação do Programa Brasil sem Homofobia;
- Abordagem da pluralidade sexual;

- Reconhecer e incentivar organizações que apoiam a diversidade sexual e de gênero;
- Fortalecimento da promoção dos direitos humanos da população LGBT frente ao Mercosul e ONU;
- Incentivos financeiros para ações e projetos envolvendo LGBT;
- Criação de núcleos de discussão nas esferas governamentais para assegurar os direitos de LGBT;
- Garantia do direito da troca do pré-nome para mulheres e homens transexuais;
- Apoio financeiro para campanhas contra a violência à população LGBT;
- Elaboração do primeiro Plano Nacional de Políticas Públicas para LGBT;
- Aprovação do PL 122/06 que criminaliza a homofobia; PL 1151/96 que garante a parceria civil de pessoas do mesmo sexo e o PL 72/2007 que autoriza a mudança de nome às pessoas trans.

Portanto, a realização desta 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais permitiu estabelecer um ambiente de discussão política, social e democrática em prol da população LGBT. Os pontos levantados ao longo dos dias destinados à realização da Conferência foram utilizados como base para a criação do primeiro Plano Nacional para garantir o fomento de políticas públicas que reconheçam esta parcela da população como integrantes da sociedade civil e com direitos civis e humanos estabelecidos por lei, enquanto integralidade, universalidade e equidade.

2.2 2ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

A segunda Conferência Nacional da população LGBT, convocada pela presidente Dilma Rousseff à época, ocorreu entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011 e teve como tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Sendo que, neste mesmo ano, a ONU implementou uma resolução de reconhecimento de direitos humanos à população LGBT, sem qualquer distinção excludente.

As conquistas atingidas até o momento da realização da Conferência foram muitas e mostraram que as lutas dos movimentos sociais ganharam força na garantia dos direitos humanos. Porém, sabe-se que a equiparação dos direitos entre a

população civil e pessoas LGBT ainda é algo inalcançável. Portanto, estimula-se a permanência das lutas e acesso à garantia dos direitos para os LGBT enquanto pertencentes à sociedade, previstos pela Constituição Federal.

O avanço das conquistas pelos direitos humanos é constante e mostra-se no cotidiano civil de qualquer pessoa LGBT que outrora enfrentava ainda mais dificuldades para garantir sua livre expressão da liberdade sexual e de gênero. Ainda assim, um caminho árduo precisa ser percorrido para aproximar-se do ideal no que compete a igualdade de direitos entre a população em geral e pessoas LGBT.

Neste contexto, a 2ª Conferência teve como ponto de pauta a avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da população LGBT que foi proposto na 1ª Conferência. A partir da criação do Plano Nacional, o início da sua implementação e as estratégias de melhor garantia dos direitos pela população LGBT, expõe-se a seguir as principais deliberações implementadas pelo Plano Nacional de garantia de direitos.

- Apoio à realização de estudos e pesquisas em relação a discriminação à população LGBT foi considerada com realizada esta ação, e como ganho do público em questão, implementou-se o registro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o levantamento de dados acerca de casais do mesmo sexo no Brasil, o que culmina na visibilidade e respeito pelos casais homoafetivos no que concerne à exposição quantitativa deles;
- Mobilização parlamentar para a efetivação das PEC 4914/2009 e 122/2006 que se referem à união estável de pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia, respectivamente;
- Capacitações e formação de Educação Permanente de agentes públicos, servidores e atendentes de profissionais ligados ao contato direto com pessoas LGBT e o acolhimento correto quanto as questões de gênero, sem discriminação;
- Garantia do uso do nome social em repartições públicas para travestis e transexuais.
- Realizar bianualmente as Conferências Nacionais de LGBT;
- Criação e implementação de eventos abordando os direitos humanos, diversidade sexual e de gênero da população LGBT;
- Inclusão da perspectiva de gênero nas ações da Política Nacional da Pessoa Idosa;

- Inclusão de pautas LGBT nas discussões dos conselhos nacionais de políticas setoriais;
- Proposta de inclusão pelas três esferas governamentais dos quesitos de orientação sexual e identidade de gênero no atendimento à população;
- Estímulo na criação de políticas públicas para a população LGBT foi parcialmente realizada, tendo a Secretaria de Direitos Humanos articulado com estados, municípios e distrito federal no que compete a implementação e monitoramento de políticas públicas para resguardar os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis;

Algumas deliberações do Plano Nacional não foram realizadas ou atendidas, o que apresenta a dificuldade no acesso à garantia dos direitos humanos da população LGBT. Estas deliberações encontram-se em fase de construção, apresentação resolução parcial da proposta, ou nenhuma resolutividade, compreendendo a não equidade de direitos sociais dentro da mesma conjuntura de formação política que compõe a sociedade civil e, assim, mantém-se a discriminação de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestir, colaborando para sua vulnerabilidade social, favorecendo os ataques de violência em diferentes esferas sociais.

Outras deliberações foram efetivas pelas Advocacia Geral da União (AGU), mesmo este órgão não tendo responsabilidade imposta pelo Plano Nacional. A partir da AGU, foram implementadas ações de garantia de direitos jurídicos para LGBT, a saber:

- Concessão de visto permanente para a união homoafetiva;
- Inscrição de companheiro do mesmo sexo no Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central do Brasil;
- Reconhecimento do direito de inclusão de dependente homoafetivo para efeitos fiscais;
- Reconhecimento de união homoafetiva e inclusão no recebimento de pensão por morte.
- Reconhecimento de união estável homoafetiva.

2.3 3ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

A 3ª Conferência também ocorreu sob convocação da ex-presidente Dilma Rousseff, entre os dias 24 a 27 de abril de 2016. Neste terceiro momento de discussão e abordagem de temáticas pertinentes à população LGBT, o tema levantado pela Conferência foi “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

Antes de adentrar com profundidade na análise do relatório disponibilizado a partir da 3ª Conferência, faz-se a reflexão a respeito dos temas abordados pelas três Conferências até então. Na primeira, foi discutido sobre direitos humanos e políticas públicas na garantia da cidadania da população LGBT; já a segunda abordou questões de pobreza e discriminação também na garantia da cidadania da população LGBT, enquanto que, por fim, na terceira Conferência, foi efetivamente abordada a questão da violência à população LGBT e as limitações na garantia da cidadania deste grupo social.

Por esta análise temática, foi permitido evidenciar a trajetória das Conferências consonante à falta de direitos humanos estabelecidos para a população LGBT e, com isso, o agravamento das situações de violência que vive. As discussões permeiam sempre na garantia da cidadania da população LGBT e, conseqüentemente, seus direitos humanos estabelecidos cotidianamente. Porém, nota-se ainda a permanência da violência perpetrada aos grupos LGBT, já que a própria Conferência traz a necessidade de uma discussão mais impositiva e objetivando a criminalização desta violência.

Para além da discussão sobre a criminalização das violações dos direitos humanos e políticos de LGBT, é preciso incentivar os fomentos para a promoção destes direitos no que tange à educação e construções sociais que reverberam a violência cotidiana social. As questões de direitos humanos e políticas públicas voltadas ao grupo LGBT ainda são muito iniciais e isso faz com que esta parcela da população sofra diariamente com as representações violentas.

A Conferência foi dividida em eixos temáticos de análise para se conseguir atingir os objetivos propostos e, circundam em questões voltadas a políticas intersetoriais voltadas ao enfrentamento da violência; educação, cultura e comunicação em direitos humanos; segurança pública e o sistema de justiça para

LGBT's; e marcos jurídicos para o enfrentamento da violência para LGBT. Os eixos de discussão trazem embasamento para a luta pelos estabelecimentos dos direitos humanos e políticos da população LGBT.

O primeiro eixo de discussão da Conferência, a respeito das políticas intersetoriais para o enfrentamento da violência à população LGBT, objetiva debater e elaborar estratégias para a transversalização das políticas LGBT, a fim de delinear propostas de Política Nacional LGBT, envolvendo o Pacto Federativo com os três poderes. A discussão da elaboração de uma Política Nacional para a população LGBT é vista com a necessidade da participação social, em especial do próprio grupo LGBT, para o estabelecimento de uma política efetiva na garantia de direitos e redução da violência.

Já o segundo eixo discutido atém-se a salvaguardar o direito à educação a todos os brasileiros, contemplando também a população LGBT. Apesar da garantia prevista pela Constituição Federal de 1988, a população LGBT sofre constrangimentos, intolerância e violências dentro dos ambientes de ensino, fazendo com que seu afastamento seja constante, causando evasão escolar. Ao que compete à comunicação, as propostas circundam nas informações transmitidas pela mídia e os impactos que causam ou podem causar na vida de pessoas tão marginalizadas pela sociedade; além do estímulo às discussões a fim de construir opiniões críticas e consolidadas.

A terceira etapa de debate dentro da Conferência foi pautada nas questões da segurança pública da população LGBT, compreendendo à máxima exteriorização da violência vivenciada por este público. A abordagem da temática da violência vivida por pessoas LGBT é imprescindível que seja feita com a transversalidade às questões de gênero e a construção machista patriarcal, evidenciando a maior vulnerabilidade deste grupo em sofrer episódios de violência.

As discussões finais da Conferência circundaram a respeito das questões jurídicas e normativas para o enfrentamento da população LGBT, principalmente nos embates diretos com a parcela conservadora pertencente desses espaços. As esferas governamentais tripartidas (Governos Federal, Estadual e Municipal) ainda possuem poucos incentivos de Projetos de Lei (PL) que resguardecem os direitos humanos, políticos, civis e sociais da população LGBT e, para tanto, entende-se a máxima urgência em manter esses debates, culminando em decisões resolutivas para a garantia dos direitos das pessoas LGBT.

2.4 4ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

As mudanças políticas que perpassam as gestões nas três esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário) são constantes e de importância para a garantia dos direitos da população civil, emendas orçamentárias, propostas parlamentares, dentre outras atribuições. Além disso, a ruptura de paradigmas políticas traz inovações e novas perspectivas de divergências ideológicas ou, até mesmo, a manutenção dos pressupostos já vigentes nos contextos federal, estadual e municipal.

Em vista desta discussão, à época de permanência política compreendida entre os anos de 2019-2022, na presença do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, foi marcada por uma esfera governamental enraizada no conservadorismo, atrelado à pressupostos religiosos – mesmo o Estado sendo laico – o que culminou em decisões políticas que deixaram de salvaguardar os direitos de populações tidas como minorias sociais, como o caso da comunidade LGBT.

Portanto, neste tempo sombrio de decisões radicais e a presença intrínseca e explícita do conservadorismo social, com bases no machismo patriarcal que permeia a realidade social há anos, o governo Bolsonaro realizou o desmonte da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), cuja previsão de ocorrência em novembro de 2019.

O retrocesso desta decisão corrobora com o descaso mitigado pela permanência do conservadorismo social radical da extrema direita quanto à frente do poder executivo, legislativo e judiciário, não trazendo nas agendas pautas que perpassem pela realidade de comunidades em constante desvalorização social de direitos. O Projeto de Decreto Legislativo 1014/18 do deputado Professor Victório Galli (PSL-MT) foi tramitado na Câmara dos Deputados com a proposta de sustar a realização da referida Conferência.

O andamento interno na Câmara dos Deputados e de fácil acesso virtualmente, constatou que o projeto de decreto foi dado segmento dentro da Casa Parlamentar, tendo sido arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, explicitado abaixo

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem

em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões;

II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III – que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;

IV – de iniciativa popular;

V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Mesmo tendo ocorrido o arquivamento do projeto de decreto mediante os pressupostos pertinentes ao Artigo 105, já mencionado anteriormente, seja por qual razão foi tida como base para arquivamento, o desejo do Deputado Professor Victório Galli se fez atendido, em detrimento do não acontecimento da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

A ausência da realização desta Conferência Nacional traz a reflexão do desmonte que foi levantado no cenário da comunidade LGBT, não permitindo um espaço de discussão de direitos, estes já tão distantes da realidade social a serem empregados. Porém, com a troca da gestão do executivo, tendo sido eleito o ex-presidente, então presidente, Luíz Inácio Lula da Silva, frente ao comando do Estado Nacional entre os anos 2023-2026, foi trazido à tona novamente a discussão e retomadas das Conferências Nacionais, englobando a dos direitos à população LGBT.

Neste íterim, foi convocada em reunião envolvendo o presidente Lula junto ao Ministro Silvio Almeida, em 27 de dezembro de 2023, a qual foi decretada a retomada da realização da Conferência Nacional dos Direitos da População LGBTQIAP+, ocorrendo no ano de 2025. Ambos os gestores ressaltam que, apesar da retomada da Conferência Nacional ocorrer um ano após a permanência na liderança política, no ano de 2024 serão realizadas conferências estaduais, municipais, locais e distrital envolvendo a temática.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

A trajetória metodológica é deveras importante para a construção e manutenção desta tese enquanto uma pesquisa que se consolida com estrutura, argumentos e continuidade. Portanto, neste capítulo será apresentado aos leitores a construção de uma pesquisa baseada em uma metodologia pertinente à manutenção dos fatos enquanto pesquisa científica.

3.1 Tipo de pesquisa

Com o propósito de analisar as abordagens vividas por mulheres transexuais em situação de violência, optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza descritiva e delineamento analítico. Seguindo esta trajetória metodológica foi possível investigar o objeto de estudo proposto e aprofundar a análise dos discursos das participantes.

A pesquisa qualitativa refere-se à um estudo de maior aprofundamento em questões particulares na busca da intensidade dos fenômenos e na dimensão sociocultural, em que conta com uma realidade que pode ser expressa por meio de opiniões, crenças, representações, entre outras (MINAYO, 2013).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa dentro das ciências sociais, preocupa-se com uma realidade de informações necessárias para o entendimento de questões de pesquisa que não podem ser quantificadas numericamente. Tais questões relacionam-se com o universo das significações de emoções, vivências e realidades de determinado grupo social (Op. Cit., 2013).

A abordagem qualitativa busca empreender a construção de conhecimentos no campo da representação social de determinados grupos de forma subjetiva, objetivando compreender a relação entre esta população natural e o contexto social. Portanto, a pesquisa qualitativa permite uma maior abrangência e profundidade nas variáveis pesquisadas, trazendo à tona a realidade mais complexa da correlação entre os diferentes grupos humanos e suas inter-relações sociais de forma intrínseca (MINAYO, 2013).

A pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, a partir da utilização e aprofundamento do material empírico apreendidos nas entrevistas individuais ou formulários (GIL, 2017).

A descrição dos dados sobre determinado grupo, segundo Gil (2017), permite fazer o levantamento da correlação entre variáveis e, portanto, a necessidade de se seguir com esta proposta metodológica na pesquisa em questão. Ainda de acordo com o autor, a pesquisa descritiva permite subsídios ao pesquisador para apresentar uma específica realidade, o que é de fundamental importância e justifica seu agenciamento para a investigação de mulheres transexuais que tenham vivenciado algum tipo de violência, nas suas diferentes formas representativas, questionando as formas de acolhimento que vivenciaram nos serviços especializados de atendimento. Por um enfoque nas pesquisas sociais com atenção voltada à realidade prática de determinado fenômeno, acredita-se que a pesquisa descritiva melhor elucida os objetivos propostos nesta pesquisa.

Em consonância, a pesquisa analítica propõe uma avaliação aprofundada de informações coletadas objetivando explicar o contexto do grupo na procura de respostas para o objeto estudado. Dentro do delineamento analítico empregado nesta pesquisa, é possível os três processos intelectuais, como a descrição, a análise e a síntese (THOMAS et al., 2012).

O processo analítico dos dados permite que o pesquisador faça uma interpretação fidedigna aos dados levantados ao longo da coleta e, com isso, os dados passam a fazer sentido e atingir aos objetivos da pesquisa. Portanto, é necessário que o pesquisador elabore as categorias de análise a partir dos dados obtidos, fazendo com que seja possível analisar rigorosamente estes dados (THOMAS et al., 2012).

3.2 Método de pesquisa

A pesquisa utilizou como referencial metodológico para a interpretação e análise dos resultados o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) proposto por Lefevre & Lefevre (2014), tendo como forma de organizar os resultados obtidos na proposta da pesquisa qualitativa e analítica mediante os discursos verbais empíricos trazidos pelas participantes.

O DSC tem por finalidade a organização dos dados a partir da pesquisa qualitativa, com o intuito de analisar os componentes verbais extraídos ao longo das entrevistas, apresentando a singularidade de cada participante na construção de um discurso coletivo (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014). Ou seja, a ideia proposta pauta-se

no levantamento das expressões-chaves, tidas como as ideias centrais dos discursos individuais e, a partir deste marco, formula-se o discurso do sujeito coletivo.

Dessa forma, o DSC propõe a exposição das falas na primeira pessoa do singular, utilizando-se da fala em primeira pessoa para expressar as experiências vividas por uma coletividade. Essa realidade se dá por possível devido ao agrupamento das similaridades obtidas nos discursos individuais, a fim de representar uma parcela da sociedade (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

O DSC tem sua base fundamentada na Teoria das Representações Sociais e seus embasamentos sociológicos, cujo objetivo é trazer o senso comum a partir do posicionamento do indivíduo em seu convívio diário. Esses posicionamentos individuais podem ser agrupados em categorias que representam a coletividade da vivência social de um coletivo a partir da individualidade de cada componente. Por conseguinte, o DSC permite resgatar as representações sociais (RSS) de um grupo social obtidas de pesquisas empíricas de forma metodológica (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

Verifica-se em forma de discursos coletivos, as RSS trazem as histórias coletivas de acordo com o tema abordado pelo pesquisador ou o problema de pesquisa levantado (Op. Cit., 2014). Por esse levantamento dos discursos a partir dos depoimentos individuais e compartilhados socialmente foi possível fazer o agrupamento em categorias, de acordo com a semelhança de cada discurso. Pôde-se assim traduzir, a partir dos discursos coletivos construídos, as RSS vividas por um mesmo grupo social.

3.3 Procedimento de produção e coleta de dados

O pesquisador estabeleceu um primeiro contato com o cenário de pesquisa após aprovação do projeto de tese em banca de defesa de projeto de tese, a fim de se aproximar do local e manter contato com as coordenações imediatas do Ambulatório LGBTQIAP+, sendo gerenciado pelo Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM) do município de Macaé/RJ. Esta ocasião possibilitou a ambientação do campo e a interação com a equipe dos profissionais inseridos neste setor.

A proposta de aproximação prévia do cenário de pesquisa visou expor aos profissionais os objetivos da pesquisa, a importância do levantamento dos dados propostos pela pesquisa para a construção e disseminação do conhecimento para a

região de Macaé. Após esse contato foi possível entender a realidade do setor e, também, do fluxo de atendimento às mulheres transexuais pelo Ambulatório, atrelado ao levantamento bibliográfico na literatura sobre produções de conhecimento na vertente da temática abordada.

O tempo da coleta de dados ocorreu no período de setembro de 2023 a janeiro de 2024, tempo oportuno para a construção dos DSC conforme proposto nesta pesquisa. A aproximação dos potenciais participantes de pesquisa se deu a partir do atendimento oferecido pelo serviço local e de acordo com a disponibilidade de cada mulher. Após levantamento das participantes, foram explicados os objetivos da pesquisa e oferecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) para leitura e assinatura em caso de aceite.

Ainda, foi explicado para a população participante a importância para o desenvolvimento de pesquisas científicas, o levantamento de dados sobre determinado problema social. Os resultados provindos da pesquisa poderão possibilitar uma melhora na qualidade de atendimento às mulheres transexuais e melhorar questões sociais que permeiam as dificuldades políticas e sociais da população LGBT no que compete às conquistas por igualdade de direitos.

No seguimento ao fluxo do desenvolvimento da pesquisa, após aproximação e aceite da participação de forma espontânea, foi oferecido o TCLE em duas vias para assinatura, sendo uma delas de posse da participante e outra do próprio pesquisador. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro semiestruturado produzido pelo próprio autor, contendo perguntas fechadas e abertas, que contemplem o levantamento dos dados necessários para a realização da pesquisa e, portanto, alcançar a resposta dos objetivos propostos.

As entrevistas foram realizadas de forma individual, entendendo as complexidades pessoais e individuais que seriam levantadas ao longo da pesquisa. Foi necessário a utilização de um gravador, através do telefone celular, para fazer o armazenamento das entrevistas e as informações contidas ao longo dos discursos das participantes. A necessidade de gravação também foi informada para as participantes e esta informação esteve contida no TCLE.

As gravações permitiram manter na íntegra o discurso das participantes e auxiliaram na transcrição total de todas as informações obtidas. Dessa forma, manteve-se a autenticidade do conteúdo, sem qualquer interferência pelo

pesquisador. As transcrições foram analisadas ao término das entrevistas, propondo alcançar os objetivos elencados em pesquisa.

As entrevistas não tiveram tempo limite de duração, a fim de contemplar todas as nuances da mulher transexual no contexto da violência. Ao longo da coleta de dados, não houve nenhum contratempo durante as entrevistas e mantiveram-se de forma a finalização individual de cada uma delas. Além disso, foi utilizado um diário de campo para que fosse possível anotar as percepções e emoções esboçadas pelas mulheres transexuais participantes da pesquisa, entendendo que nem sempre é possível externalizar em palavras determinados sentimentos. E, assegurando a garantia do anonimato dessas mulheres, foi utilizada a categorização alfanumérica das entrevistadas (E1, E2, E3...), conforme a sequência realizada.

3.4 Técnica de coleta

A coleta de dados se deu após aprovação desta pesquisa de tese em banca de defesa de projeto e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O local de pesquisa foi dentro do próprio cenário de atendimento das mulheres transexuais (NUAM), contando sempre com a manutenção da privacidade das participantes.

O roteiro de entrevistas semi-estruturado (APÊNDICE B) continha perguntas abertas e fechadas, permitindo que as participantes pudessem se expressar livremente, entendendo a necessidade de se abordar a complexidade da construção social da mulher transexual que tenha vivenciado alguma situação de violência (GERHARDT & SILVEIRA, 2009). As entrevistas foram transcritas na íntegra e as transcrições agrupadas em análises temáticas, organizando-as em eixos temáticos, a fim de contemplar o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa (FONTANELLA, 2011).

De acordo com os autores Fontanella (2011) e Duarte (2004), a partir da construção dos eixos temáticos que se articulam com os objetivos centrais da pesquisa, dar-se-á a formulação dos subeixos temáticos, podendo assim organizar os discursos das participantes de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa. O material coletado a partir da pesquisa empírica foi construído a partir dos dados obtidos, organizados em categorias ou eixos temáticos que foram correlacionados às bases conceituais da pesquisa, trazendo as interpretações teórica e metodológica.

3.5 Perspectiva teórica de interpretação

A pesquisa utilizou como referencial metodológico para a interpretação e análise dos resultados o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) proposto por Lefevre & Lefevre (2014). Dessa forma, objetivou a organização dos resultados obtidos através da abordagem de pesquisa qualitativa, com natureza analítica, provindos dos discursos verbais empíricos trazidos pelas participantes ao longo das entrevistas.

O DSC construiu-se a partir da organização dos dados atingidos ao longo da coleta e teve por razão analisar o conteúdo verbal extraído de cada discurso na sua individualidade. A proposta se deu na essência da transcrição dos resultados subjetivos, transcritos na primeira pessoa do singular, na construção de discursos-sínteses que englobam a similaridade das expressões individuais trazidas de forma coletiva (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

Neste contexto, as ideias centrais levantadas a partir dos discursos individuais consistem, segundo Lefevre & Lefevre (2014), nas Expressões-chave. Estas expressões apresentam-se com maior significado entre as respostas obtidas, trazendo a síntese do conteúdo verbalizado. Por esta razão, foram construídos os discursos-síntese, com o objetivo de representar o pensamento coletivo de uma mesma ideia na transcrição de um discurso individual.

A fundamentação do DSC é pautada na Teoria das Representações Sociais e seus referenciais sociológicos, com o objetivo de expor o senso comum de um determinado grupo populacional, em determinada situação social, a partir do posicionamento individual em seu convívio diário. Esses posicionamentos individuais foram categorizados de forma a representar a coletividade da vivência social, do referido grupo estudado, a partir da individualidade de cada componente. Por conseguinte, o DSC permitiu resgatar as referências teóricas das representações sociais (RSS) de um grupo social provenientes de pesquisas empíricas e apresentá-las em uma construção metodológica (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

Portanto, nota-se que na construção a partir dos discursos coletivos, as RSS elucidaram histórias de uma coletividade a partir da problemática de pesquisa abordada (Op. Cit., 2014). Em detrimento da construção dos discursos coletivos a partir dos depoimentos individuais, e compartilhados socialmente, foi possível fazer o agrupamento em categorias, de acordo com a similaridade de cada discurso.

Podendo-se assim traduzir, a partir dos discursos coletivos construídos, as RSS vividas por um mesmo grupo social.

Dessa forma, o levantamento das expressões-chave contidas em cada discurso individual, expressões essas que apresentam a essência de cada realidade, fez-se necessário para a construção do discurso do sujeito coletivo. A proposta desta trajetória metodológica foi fazer o agrupamento das similaridades dos discursos individuais, de forma coletiva e, por fim, realizar a categorização dos discursos comuns a determinados enfoques de pesquisa, tendo construído assim as categorias de análise (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

Portanto, a concepção metodológica da técnica do DSC foi selecionar de cada depoimento individual uma expressão-chave, consistindo na ideia central trazida por este depoimento. A partir do levantamento da essência de cada depoimento, originadas das expressões-chave de cada discurso individual, foi possível formular o discurso-síntese que compôs as ideias centrais da particularidade de cada depoimento. Por conseguinte, expôs-se o pensamento de uma coletividade estudada a partir da individualidade de cada participante (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014).

A ideia dos autores em questão (Lefevre & Lefevre, 2014) é fazer esse percurso metodológico no intuito de representar uma determinada coletividade a partir da realidade individual de cada integrante social. Esta trajetória permite estudar diferentes participantes de pesquisa, com diferentes contextos sociais, que tenham partilhado de situações similares em determinado contexto. Assim, apesar de diferenças marcantes, a técnica do DSC permite agrupar as similaridades de um coletivo e, portanto, trazer a representação do mesmo, com análise aprofundada nas diferentes categorias emergentes Op. Cit., 2014).

3.6 Cenário de Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada com mulheres atendidas pelo Ambulatório LGBTQIAP+, do Núcleo de Atendimento às Mulheres (NUAM), situado no Centro de Especialidades Médicas Dona Alba, no município de Macaé/RJ. O município está situado na região norte do estado do Rio de Janeiro, a 180 quilômetros da capital fluminense e conta com uma população estimada de 246.391 mil habitantes, deste total, 127.268 mil são mulheres (IBGE, 2022).

A Figura 01 ilustra o território geográfico do município de Macaé/RJ.

Figura 03. Mapa do Município de Macaé/RJ, 2024.



Fonte: Google Maps.

A escolha do cenário se deu por ser o dispositivo no município que trata do acolhimento e acompanhamento dos usuários do Ambulatório LGBTQIAP+ através de atendimento em saúde. Ainda, ressalta-se que no contato prévio realizado com a coordenadora do NUAM, responsável pelo Ambulatório LGBTQIAP+, após explicação do teor da pesquisa, foi assinada a carta de anuência (APÊNDICE B) permitindo a entrada no pesquisador no campo de pesquisa a fim de realizar as entrevistas.

Este ambulatório responsabiliza-se pelas demandas da população LGBT, com visão holística das necessidades biopsicossociais destes usuários. Para tanto, percebem-se relatos a respeito do descaso que sofrem em outros serviços de saúde, corroborando com o aumento do número significativo de casos de violência sofridos por esta população e, em especial, mulheres transexuais.

Como cenários de apoio encontram-se o Centro de Atendimento Especializado à Mulher (CEAM), a Delegacia de Polícia Civil (123^a), o Instituto Médico Legal, a Polícia Militar, a Defensoria Pública e os Serviços Municipais de Saúde. Estes serviços responsabilizam-se pelos registros de ocorrência das violências vivenciadas, garantia dos direitos legais, realização do boletim de atendimento médico, dentre outros.

Mesmo com esta realidade e oferta dos dispositivos especializados de atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência, desconhece-se a organização do município frente a realidade de mulheres transexuais nestas

mesmas condições de abuso e não garantia de direitos nos serviços especializados e, portanto, optou-se pelo desenvolvimento da pesquisa no local de atendimento em saúde da comunidade LGBT. No entanto, entende-se que as políticas públicas vigentes e as leis de resguardo dos direitos humanos e civis de mulheres vivenciando a violência, não faz distinção de gênero enquanto trans ou cis, salientando que toda e qualquer mulher deve ter direito de ser atendida nesses dispositivos especializados.

O município de Macaé conta ainda, com o apoio da Patrulha Maria da Penha que foi implementada em 08 de abril de 2017, o que contribuiu para a diminuição dos casos e enfrentamento de mulheres em situações de violência, fiscalizando medidas protetivas estabelecidas pelo poder judiciário. Porém, apesar deste dispositivo de combate à violência contra a mulher, desconhece-se a atuação da patrulha no enfrentamento desta realidade vivenciada por mulheres transexuais, mesmo a Lei 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, dispor acerca dos direitos de mulheres em situação de violência independente de gênero.

3.7 Participantes

Foram selecionadas mulheres transexuais que tenham vivenciado algum tipo de violência e buscado orientação e acolhimento nos serviços especializados, sendo captadas a partir dos cadastros nestes serviços. Estas mulheres foram convidadas a participar da pesquisa, com a explanação dos objetivos, bem como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma ficando com a entrevistada e outra com o pesquisador responsável.

Como critérios de inclusão, foi necessário que a possível participante tivesse atingido a maioridade penal (idade acima de 18 anos), em acompanhamento pela equipe do Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ e residentes do município. Em contrapartida, foram excluídas possíveis participantes que apresentassem qualquer desestrutura emocional e cognitiva que as impedissem de participar da pesquisa.

3.8 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo CEP da Faculdade de Medicina de Campos/Fundação Benedito Pereira Nunes (ANEXO 1), contemplando a Resolução nº 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regula as Normas

de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, respeitando a dignidade humana e a proteção das participantes da pesquisa, através da garantia de seu anonimato (BRASIL, 2018), sob deliberação do CAAE 72907523.5.0000.5244 e número de parecer favorável 6.269.728.

Homem	41	3	-	1	-	-	-	-	-
Mulher	46	4	1	-	1	1	3	1	1

Fonte: Produzido pelo próprio autor, 2024.

A Tabela 02 apresenta a identificação e orientação sexual de todos os usuários cadastrados e acompanhados pelo Ambulatório LGBTQIAP+ em agosto de 2023, totalizando 41 homens transexuais e 46 mulheres transexuais. Atendo-se ao objeto de estudo proposto nesta pesquisa, dentre as demais mulheres cadastradas, quatro se reconhecem enquanto mulheres homossexuais, uma bissexual, uma não-binária, uma com gênero fluido, três não se identificam em nenhum gênero, enquanto que outras duas não constava essa informação em prontuário e não informou.

Em sequência, a fim de se identificar as mulheres transexuais atendidas pelo Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ que participaram da pesquisa, foi proposto o levantamento do perfil sociodemográfico destas usuárias. Apesar da trajetória metodológica desta pesquisa ser qualitativa, não quantificando numericamente as usuárias em tela, define-se o perfil predominante das usuárias entrevistadas, ressaltando que a temática da violência não desencadeia nenhum perfil característico de vítimas, mantendo apenas uma prevalência dos aspectos biopsicossociais.

Enquanto perfil traçado por esta pesquisa, foi possível identificar uma grande diferenciação de mulheres transexuais que tenham experienciado qualquer situação de violência que afetasse diretamente o estabelecimento dos seus direitos enquanto sociedade civil. Esta perspectiva se mostra similar à referência de mulheres em situação de violência, principalmente perpetradas pelo parceiro íntimo, não caracterizando um perfil exato de mulheres vivenciando a violência.

Na caracterização trazida a seguir, foram elencados dados acerca do invólucro social que circunda a vidas de mulheres transexuais que tenham vivenciado qualquer situação de violência, de qualquer natureza. Foram entrevistadas nove (9) mulheres transexuais e a interrupção da continuidade das entrevistas se deu a partir da saturação dos dados conforme metodologia utilizada. Este número de usuárias representa um total de 19,5% de mulheres transexuais estudadas dentro do Ambulatório LGBTQIAP+ do Município de Macaé/RJ. Ainda que a porcentagem não

seja relevante à esta pesquisa, tendo em vista a trajetória metodológica proposta, elucida-se o percentual apenas a título informativo.

Para tanto, foram analisadas algumas variáveis, sendo elas: idade, cor/raça, ocupação, escolaridade, renda familiar, e religião; expostas na Tabela 03.

Tabela 03. Perfil sociodemográfico de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ

Entrevistada	Idade	Cor	Ocupação	Escolaridade	Renda familiar (SM)	Religião
1	44	Branca	Desempregada	Superior Incompleto	1-2	Não
2	36	Preta	Servidora Pública	Superior Completo	3-4	Umbanda
3	31	Parda	Desempregada	Médio Completo	< 1	Não
4	46	Branca	Técnica de Segurança	Ensino Técnico	3-4	Católica
5	30	Parda	Estudante	Superior Incompleto	1-2	Candomblé
6	31	Branca	Profissional do Sexo	Médio Incompleto	3-4	Candomblé
7	33	Parda	Assistente Administrativo	Superior Incompleto	≥ 5	Evangélica
8	22	Preta	Assistente Administrativo	Superior Incompleto	< 1	Evangélica
9	20	Preta	Desempregada	Médio Completo	Sem renda	Evangélica

Fonte: Produzido pelo autor, 2024.

As participantes da pesquisa apresentaram um perfil prevalente na faixa etária adulta, com intervalo de idades de 20 a 46 anos; 1/3 das entrevistadas reconheceram-se enquanto mulheres pretas, pardas e brancas, respectivamente. As profissões das mulheres entrevistadas perpassam por diferentes áreas de atuação como assistente administrativo, servidora pública, estudante, profissional do sexo, técnica de segurança; outras 3 usuárias encontravam-se desempregadas no momento da entrevista.

A etnia se mostra equiparada na autodeclaração das participantes, porém, quando se rememora os conceitos trazidos pelo IBGE (2022), a etnia parda compreende a miscigenação de duas raças, mantendo a prevalência de traços negros. Nesta perspectiva e compreendendo toda a construção social, apresenta-se nesta pesquisa 2/3 da população estudada enquanto de etnia negra, culminando nos achados científicos de maior vulnerabilidade social e maior fragilidade à vivência de episódios violentos.

Nesta perspectiva, traz-se a reflexão de que apesar de não se apresentar, nesta e em outras pesquisas da mesma temática, um perfil característico de mulheres que vivenciam a violência, apresenta-se uma predominância de características que culminam neste desfecho. Portanto, a etnia enquanto voltada à pardos e negros ainda se mostra como maior vulnerabilidade no desfecho de vivenciar episódios violentos.

Quanto a escolaridade das usuárias participantes, apenas uma usuária concluiu ensino superior, enquanto outras cinco com ensino superior incompleto; duas mulheres transexuais com ensino médio completo, enquanto que uma outra, incompleto e, por fim, uma das usuárias com nível técnico. A pesquisa de Lima (2020) corrobora com os dados obtidos na presente pesquisa, salientando que mulheres transexuais têm maior dificuldade de acesso ao ensino superior.

A escolaridade evidencia-se como uma dificuldade vivenciada pelas mulheres transexuais referente à acesso, sendo que apenas uma entrevistada referiu possuir ensino superior completo, trazendo a efetividade de uma profissão e as portas que possam se abrir a partir desta realidade. Em contrapartida, a não oferta de oportunidades se mostra como fator de dificuldade para mulheres transexuais de adentrarem ao mercado de trabalho e adquirirem sua independência, evidenciando a falta de formação acadêmica para melhores condições de trabalho. E, até mesmo a informalidade laboral mostra-se como dificultador no acesso à prática de trabalho, novamente relacionado a identidade de gênero enquanto transexual.

Ainda, a permanência das mulheres trans no sistema educacional proposto pelo Ministério da Educação, seguindo os moldes de educação infantil, fundamental, médio e ensino superior, é de grande dificuldade. A transexualidade se mostra como um índice iminente de violência à homens e mulheres dentro dos diferentes contextos, incluindo o ambiente educacional. Portanto, evidencia-se a baixa escolaridade das mulheres transexuais em outras pesquisas, justamente pelo grande quadro de violência e intimidação que estas mulheres sofrem e, portanto, abandonam o ensino (CARVALHO & ALTMANN, 2023; LIMA, 2020).

No entanto, ainda com a reflexão trazida acima referente ao acesso e permanência de mulheres transexuais no sistema educacional, é importante destacar que as mulheres entrevistadas nesta pesquisa apresentaram uma predominância de perfil destoante do que é visto socialmente. Apesar de apenas uma atingir a conclusão do ensino superior, constata-se que outras quatro chegaram a iniciar o curso superior, não tem efetivado a conclusão do mesmo.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que as mulheres transexuais entrevistadas nesta pesquisa mostram uma característica sociodemográfica, no que compete ao sistema educacional, de uma parcela da sociedade ainda privilegiada. O ensino superior enquanto oportunidade de crescimento pessoal e profissional ainda é uma realidade restrita à sociedade e, nesta pesquisa, foi visto na maioria das participantes, mostrando assim uma contextualização social que as oportunizou.

A baixa escolaridade, já discutida anteriormente, fragiliza ainda mais as mulheres transexuais em culminarem para subempregos e, até mesmo, acessar a prostituição como única fonte de renda, culminando ainda mais a violência diária. No entanto, a pesquisa corrente apresenta uma situação que foge ao habitual social e de pesquisas científicas, com mulheres transexuais com mais acesso à educação, porém, não eximindo-as da chance de vivenciar episódios violentos.

Referente a renda familiar, duas usuárias com renda de 1-2 salários mínimos, três delas com renda de 3-4 salários, duas com renda menor que um salário mínimo e, em ambos os extremos, contou-se com uma usuária com uma renda familiar acima de 5 salários mínimos, enquanto que uma outra não possuía renda.

A ocupação e renda familiar configuram-se como fatores limitantes para mulheres cisgênero no que compete a violência, sendo relacionados com a dependência econômica que mulheres tendem a manter de seus companheiros íntimos, evidenciando uma permanência no ciclo da violência por falta de condições

de um recomeço. Quando relacionado às mulheres transexuais, estas duas variáveis se mostram, também, como facilitadores para vivenciar a violência, tendo em vista que culmina no preconceito e discriminação da sociedade pela identidade de gênero, associado ao não acesso a empregos formais e uma melhor renda financeira sendo assim, condicionadas à informalidade laboral e, conseqüentemente, determinadas fragilidades sociais que culminam em quadros violentos. (LIMA, 2020; FERREIRA et al., 2016; BERNARDINO et al., 2016).

De acordo com a FAPESP (2020), as mulheres transexuais têm menores chances de manter uma renda familiar digna ao desenvolvimento humano, assim como o acesso à trabalhos formais. A discrepância também se dá referente à homens transexuais, cuja facilidade é maior, em comparativo às mulheres trans. Lima (2020) também ressalta a renda familiar como um fator de grande dificuldade social à essas mulheres.

Quanto à religião, três usuárias referiram seguir a religião evangélica; outras três com referência a religiões de matrizes africanas, sendo duas do candomblé e uma da umbanda; duas usuárias não seguiam nenhuma religião; por fim, uma referiu seguir a religião católica.

Apesar desta pesquisa trazer uma equiparação entre as religiões de matrizes africanas (candomblé e umbanda) e a religião evangélica, Soares et al. (2021) demonstra as religiões de matrizes africanas, em especial o candomblé, como sendo as mais buscadas pelas minorias. No Brasil, país majoritariamente pertencente ao catolicismo, as religiões de matrizes africanas ainda são muito estigmatizadas e julgadas, porém se mantêm de braços abertos a receberem quaisquer pessoas, desde que seguindo estereótipos sociais baseados na heteronormatividade (SOARES et al., 2021; TAVARES & MACHADO, 2020; DIAS, 2019).

De acordo com os autores já mencionados (SOARES et al., 2021; DIAS, 2019), mulheres transexuais seguindo religiões de matrizes africanas, tendo surgido nesta pesquisa a umbanda e candomblé, somam mais um motivo para enfatizar o sofrimento destas mulheres. A transexualidade é, socialmente, um fator decisivo ao sofrimento e condicionamento à violência, assim como a vivência dentro de religiões de matrizes africanas, socialmente tão perseguidas e criticadas pela intolerância religiosa. Nesta perspectiva, mulheres transexuais seguindo a umbanda e/ou candomblé, acumulam premissas para condicioná-las ao convívio diário e contínuo com a violência de todas

suas formas e maneiras de representação, seja pela sociedade civil ou dentro dos templos religiosos.

A faixa etária nesta pesquisa apresenta mulheres de 20 a 46 anos, mostrando que não existe tempo oportuno para a autopercepção e entendimento social dentro da transexualidade. Outros estudos mostram a mesma faixa etária de prevalência no que concerne as diferentes propostas de análise voltados as mulheres transexuais (PAIXAO, 2020; PINTO et al., 2020).

Ainda, cabe a reflexão da permanência em pesquisas científicas de mulheres transexuais com idades mais elevadas, a manutenção desta população enjaulada socialmente, culminando em uma aceitação pessoal tardia de se reconhecer efetivamente enquanto uma pessoa com gênero diferente do sexo atribuído ao nascimento. A violência, discriminação e repulsa criada pela sociedade na vida de mulheres transexuais culmina na realidade apresentada nesta pesquisa e, não somente a efetividade da aceitação própria, mas também a reflexão dos longos anos de sofrimento psíquico ao esconder tal realidade.

A falta de empatia, cuidado e acolhimento às mulheres transexuais é um total reflexo do machismo patriarcal estritamente enraizado na sociedade, fazendo com que as decisões que fujam do controle social, àquelas que não sigam o padrão heteronormativo da sociedade, devam ser silenciadas. O silêncio é remetido ao resultado desta pesquisa, evidenciando idades mais avançadas no momento da autoidentificação enquanto uma pessoa transexual, momento de coragem, luta e grandes desafios.

Após a própria aceitação enquanto uma pessoa trans, além de todo o sofrimento já vivenciado por esta parcela da população, não suficiente a violência de represália e silêncio, inicia-se nova estrada árdua a ser percorrida. As novas dificuldades encontradas mantêm o desprezo social, atrelados ao julgamento, associados às práticas violentas mais obscuras e agressivas e a busca diária pelo conhecimento dos direitos humanos e sociais.

A cor autodeclarada mostra uma não caracterização do perfil predominante de mulheres vivenciando a violência, sejam elas cis ou trans, porém, em um país com uma miscigenação importante, evidencia-se três mulheres representando cada etnia, como pretas, pardas e brancas, respectivamente. Portanto, novamente, compreende-se uma não caracterização efetiva de mulheres que sofrem com a violência, estando

toda e qualquer mulher sujeita a sofrer atos violentos, dentro das suas diferentes representações, única e exclusivamente pela relação com o gênero feminino.

Esta realidade encontra-se em consonância com as pesquisas atuais, mostrando mulheres pretas, pardas e brancas, como as principais vítimas da violência perpetrada às mulheres trans. Novamente, a não caracterização efetiva de um perfil predominante da violência mostra a vulnerabilidade que qualquer mulher transexual tem de sofrer (MENDES & SILVA, 2020; PAIXAO, 2020).

4.2 Categorias de análise à luz do Discurso do Sujeito Coletivo

A construção desta pesquisa e análise dos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com mulheres transexuais cadastradas e atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ, permitiu uma robustez no arcabouço conteudista produzido. Assim, a partir desta análise das falas, foi possível identificar a similaridade dos conteúdos trazidos pelas participantes e, com isso, o seu agrupamento em categorias de análise.

Como é da própria proposta metodológica, o DSC (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014) é uma metodologia que permite a construção do discurso coletivo das participantes a partir da similaridade de suas falas e, isso se dá, com o levantamento das expressões-chaves de cada fala. As expressões-chaves norteiam o teor de cada discurso e, conseqüentemente, seu agrupamento e criação de um único discurso, escrito no singular, trazendo a vivência de um coletivo. Portanto, a partir desta etapa, agruparam-se os discursos mais relevantes para suprir as indagações iniciais propostas nesta pesquisa.

Dessa forma, fez-se a construção dos discursos coletivos das participantes, apresentando a similaridade das falas e, conseqüentemente, suas experiências de vida dentro de um mesmo contexto. Em sequência, as categorias de análise surgiram de forma espontânea, nesta pesquisa, contando com três categorias importantes, a saber: 1) A vivência de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ e demais contextos de saúde; 2) Os percalços existentes no cotidiano da vida de uma mulher transexual a partir de episódios violentos; e 3) A (não) garantia dos direitos humanos e políticos de mulheres transexuais a partir do cenário de violência ao longo da vida.

4.3 CATEGORIA I – A vivência de mulheres transexuais atendidas no Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ e demais contextos de saúde

Esta primeira categoria de análise discute acerca dos atendimentos em saúde oferecidos pelos serviços de saúde de acesso à população estudada nesta pesquisa, em especial, o Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ, sendo o local especializado de atendimento à comunidade LGBT. A realidade das falas das participantes permeia por diferentes vivências e emoções e, nesta categoria, serão discutidos com profundidade os relatos externalizados durante as entrevistas.

O primeiro discurso apresentado a seguir retrata a satisfação das participantes da pesquisa com o atendimento em saúde oferecido pelo Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ.

Bem acolhida. Georgia é maravilhosa, você também sempre pronto pra me ajudar, a fono, não tem nada que reclamar, nada a reclamar, todos muito educados, você, como todo mundo, em geral super educados, nunca faltaram com respeito. Tanto da parte da recepção, quanto das meninas da enfermagem, bem acolhida. As meninas também que sentam aqui, na lista de espera, melhorou bastante. Ah, me sinto bem, me sinto bem. Maravilhoso, inclusive eu vim aqui e fiz um doppler um tempo atrás aí já botaram com o nome social, aquilo foi um carinho né, que eu achei assim. Aqui foi um lugar que eu realmente consegui ficar livre, eles me ajudaram bastante. E1, E3, E4, E5, E9

O discurso mostra como os usuários do serviço são acolhidos e acompanhados com cuidado, empatia e respeito, características estas que deveriam ser inerentes ao ser humano para lidar com as questões biopsicossociais de qualquer outro ser humano. A identidade de gênero, como qualquer outra singularidade, deve ser apenas um detalhe no atendimento em saúde da sociedade.

De acordo com a Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004), uma de suas diretrizes é o acolhimento à população e, pela política em questão, entende-se:

O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. Acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde.

Por esta razão, o acolhimento deve ser realizado nos serviços de saúde visando a melhora da integralidade deste usuário, não se atendo às particularidades de cada um, como é o caso vivenciado pela comunidade LGBT.

A prestação de uma assistência humanitária faz com que o indivíduo se sinta pertencente do contexto o qual se insere e, portanto, acolhido na sua singularidade. Ater mão dos preceitos existentes na vida de cada profissional é basal no que

concerne ao acolhimento em saúde, visando o bem-estar dos usuários, sem qualquer tipo de discriminação.

Por esta razão, a conduta oferecida pelo Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ é vista com bons olhos e satisfação por parte dos seus assistidos, como é o caso das mulheres transexuais. Este ambiente de cuidado se fortalece a partir das falas destas mulheres, entendendo a necessidade de se manter um atendimento em saúde de qualidade, respeito às individualidades e empatia.

O Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ é um dispositivo recente da administração pública que tem ganhado força e consolidação enquanto facilitador na vida da população LGBT. A equipe composta do ambulatório apresenta um perfil de semelhança aos usuários, além de uma sensibilidade necessária para o atendimento deste público, além de uma formação especializada para o entendimento de suas nuances e particularidades.

O processo de transição já carrega um peso de sofrimento social muito intenso, vivenciado pelas pessoas trans que desejam tal transformação e, portanto, os ambientes de saúde devem, minimamente, fazer valer as políticas vigentes, como o caso da PNH (BRASIL, 2004) e manter o respeito ao cuidado às pessoas trans. O respeito transcende a empatia pelo árduo processo de transição física, fisiológica e social, está relacionado com o cuidado à singularidade de cada ser humano, em suas necessidades assistenciais.

Ainda referente ao ambulatório, para além da instituição em si que o espaço representa, e as benfeitorias realizadas à população LGBT, outro grande e importante discurso trazido pelas usuárias entrevistadas, foi a conduta dos profissionais. A atuação profissional direta e indireta no atendimento a este público se mostra como algo extremamente positivo para as mulheres transexuais participantes e, para além da positividade, como fonte reencontro e salvação (DERNER et al., 2023).

No discurso a seguir, elucida-se o cuidado oferecido pelos profissionais, em especial os médicos assistenciais, nas suas atividades laborais no atendimento aos usuários da comunidade LGBT, principalmente da população transexual realizando a transição de gênero.

Aqui dentro eu tenho vocês como amigos, então eu, bom, vamos dizer assim, eu não estou falando como pessoa, aqui dentro eu me sinto acolhida pela Geórgia, vou falar que é a minha madrinha, pelo Quéfrem, você, apesar da gente não ter muito contato, mas temos carinho um com o outro, a gente se vê, se fala, então eu estou muito bem viu, eu até agradeço muito os médicos que me atendem aqui porque eu tive uma crise

de depressão esse ano, eu estava bem pra baixo e agora estou bem melhor. Eu sou atendida por Dr. Quéfrem, Dr. Miguel e eu agradeço muito eles dois, porque nossa, agora ver que meus exames estão ótimos, graças a Deus, isso é uma tranquilidade né, porque eu fazia terapia no escuro né. Eu cheguei aqui com disforia de gênero, nossa, o Quéfrem foi um anjo na minha vida porque as pessoas sempre falam do Quéfrem, para mim é que o Quéfrem ele é muito humano, ele entende a dor da pessoa e consegue se pôr no lugar da pessoa então eu acho que o acolhimento do núcleo é muito bom. E2, E3, E4, E5, E8, E9

O atendimento às pessoas transexuais é algo que pode trazer insegurança aos profissionais de saúde frente a este cuidado, entendendo as particularidades biopsicossociais que permeiam a transgeneridade. No entanto, não é cabível, a partir da Política Nacional de Humanização (2004), a não tratativa igualitária dos usuários dos serviços de saúde, independente de sexo e gênero, cabendo análise das queixas em saúde que são trazidas dentro do atendimento.

De acordo com Sá et al. (2022) a falta de conhecimento por parte dos profissionais de saúde em lidar com as especificidades da população trans se mostra como fator limitante no acolhimento e acompanhamento das condições clínicas de cada usuário. Ainda, não somente as questões técnicas de conhecimento, as vivências e crenças pessoais de cada profissional também se apresenta como distanciamento do profissional perante esta comunidade, trazendo para a prática profissional os julgamentos enquanto pessoa civil, corroborando com os episódios diários e árduos de violência que as pessoas transexuais sofrem (ROSA et al., 2019).

Este despreparo pode estar relacionado com o interesse dos profissionais de saúde em aprimoramento de novas conduções clínicas e abordagens terapêuticas aos seus clientes, mas também se elucida as dificuldades da atualidade temática que a transexualidade traz (LIMA et al., 2023; ROSA et al., 2019). Aborda-se, obviamente, que a transexualidade enquanto temática em saúde ganhou proporção e visibilidade nos últimos anos, sendo necessária a preparação dos profissionais de saúde para esse atendimento. Porém, estes fatos não se apresentam enquanto permissores ao detrato destes usuários, sendo necessária o acolhimento realizado de forma minimamente respeitosa, como de qualquer outro cidadão.

No entanto, mesmo esta discussão sendo uma realidade ainda presente no contexto de atendimento clínico de pessoas trans, e também apresentadas nas pesquisas atuais sobre a temática, esta pesquisa em tela apresenta uma outra

realidade de contexto assistencial. O Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ é um espaço de acolhimento desta população e conta com profissionais capacitados com o atendimento e, portanto, a fala das usuárias mostra a realidade contrária da exposta anteriormente, em que se sentem totalmente acolhidas e abraçadas pelos profissionais da ponta.

A perspectiva do profissional frente ao atendimento de um público fragilizado socio emocionalmente, com tantas variáveis suscetíveis ao sofrimento, é minimamente necessária uma preparação profissional e alinhamento de condutas para acompanhamento nos diferentes cenários. Quando se trata do não estabelecimento do vínculo entre profissional-paciente, salienta-se novamente os enraizamentos sociais de preconceito e discriminação, distanciando a população LGBT do convívio social harmonioso e, conseqüentemente, a ruptura de direitos.

Cabe aqui a reflexão de uma abordagem profissional feita por um grupo multidisciplinar com perfil propiciado a este atendimento, mantendo assim uma qualidade assistencial na integralidade do ser transexual. Porém, ainda que feita esta discussão, e mesmo sendo um ambulatório de atendimento especializado, relembra-se que os profissionais de saúde devem manter as diretrizes do SUS sempre presentes: integralidade, equidade e universalidade. Nesta perspectiva, ressalta-se que os profissionais do ambulatório apenas realizam suas práticas assistenciais de maneira respeitosa e igualitária (LUCENA et al., 2022).

Porém, é indiscutível que o atendimento oferecido pelo ambulatório é feito de forma satisfatória, trazendo conforto e cuidado aos usuários do serviço. A fala das participantes mostra a importância de profissionais preparados para lidar com suas questões que transcendem a transexualidade e perpassam pelo acolhimento em saúde, social e psicológico, permitindo assim um acolhimento de qualidade às necessidades de cada indivíduo, com suas respectivas particularidades.

Ainda, para além do cuidado em saúde, as participantes retratam as vivências no atendimento dentro do ambulatório com o estabelecimento de um vínculo de tamanha representatividade que os profissionais deixam de ser somente suas referências em cuidado. A conexão entre profissionais e usuários trans no Ambulatório LGBTQIAP+ acontece de forma intensa, condizente com o respeito que é oferecido aos atendidos, além do carisma e afeto existente entre os envolvidos (DERNER et al., 2023).

Não obstante ao cuidado biopsicossocial, a assistência em saúde oferecida pelo ambulatório e a conexão de confiança existente entre os envolvidos, é notória a eficácia do atendimento prestado quando se rememora a fala das usuárias frente aos episódios mais drásticos do processo transicional. A transição de gênero afeta intrinsecamente a saúde mental da população trans e os relatos de disforia de gênero e quadros depressivos se apresentam corriqueiramente. Por esta razão, mostra-se a relevância do atendimento de profissionais capacitados ao lidar com questões de saúde tão severas quanto a quadros de instabilidade emocional, podendo culminar em desfechos ruins (BORGET et al., 2023).

Nesta perspectiva e em paralelo à discussão trazida por Borget e demais autores (2023), evidencia-se a realidade dos episódios de maior vulnerabilidade emocional dos usuários trans, também atrelados aos quadros de violência diária que sofrem, trazendo à tona o peso social da decisão transicional. Assim, identifica-se a quão sofrida se torna a vida desta comunidade, e como a falta de cuidado de qualidade se mostra como decisiva na melhora clínica da população trans e evita quadros drásticos de sofrimento.

Apesar deste feliz discurso trazido pelas mulheres trans participantes desta pesquisa, a seguir expõe-se a realidade de maior predominância na vida dessas mulheres, os casos diários e constantes de transfobia dentro do contexto social e, também, nos serviços de saúde. No discurso abaixo, é possível identificar situações desagradáveis que estas mulheres ainda enfrentam no dia a dia, refletindo no despreparo dos profissionais em lidar com a singularidade de uma pessoa trans, ainda mantendo os preceitos biológicos à frente dos sociais.

As pessoas têm um certo preconceito e, tipo, que perante da questão da prefeitura que o senhor perguntou, de serviço, eu fui tirar minha identidade eu não consegui tirar minha carteira de identidade no social porque elas falaram que não podia porque tinha gente que estava fazendo por brincar, aí infelizmente eu não podia. Aí eu tirei foto toda feminina estava de dread, com coque, toda feminina e tá lá, sexo masculino, e o nome masculino, eu peguei e falei com a mulher 'moça mas isso é humilhante para mim'. Ainda é um pouco difícil em questão de saúde, porque eu vou no Pronto Socorro do Aeroporto, né, quando eu passo mal, porque é onde eu moro, eu lá eles pedem que eu bote o nome, é, normal né, o nome do registro, e pede que eu fale o nome social que eles vão botar logo acima, porém quando chamam, não chamam o nome social, chamam o nome morto, que isso me constrange muito. Então assim, por exemplo, a última vez que eu fui numa clínica fui para fazer exame de sangue, eu não coloquei o nome social ainda, o cartão, foi até um receio da minha parte de medo de dar algum problema. Eu tive um episódio de transfobia no laboratório, mas não era

parte da prefeitura né por parte de uma menina que trabalha lá mais uma vez a mulher, que insistiu em botar meu nome de batismo, não queria trocar porque eu não tinha trocado o nome nos meus documentos e os rapazes me trataram todas no feminino que só essa mulher encasquetou. E2, E5, E6, E7

O discurso acima trazido por mulheres transexuais mostra a realidade do cotidiano diário cerceado de violência e destrato aos direitos humanos, políticos e sociais enquanto seres humanos pertencentes a um contexto social. Remete a reflexão de que a comunidade trans não merece o devido respeito dentro da sociedade pelas singularidades sexuais e de gênero, estando à mercê dos episódios violentos, destruindo o acesso aos direitos sociais de todo cidadão.

Como já apresentado anteriormente, o Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ mostra a perspectiva contrária da realidade exposta acima, sendo esta a expectativa que qualquer cidadão tem ao ser atendido em setores de saúde, sejam públicos ou privados. Nesta perspectiva, a dimensão do próprio ambulatório se torna ínfima perante a realidade de todo um contexto social envolto aos cuidados em saúde e, mostrando assim, a incondicional luta travada pela população trans à sociedade, objetivando o respaldo dos seus direitos.

Porém, como o próprio discurso apresenta, a dificuldade que se encontra em estabelecer os direitos humanos de um cidadão com seu gênero colocado em discussão perante a sociedade é visto corriqueiramente nos diferentes setores. Isso faz com que as mulheres transexuais vivam cada vez mais a inconsistência dos serviços de saúde e, nesta razão, passam a procurar menos pelos atendimentos especializados para acompanhamento clínico (BRASIL, 2015).

A falta de um profissional de saúde capacitado para acompanhar clinicamente um usuário do serviço se apresenta com grande prejuízo às pessoas, desfavorecendo o início ou continuidade de um tratamento/acompanhamento clínico. Isso se vê presente nas condutas pessoais de mulheres transexuais que insistem em realizar determinadas práticas em saúde por conta própria, sem qualquer acompanhamento com profissional capacitado (SILVA et al., 2021; BRASIL, 2015).

A prática da hormonioterapia por conta própria é presente na realidade das mulheres transexuais que participaram desta pesquisa e há relatos de desfechos ruins frente aos procedimentos sem acompanhamento de profissional da saúde, realidade esta também presente em outras pesquisas (SILVA et al., 2022; OLIVEIRA & ROMANINI, 2020). Muitas relatam terem iniciado a hormonioterapia por conta própria

por medo de acessar serviços de saúde e sofrerem represálias e, ademais, salientam o quão importante é o acompanhamento clínico com profissional capacitado para o tratamento correto e o quão seguro se torna.

Segundo Oliveira & Romanini (2020) verifica-se, portanto, as fragilidades dos serviços de atendimento à população, em especial a saúde, fato indispensável no bem-estar de qualquer ser humano, e como o preconceito enraizado na sociedade distancia estas mulheres de seus direitos civis. O despreparo profissional não só afasta mulheres transexuais de tratamento especializado para suas particularidades enquanto pessoa, mas também as coloca em situações de risco, com práticas clínicas sem acompanhamento profissional e com maior propensão aos desfechos negativos.

Ainda, expõe-se, para além das demandas clínicas e de acompanhamento específico para a realização da hormonioterapia, a exacerbação das queixas relacionadas à saúde mental, demonstrando total fragilidade da população trans no contexto social permeado de violência. A agressão diária sofrida por estas pessoas, em associações aos seus próprios anseios dentro do processo de autopercepção e transição de gênero, faz com que os quadros de depressão e instabilidade emocional estejam cada vez mais presentes e necessitando de cuidados mais atenciosos, com maior proximidade (CORTES et al., 2022).

A violência social vivenciada por uma mulher transexual transpassa os limites sociais relacionados apenas à transição de gênero, esta formação social tão fundamentada nos preceitos bíblicos de criação do homem e da mulher, e como ambos foram feitos para completar a vida do outro. Nesta perspectiva, salienta-se o sofrimento diário de uma mulher transexual que vivencia sua sexualidade, gênero e identidade social em um contexto altamente preconceituoso e violento e, para além da identidade de gênero, a facilidade que a sociedade tem de ditar as regras na vida de outra pessoa, independente do sofrimento gerado (JESUS et al., 2023; ALVARES et al., 2022).

Portanto, para além dos enfrentamentos cotidianos referentes aos episódios de violência ocasionados pelo preconceito da sociedade em controlar a vida de toda e qualquer pessoa, a transexualidade e suas nuances está estritamente relacionada ao sofrimento mental. Cortes e autores (2022) salientam que os danos psicológicos gerados pelo próprio processo de transição de gênero já se apresentam como realidade na vida de mulheres transexuais, e de maneira mais intensa e sofrida, a

partir do somatório dessa condição pessoal já existente atrelado ao sofrimento gerado pela sociedade.

De acordo com Alvares e demais autores (2022), os transtornos psicológicos e psiquiátricos são uma realidade presente na vida dessas mulheres, experienciando sofrimento de tamanha intensidade que culminam em atitudes drásticas como a tentativa de autoextermínio. Portanto, percebe-se a partir desta discussão como a sociedade se mostra extremamente preconceituosa e não acolhedora, enjaulando pessoas trans em seus nichos cada vez mais restritos, impedindo atingir conquistas pessoais e sociais pelo medo da represália, ou pela efetivação da violência em restringir direitos.

Assim, entende-se que o acolhimento da sociedade com as demandas já presentes na vida de uma pessoa trans é algo decisivo no contexto social ao qual esta parcela da população se insere. Percebe-se, então, o distanciamento da população trans aos cuidados com a saúde, mantendo-se distantes de cenários violentos e, conseqüentemente, de vivenciar violências de gênero, porém com restrições de acesso (JESUS, et al., 2023).

Segundo Jesus e seus autores colaboradores (2023), essa restrição de acesso aos serviços de saúde favorece o descuido com a própria saúde e, para além dos cuidados com o processo transexualizador, a preocupação com a integralidade do cuidado desses usuários, nos diferentes contextos em saúde. A questão do sofrimento em sociedade por se reconhecerem enquanto pessoas trans no convívio social, faz com que haja o distanciamento deste convívio esteja atrelado ao medo da represália e sofrimento a partir das violências vivenciadas e, por conseguinte, a falta de adesão ao autocuidado, deixando a integralidade do ser humano, também no quesito saúde, fragilizada.

Dessa forma, salienta-se o quão violenta a sociedade pode se comportar com relação às pessoas transexuais, enjaulando-as em ambientes restritos, de reclusão social. A fala das mulheres participantes desta pesquisa retratam essa realidade, expondo a falta de amizades, medo de sair em público, não estabelecimento de direitos, dentre outras situações que culminam enquanto fatores de risco no agravamento de condições clínicas de saúde, bem como a falta de procura por acompanhamento profissional (ALVARES et al., 2022).

Por esta razão, evidencia-se a falta de cuidado e empatia vinda da própria sociedade, culminando em desfechos negativos para a vida dessas mulheres,

condicionando-as ao sofrimento. O não cuidado prestado pelos pares sociais mostra a ignorância da sociedade no tato com situações que diferem das suas próprias concepções, mostrando uma vida social direcionada a moldes e caixas que aprisionam a todos em respectivos características disseminadas enquanto corretas.

Nesta reflexão e entendendo o contexto social com toda sua violência ao lidar com pessoas transexuais, finda-se esta categoria de análise que objetivou trazer, a partir dos discursos das participantes, a trajetória social a partir da transexualidade. As vivências trazem reflexões positivas e negativas dos diferentes contextos, principalmente familiar e social, e como estes se mostram como decisivos nas histórias de vida dessas mulheres transexuais.

4.4 CATEGORIA II – Os percalços existentes no cotidiano da vida de uma mulher transexual a partir de episódios violentos

Esta categoria de análise visa a discussão da realidade social de mulheres transexuais atendidas pelo Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ a partir da vivência de episódios de violência. Esta realidade será discutida ao longo desta categoria em diferentes contextos sociais, mostrando a fragilidade generalizada que mulheres transexuais experenciam ao longo da vida.

A partir dos discursos das participantes e a construção destes nos moldes metodológicos propostos, foi possível equalizar essa categoria em três eixos temáticos de análise, a saber: relação familiar; contexto social; e autorreconhecimento.

4.4.1 Relações familiares

As relações familiares se apresentaram com diferentes visões para as mulheres transexuais participantes desta pesquisa, mostrando os lados positivos e negativos da instituição familiar no que compete à aceitação. O discurso a seguir demonstra a negatividade familiar envolvida no acolhimento de mulheres transexuais durante o processo de transexualização e, conseqüentemente, os entraves e dificuldades associados à falta de apoio familiar.

Ah, meu pai ele não me aceita, a minha avó ela não me aceita também, mas hoje em dia ela consegue me respeitar porque, no entanto, ela me botou para fora de casa quando eu entrei pro candomblé e assumi ser uma pessoa trans. No começo assim foi bem complicado, mas eu acho que, eu acho que tipo assim, o entendimento que eu tive de, até de corpo assim né, e assim, eu sou uma pessoa que acredita muito na coisa assim, difícil explicar, mas assim, na manifestação biológica da transexualidade que eu acho que existe. Eu acho que eu sou isso que ele está falando porém minha cabeça era muito fechada, eu tinha muito preconceito em me aceitar que eu cresci numa família evangélica, então eu cresci com o ensinamento que Deus criou Eva e Adão, e Eva não virou Adão e nem Adão virou Eva, então para minha família foi como eu querer virar algo que eu não nasci pra ser, na cabeça deles. No caso não aceitam, eu não me senti bem sendo desrespeitada por eles, entendeu, por não... foi até o momento em que eu saí de casa e comecei a morar sozinha. Para eu poder ser aceita por eles, eu ia ter que morar só, tipo, morando com eles eu não podia ser eu mesma, então eu optei em sair de casa, então esse rompimento de vínculo com a sua família é por conta da transexualidade. Não, que me apoiasse não, nunca tive apoio de ninguém entende, apoio apoio nem da família nem de ninguém. A minha mãe não faria isso, mas eu já tive amigos que foram expulsos com 13/14 anos, e eu tinha medo

de me assumir porque eu não queria passar por essa experiência. E1, E2, E4, E5, E6, E8

No discurso acima é possível refletir acerca da estruturação familiar ser um impasse na vida de mulheres transexuais durante o processo de autoaceitação e seu andamento processual de mudança social de gênero. Segundo os autores Silva et al (2015) e Lanz (2014), a falta de cuidado e proteção da própria família representa uma extrema fragilidade destas mulheres em estarem vulneráveis aos ataques violentos que a sociedade reproduz diariamente.

De acordo com Silva et al. (2015), o cenário da família, uma das primeiras instituições de convívio social de uma pessoa, pode não estar atrelada ao estabelecimento de vínculo e o cuidado necessário para a construção social de qualquer ser humano. As posturas familiares desfavoráveis à aceitação de uma mulher transicionando de gênero, tornam o processo mais árduo e frágil, vulnerabilizando estas mulheres aos horrores sociais, representando a primeira instituição de rompimento de laços com pessoas em processo de transexualização (LANZ, 2014).

A contextualização e discussão da estrutura familiar enquanto decisiva para uma mulher transexual romper ou manter-se dentro do cenário de violência é vista nesta tese com associação à revisão de literatura trazida anteriormente. Autores como ALBUQUERQUE (2015); DEPRET (2022); DEVIDES (2018); FARIA (2018); GIL (2022), dentre outros, mostraram em suas pesquisas como a instituição familiar pode ser reconfortante no acolhimento, como também disseminadora do preconceito em não aceitar um membro desta família em virtude da sua identidade de gênero.

O preconceito familiar em não aceitar um membro desta enquanto gênero diferente daquele atribuído ao nascimento, consolida-se no preconceito social diário que mulheres transexuais carregam enquanto vivência. Não somente a falta de aceitação, mas atitudes mais intensas de falta de apoio são vistas nos relatos das participantes, como a expulsão da residência, ambiente este que cultiva uma proteção social, onde as paredes que cercam uma casa, compreendam a conformação de um lar, ambiente que deveria ser minimamente respeitoso e acolhedor (SILVA et al., 2015).

A primeira instituição social de entendimento de uma pessoa é a família, em suas diferentes composições, permitindo a vivência de um contato social que deveria ser minimamente afetuoso e, se não, respeitoso. Quando se mostra no discurso

anterior e nas reflexões de outros autores a realidade de uma família não aceitando e, quiçá, expulsando de casa um ente, reflete-se que a sociedade ainda não atingiu o feito de lidar respeitosamente com as diferenças.

Desta forma, estas mulheres ficam condicionadas à desproteção social, sem sequer contarem com um norte social culminado pela desestruturação residencial, trazendo à tona a falta de base institucional, nesta perspectiva representada pela família, de uma condição mínima para enfrentar as dificuldades das mudanças de gênero. Portanto, indo ao encontro das reflexões trazidas pela autora Lanz (2014), ao se refletir sobre a família e perceber que esta também se comporta de forma preconceituosa e nada acolhedora, as mulheres transexuais vivenciam episódios de violência mesmo antes de alcançarem o convívio social.

A expulsão do ambiente residencial remete às mulheres transexuais poucas opções de segmento de vida, sendo a prostituição uma das alternativas para subsistência, mesmo não sendo o desejo desta mulher. A falta de apoio e estruturação familiar para crescimento social, faz com que estas mulheres, expulsas tão cedo de casa, tenham a necessidade de amadurecimento e seguir tentando estruturar-se socialmente para uma condição mínima de dignidade. Por esta razão, segundo Pardini & Oliveira (2017) muitas mulheres transexuais que enfrentam a desaprovação familiar neste processo, acabam recorrendo à prostituição como forma de subsistência.

O envolvimento com a prostituição como fonte de renda e, por conseguinte, estabelecimento mínimo de direitos sociais, não é visto como algo negativo para àquelas que realmente desejam seguir. Destaca-se aqui, de forma rígida e direta, a prostituição como única forma de manter condições basais para uma vida com direitos básicos, como moradia, alimentação, dentre outros (PARDINI & OLIVEIRA, 2017).

Toda a reflexão relacionada a falta de apoio familiar demonstra, a priori, desfechos negativos na vida das mulheres transexuais, passando a se reconhecer enquanto mulheres e dentro de um contexto social preconceituoso e violento, incluindo o ambiente familiar. Porém, leviana seria esta reflexão se trouxesse a não compreensão e acolhimento familiar como algo decisivo na vida dessas mulheres que, sim, muitas vezes reiniciam a vida com grande dificuldade, porém alcançam vitórias na perspectiva e objetivos de cada uma (SOUZA & NETO, 2023).

O condicionamento a marginalização social de uma pessoa rejeitada pela própria família, consolida-se a partir de uma sociedade desumana e preconceituosa, objetivando o enquadramento de pessoas em seus respectivos padrões de aceitação

social. Porém, quando essa modulação não é seguida, a sociedade repudia os atos e até mesma existência de seres destoantes dos padrões sociais, e a família se apresenta como a primeira tomada de decisão condicionada à repulsa social.

Ainda assim, mesmo tendo o conhecimento de grandes e brilhantes desenrolares de vida de maneira positiva, com bons segmentos, infelizmente salienta-se que esta não é, ainda, a realidade de muitas mulheres transexuais, também entendendo a falta de apoio a partir de políticas públicas de amparo. As políticas públicas mantendo-se distantes da realidade da população LGBT, tão fragilizada e marginalizada socialmente, dificulta o acesso e permanência da comunidade em condições sociais mínimas.

Segundo Souza & Neto (2023) e Lanz (2014), as dificuldades sociais e políticas representam, através de números, a manutenção de mulheres transexuais vivenciando diariamente condições insalubres de subsistência, além dos inúmeros e constantes episódios de violência. Esta violência perpassa a transexualidade enquanto identidade de gênero, demonstra o mais profundo ódio e falta de cuidado, empatia e respeito por outro ser humano. Essas condições sociais estão presentes nas vidas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, iniciando a violência ainda dentro de casa, a partir da própria família.

Nesta reflexão, evidencia-se o quão traumático a desestruturação familiar se apresenta na vida das mulheres transexuais que não podem contar com este apoio durante o processo de mudança de gênero. A violência à mulher transexual é iniciada ainda muito cedo, quando esta mulher se reconhece dentro de uma feminilidade que não condiz, socialmente falando, com a postura masculina desejada e, a partir disto, as sentenças de sofrimento e violência se instala na vida destas mulheres (JANINI & SANTOS, 2020).

A fragilidade da mulher transexual é corroborada por números assustadores a partir de pesquisas que expõem a realidade destas mulheres sentenciadas à desvalorização pessoal, menosprezo da dor e a vivência da violência diariamente. Segundo a ANTRA (2018), o Brasil ainda se mantém enquanto primeiro colocado do país que mais mata mulheres transexuais no mundo.

A realidade evidenciada acima ainda se mantém predominante na vida das mulheres transexuais, lidando diariamente com a desaprovação familiar na decisão de vivenciar o gênero de identidade social. Porém, por sorte, esta situação não acomete a todas as mulheres transexuais, trazendo uma parcela da comunidade com

a vivência da realidade oposta, aquela condicionada ao apoio e acolhimento oferecido pelo ambiente familiar.

Assim, evidenciam-se os desfechos positivos associados ao apoio familiar e construção de processos transexualizadores de grande sucesso, com participação familiar. No discurso abaixo, apresenta-se a outra esfera da realidade na vida de mulheres transexuais, das quais contaram com o apoio e respeito da família pelas suas identidades de gênero.

Com minha mãe é boa e com minhas irmãs também são boas apesar dos atritos a gente tem uma boa relação. Foi quando eu me assumi pra minha mãe e ela mesmo sem entender, ela me levou numa loja e comprou meu primeiro conjunto de peças íntimas femininas e eu nunca usei. A minha família é uma família bem, tipo assim, eles se transformaram, foram transicionando junto né, minha mãe falou pra mim que tem muito orgulho de mim, porque eu falei com ela que o que eu tenho que lutar para ter os meus direitos perante a sociedade. Aí minha avó, aí vieram falando comigo que já sabiam, ‘por que você não falou isso antes’, que ia aceitar. Nno começo foi bom, assim, só eu, enquanto estava só e minha mãe, eu contando só pra ela, estava OK, só que depois veio muita coisa né, só que eu estou resolvendo, muita coisa, muita, porque aí começa vim, o começo foi difícil assim. É, a vida inteira a gente sempre meio que tem que provar para as pessoas, lutar para as pessoas aceitar uma coisa que basta a mim aceitar quem eu sou, e a pessoa mais importante da minha vida que me aceita e me respeita que a minha mãe. E2, E3, E6, E7, E8, E9

O discurso trazido pelas participantes mostra uma realidade diferente da discutida anteriormente, apresentando o contexto familiar de forma positiva e acolhedora na descoberta e processo de transição de gênero. Esta realidade garante um ambiente familiar de cuidado e proteção para estas mulheres vivenciando a transexualização e, desta forma, condiciona um convívio social menos traumático pela aceitação familiar, mesmo ainda estando condicionado ao sofrimento por parte de uma sociedade preconceituosa.

A estrutura familiar proporciona empatia e aceitação à estas mulheres em fase de transição e, conseqüentemente, o apoio oferecido pela instituição família é visto como necessário para que as mulheres transexuais encarem os desafios da sociedade com mais força. Nesta perspectiva, o discurso apresenta uma realidade de empatia, vitória e encorajamento para seguir enfrentando as adversidades sociais diárias (BRAZ et al., 2020).

Ainda, contar com o apoio familiar não somente na aceitação, mas também a presença durante o processo de transição, traz mais segurança para as mulheres vivenciando este processo. A presença da família encoraja a mulher transexual a

vivenciar a mudança social de gênero de forma mais segura e confortável, distanciando estas mulheres de realidades negativas ou o condicionamento a situações sociais que não desejadas pelas mulheres, como o caso da prostituição.

Além disso, a consolidação de um contexto familiar, cerceado pelo ambiente familiar, estruturado no respeito, empatia e carinho entre os pares, distancia as mulheres transexuais deste cenário a vivenciarem condições sociais próximas à marginalização. Esse apoio familiar permite que as mulheres trans mantenham uma estrutura mínima de moradia, permitindo assim que tenham a possibilidade de buscar desejos pessoais e profissionais.

4.4.2 Contexto social

Outra perspectiva social que culmina em entraves na vida das mulheres transexuais é a estruturação da sociedade, mostrando essa instituição de convívio cotidiano com grande repulsa e disseminação de ódio. Abaixo, apresenta-se o discurso das mulheres entrevistadas mostrando o contexto social como violento.

Aqui o meu cabelo se escandaliza, nego já ficou olhando assim e tal, eu acho que há partes assim dos direitos humanos, sociais e seria pra mim melhor na cidade grande. Às vezes me dá um desconforto, porque as pessoas ficam olhando, ficam encarando de um jeito muito desconfortante, sabe? Ah, turma de garotos com pau correndo atrás para bater, uma vez um homem fingiu que queria ficar comigo e quis bater em mim, mas aí eu comecei a ficar com medo de sofrer alguma coisa maior, agressão física, aí passei a usar só fone, fingir que eu estou no meu mundo. Muito preconceito, muitas portas fechadas, muito dedo apontado, entendeu? Estou conversando com um cara e ele sabe, aí começa umas formas de violência assim, pesadas, tem algumas pessoas no meu ciclo social, alguns caras no meu ciclo social que acompanharam a minha transição e hoje em dia me assediam de uma forma muito violenta. Muito preconceito, muitas portas fechadas, muito dedo apontado entendeu. No mercado de trabalho não abre as portas para uma menina trans, nem para você vender roupa, não abre mesmo que seja loja de uma mulher, que tem só meninas vendedores mulher até aquela tal mulher tem uma amiga trans não tem capacidade de botar a sua própria amiga para trabalhar. E1, E3, E4, E5, E7, E8, E9

Neste discurso trazido, as mulheres transexuais externalizam o quanto o ambiente social se comporta de maneira totalmente preconceituosa e agressiva. A falta de empatia no acolhimento de pessoas trans corrobora ainda mais para o adoecimento psíquico destas mulheres e, ainda, mantém distante o estabelecimento de direitos como qualquer outra pessoa.

A ridicularização das mulheres trans é vista pelos olhares tortos, julgamentos através das expressões corporais, a fala violenta e, ainda, os ataques violentos de forma direta à estas mulheres. A representação da violência à população trans perpassa pelas diferentes formas de ocorrências, porém, evidencia-se a violência psicológica, moral e física como as mais prevalentes (SILVA et al., 2022).

A sociedade se mantém disseminadora do preconceito, não respeitando os limites e decisões de outrem, enfatizando o distanciamento entre os pares e aprisionando determinados grupos em “jaulas” sociais. Essa realidade é vista pelo preconceito existente e a falta de respeito nas diferenças sociais, entendendo que cada componente do contexto social tem o direito de fazer e ser o que bem entender, respeitando os limites legais, porém os sociais são transgredidos pelo preconceito.

Os agentes sociais enquanto protagonistas do preconceito são personificações importantes na não garantia dos direitos humanos das mulheres transexuais, realidade esta apresentada a partir do discurso acima. Não obstante, a revisão de literatura trazida nesta pesquisa também mostra como os agentes sociais são peças-chaves no combate à violência ou manutenção da mesma e, portanto, pesquisas apresentam dados que se corroboram com esta tese, reafirmando o papel social de preconceito (JESUS, 2019; MOURA, 2021; OLIVEIRA, 2015; ORTIZ, 2018; SANTOS, 2021; SANTOS, 2019; SOARES, 2018).

Pelo discurso, é possível perceber como o distanciamento social é vivenciado pelas mulheres transexuais e, conseqüentemente, trazendo diferentes contextos de violência para elas. O cenário cotidiano de uma mulher trans é permeado de lutas constantes pelo respeito à sua identidade de gênero, atreladas aos embates diretos para estabelecimento de direitos ou, muitas vezes, o silêncio para se manterem vivas.

A complexidade da violência social que mulheres transexuais se deparam diariamente na sociedade, alimenta as estimativas mundiais, mantendo o Brasil como o país que mais mata pessoas trans (BRASIL, 2019). Nesta razão, a postura de subserviência e não reação social, trazendo uma postura passiva perante a sociedade, é uma decisão sensata no que compete à manutenção da vida.

Segunda Silva e demais autores (2015), esta discussão mostra-se aterrorizante no estabelecimento de direitos e o simples fato de ser e existir em sociedade, realidade esta bastante presente na vida das mulheres transexuais, para estabelecer condições básicas de convívio social. A violência toma proporções tão devastadoras

que o ser do próximo incomoda tanto a ponto de extinguir-se com a vida daquele que não segue os preceitos sociais da grande massa preconceituosa.

Além da violência psicológica tão presente na vida das mulheres transexuais, vivenciadas pelas minúcias diárias de grande sofrimento, a violência física se apresenta igualmente, permitindo que estas mulheres estejam sujeitas às agressões no contexto social em detrimento da transexualidade. Ainda, outras formas de violência são vivenciadas pelas mulheres trans, pela falta de cuidado e empatia até mesmo de outras mulheres, marginalizando a transexualidade (SILVA et al., 2015).

A falta de oportunidades para mulheres transexuais se apresenta como maior vulnerabilidade à informalidade laboral na vida dessas mulheres, pelo fato de que não conseguem ocupar locais formais de trabalho. Essa forma de violência favorece a falta de recursos financeiros para manter uma vida socialmente digna, restringindo as escolhas dessas mulheres, restando subempregos como opção ou, até mesmo, a falta dela, culminando na prostituição como fonte de renda (MEDEIROS et al., 2023; PARDINI & OLIVEIRA, 2017; SILVA et al., 2015).

Tendo em vista as reflexões trazidas por Pardini & Oliveira (2017), a sexualidade de uma mulher transexual, quando representada na sociedade, apresenta-se pela fonte de renda, provinda da prostituição, ou pela hipersexualização da mulher trans em sociedade. A fala das participantes apresenta esta realidade, exemplificando a mulher transexual como objeto de desejo sexual, porém não se consolida enquanto relacionamento estável.

Esta realidade referente à falta de oportunidade é uma questão social que condiciona mulheres transexuais a vivenciarem aquilo que é oferecido e permitido, e não aquilo instigado pelo desejo de cada mulher. Desta forma, a sociedade mantém uma postura de julgamento e de decisão, mesmo que indireta, ao curso da vida dessas mulheres, mantendo-as distante do acesso aos locais de trabalho de desejo de cada mulher, bem como o distanciamento de um relacionamento estável (MEDEIROS et al., 2023).

Mais uma vez, esta pesquisa apresenta a objetificação da mulher transexual dentro da sociedade, fazendo com que sua marginalização se mantenha presente pelas decisões sociais. A restrição de acesso e a hipersexualização enquanto desejo carnal, distancia as mulheres trans de atingirem espaços sociais de suas escolhas, além da construção familiar baseada no amor e respeito, não somente às questões físicas da prática sexual.

4.4.3 Autorreconhecimento

Outro eixo temático insurgido nesta pesquisa a partir da fala das participantes foi o autorreconhecimento, tendo a análise das falas permeada pela forma que as mulheres transexuais se veem no contexto social, familiar, transexualizador e pela sua própria percepção. Essa análise se faz necessária pela fala das participantes tendo em vista as incertezas, decepções e violências vivenciadas e, portanto, o estabelecimento de traumas imensuráveis nas diferentes esferas pessoais e sociais dessas mulheres. A seguir, expõe-se o discurso das mulheres transexuais entrevistadas nesta pesquisa que vão ao encontro das suas próprias percepções no cenário da transexualidade.

Porque eu sabia que se eu enfrentasse um preconceito, colocasse uma peruca, colocasse salto, eu não ia conseguir terminar meu primeiro grau porque eu era muito reprimida tanto em casa, como na escola, eu não tinha pra onde correr. Eu acho que quando você está no início, você sofre algum comentário, ou alguém faz alguma maldade com você, você meio que volta para trás. Sim, eu acho que eu me tornei mais fria, seca, entendeu, é óbvio que a gente não deve confiar né. Hoje em dia, tipo antes eu era menos escabreada, hoje em dia eu sou mais, e é sobre. É o que eu falei, aquela casca que a gente cria de proteção e sobrevivência, de resistência. É uma violência, tipo assim, não poder viver isso também é uma violência. Se é tão difícil viver isso assim de uma forma natural, é uma violência, eu considero como uma violência também, tipo assim, a sociedade não vê a gente como uma como uma possibilidade para um relacionamento, alguém que você quer conhecer e tal. E eu cresci como se isso fosse ruim na minha cabeça, os traumas da infância, então eu preferi me moldar, e eu consegui me moldar a tal ponto que até eu estranhava, eu fiquei bem passada. E2, E4, E5, E6, E8, E9

O discurso representa as fragilidades que as mulheres transexuais participantes desta pesquisa enfrentam ao longo do processo de transição de gênero, indo ao encontro das reflexões trazidas por Medeiros e demais autores (2023); e expondo uma sociedade totalmente preconceituosa e não preparada para o acolhimento dessas mulheres. A falta de entendimento, culmina em uma violência desenfreada, estando sujeita a esta vivência em diferentes contextos sociais.

A confusão causada pela sociedade, a partir do preconceito, fragiliza o processo transexualizador e, mais que isso, a autoidentidade dessas mulheres que optam por vencer o preconceito e viverem em sociedade de acordo à sua identidade de gênero. Assim, a perversidade social condiciona as mulheres transexuais espaços

para dúvidas e, muitas vezes, vencem-nas pelo preconceito e as proíbe de vivenciar suas próprias existências.

A transfobia que mulheres trans sofrem ainda na fase escolar, através de atos violentos e não respeito aos traços femininos de uma pessoa biologicamente do sexo masculino, condiciona uma não permanência dessas mulheres no contexto educacional. Essa realidade traça o desfecho das mulheres transexuais com baixa escolaridade, dificuldade de acesso ao nível superior e, conseqüentemente, a não possibilidade de manter uma posição laboral reconhecidamente preparada para as atividades (MEDEIROS et al., 2023; SILVA et al., 2022; SILVA et al., 2015).

Segundo Pardini & Oliveira (2017), a violência sofrida por crianças e adolescentes com traços de transexualidades já aparentes, distancia este público da permanência e continuidade da formação educacional proposta e oferecida pela sociedade. Além disso, as implicações desta violência perpassam pela realidade da não garantia do acesso ao sistema educacional brasileiro, dificultando e restringindo estas mulheres de adentrarem ao mercado de trabalho com formação educacional e acadêmica.

Ainda, como se já não fosse suficiente essa restrição de acesso e garantia de permanência, a violência já ofertada às crianças e adolescentes tão jovens; os traumas causados na vida dessas pessoas é de grande prejuízo em diferentes contextos de vida (SILVA & OLIVEIRA, 2015). O estabelecimento de uma condição digna de vida, o acolhimento e suporte familiar, a empatia e aceitação social, além das autorreflexões que as mulheres transexuais fazem sobre si mesmas e o quão sofrida esta realidade se mostra; traz a elas o questionamento sobre si mesmas, se realmente a manutenção da sua identidade de gênero no contexto social se faz realmente pertinente em virtude do árduo caminho social a ser percorrido.

Neste contexto, evidencia-se a insegurança destas mulheres transexuais durante o processo de transição de gênero, tendo experienciado inúmeros episódios violentos e, conseqüentemente, o desestímulo de reconhecimento de gênero dentro da sociedade diferente daquele atribuído ao nascimento (ARAUJO et al., 2022). Por esta razão, o próprio discurso apresenta a frieza trazida por estas mulheres, da forma que se mantêm distantes emocionalmente de outras pessoas, principalmente no envolvimento afetivo conjugal, atrelados ao medo e novas violências e embates ideológicos sobre suas identidades de gênero.

Os diferentes cenários sociais associados ao preconceito, culmina na não garantia de estabelecimento de direitos destas mulheres e, pior que isso, silencia a voz feminina interior aprisionada em um corpo biologicamente masculino. As dificuldades sociais de direitos básicos como saúde e educação, além das questões sociais de inter-relações, laços afetivos e atividades laborais formais, são vistas com frequência na vida dessas mulheres e a impunidade de todas essas atrocidades se configura imperante na mesma proporção da disseminação do preconceito.

Não obstante, a fala das mulheres participantes nesta pesquisa também permeia sobre a dificuldade de manter um relacionamento afetivo, simplesmente pela transexualidade ser condicionada ao preconceito e sofrimento social. Entende-se que, a partir desta percepção social, uma mulher transexual é desmerecedora de viver um relacionamento amoroso, voltando a objetificação destas mulheres e sua hipersexualização, sendo vistas como objetos de desejo sexual e fetiche, porém incapazes de serem assumidas na sociedade enquanto relacionamento (BOFFI & SANTOS, 2023; ARAUJO et al., 2022).

Segundo Rigolon e demais autores (2020), estas marcas emocionais, e muitas vezes físicas, prejudicam ainda mais o estado emocional de mulheres trans e, conseqüentemente, as aprisiona dentro de si mesmas, com medo da represália social. Resistir a esse processo pessoal e social de mudança de gênero é algo que muitas delas tomam como premissa de vida e, inclusive, salienta-se a partir do discurso das mulheres trans desta pesquisa, que não viver essa realidade também se mostra como uma violência pois, em algum momento, essa mulher já foi silenciada a ponto de não vivenciar sua transexualidade.

4.5 CATEGORIA III – A (não) garantia dos direitos humanos e políticos de mulheres transexuais a partir do cenário de violência ao longo da vida.

Nesta categoria discute-se sobre os direitos humanos, políticos, civis, sociais e de qualquer outra natureza que são vedados e/ou dificultados o acesso às mulheres transexuais. A falta da garantia de direitos básicos previstos é algo extremamente cotidiano para estas mulheres, dificultando ainda mais suas vidas.

A violência social diariamente acometida às mulheres transexuais é o resultado de uma sociedade enraizada em moldes machistas e sexistas, sendo que a mulher dentro da sociedade, independente do sexo biológico, é algo de preconceito e violência. Desta forma, as dificuldades sociais enfrentadas por mulheres transexuais é algo que perpassa pequenos gestos, como usar um banheiro público, até situações mais complexas como o casamento homoafetivo (PEREIRA, et al., 2023; SILVA, et al., 2022).

Estas dificuldades são vistas e externadas abaixo a partir dos discursos das participantes, como visto a seguir.

Elas não me chamam no feminino muitas vezes, então eu acho que meus direitos eu tenho que lutar pra ter, que é uma coisa que eu falei com minha mãe que é muito triste, porque eu falei com ela que o que eu tenho que lutar para ter os meus direitos perante a sociedade, perante tudo, as minhas irmãs não fazem o mínimo esforço pra poder ter. Sim, e eu vou te dizer as pessoas falam que ‘ah, ele quer se sentir auto suficiente super forte, ah isso não me afeta, não sei o que’, nossa, afeta sim, afeta sim, num tempo ou outro vai te afetar sim porque as bordoadas são tão grandes. Então, a questão de direito não é apenas pra questão de banheiro. Eu não consegui, primeira vez foi agora quando eu voltei de viagem, lá em Campos, entrei correndo e sai correndo. E1, E2, E3, E5, E7, E8

O discurso acima mostra a cruel realidade de mulheres transexuais nos seus afazeres diários, com a presença de impeditivos e não garantia de direitos básicos. A redundância da discussão desta pesquisa se dá em torno das atividades diárias de grande violência e preconceito vivenciados por estas mulheres. O discurso traz novamente a discussão da garantia do direito em utilizar o nome social, ainda de suma dificuldade.

A sociedade ainda mantém uma postura preconceituosa e de não aceitação da utilização do nome social, já garantido legalmente, porém a prática diária apresenta uma realidade aquém da desejada, aprisionando mulheres transexuais aos seus

nomes masculinos de registro. Essa situação se apresenta com grande impacto na vida dessas mulheres, não conseguindo manter como vocativo o nome o qual escolheram para suas identidades femininas, aprisionando-as não somente ao nome masculino, mas toda a conjuntura social da construção do gênero ao qual foram atribuídas ao nascimento (SILVA et al., 2017).

Segundo Barbara e demais autores (2018), o nome é tido como direito básico através da certidão de nascimento e, mesmo sendo algo tão importante e corriqueiro, esta realidade não se mostra de forma facilitada às mulheres transexuais. As lutas diárias dos movimentos da comunidade LGBT conseguiram, através da representação e luta social, a garantia do nome social em documentos oficiais e, mesmo com a prerrogativa legal, a sociedade ainda se comporta de forma grosseira e criminosa em não garantir este direito.

Ainda, muito além de um nome, discute-se toda a bagagem de sofrimento vinculada à esta não garantia de direitos, fazendo com que estas mulheres rememorem diariamente o sofrimento da não aceitação. O preconceito se aprimora da sociedade além do desrespeito e garantir o nome destas mulheres, materializando-se em episódios de violência extrema, nas suas diferentes formas de representação, em especial a psicológica e a física (BARBARA et al., 2018; SILVA et al., 2017).

Portanto, ao discutir-se a garantia de direitos básicos, discute-se em paralelo a qualidade de vida de mulheres transexuais, principalmente referente ao adoecimento mental, com grandes prejuízos para a vida dessas mulheres. Assim, o sentimento de desistência se faz presente em algumas mulheres, em decorrências das inúmeras lutas travadas diariamente para manutenção de direitos (CORTES et al., 2022).

A reclusão social e a armadura criada para autoproteção é uma das falas presentes nas mulheres transexuais participantes desta pesquisa, sendo vistas nas falas delas a partir dos discursos. Essa proteção, segundo elas, e em consonância com outras pesquisas (CORTES et al., 2022; SILVA et al., 2017), faz-se necessária para manter uma dignidade pessoal em meio ao caos que a sociedade se apresenta para mulheres transexuais e, portanto, a dificuldade de sociabilidade é em detrimento do sofrimento exacerbado que a sociedade causa.

As reflexões acerca da garantia de direito e estabelecimento de condições sociais dignas de vivência são necessárias para o entendimento da conformação social que culmina no aprisionamento de mulheres transexuais nos moldes sociais de preconceito. Nesta perspectiva, entende-se que os direitos humanos, sociais e

políticos das mulheres trans ainda é algo distante de realização, sendo uma luta ideológica diária na ruptura do patriarcado social.

Além do nome social enquanto direito, outra queixa das mulheres transexuais que participaram desta pesquisa foi a utilização de banheiros públicos. Necessidade fisiológica e sem grandes dificuldades para outras pessoas, o ato de urinar ou evacuar para pessoas trans se configura como um momento de grande sofrimento. Não ter a possibilidade de usar um banheiro feminino por mulheres trans, faz com que segurem suas necessidades fisiológicas e, a longo prazo, podem trazer prejuízos para sua saúde (CERVI et al., 2019).

Segundo Cervi e demais autores (2019) usar o banheiro, para mulheres transexuais, deixou de ser algo natural, situação esta que virou motivo de luta contra os paradigmas sociais para estabelecimento de direitos básicos. A vida de pessoas trans é permeada de lutas, discussões, violência e, infelizmente, desistência. Resistir é um ato político para esta parcela da população, ainda mais pertencente à uma sociedade extremamente preconceituosa.

O medo de represália e as condições de dificuldades encontradas diariamente, faz com que mulheres transexuais tenham cada vez mais receio do convívio social, tentativa de estabelecimento de um relacionamento afetivo. Estão cada vez mais afastadas e reclusas em si próprias, pelo constante receio de sofrer algum tipo de violência, tão presente e normatizado na sociedade (BOFFI & SANTOS, 2023; MEDEIROS et al., 2023).

A vida da pessoa transexual, nesta pesquisa representada pelas mulheres trans, é cerceada de violência, de não garantia de direitos humanos básicos, conquistados de maneira difícil e árdua. Os movimentos dos coletivos trans conquistaram seus espaços de discussões políticas e, através da representatividade, incorporaram em agendas parlamentares as discussões sobre direitos (MEDEIROS et al., 2022).

As Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais simboliza as lutas travadas diariamente pela comunidade LGBT, enfatizando a necessidade de se manter uma agenda de discussão sobre as necessidades e direitos sociais dos seus integrantes. Porém, a luta continua, diariamente, incansavelmente, enfrentando o cotidiano de muita luta e briga pela garantia de direitos (BRASIL, 2008; 2011; 2016).

Outras realidades que envolvem a não garantia de direitos para mulheres transexuais é a dificuldade em arrumar um emprego formal. O discurso abaixo apresenta, entre outras questões, como o adoecimento mental, a dificuldade em conseguir e se manter em um emprego formal, pela não aceitação da transexualidade.

Sim, me afeta sim porque me deixa triste, me deixa uma pessoa isolada, me deixa uma pessoa assim diferente, é como se fosse aqui uma terceira pessoa, entendeu? Aí eu fui crescendo, mas eu sofri tão transfobia, tão transfobia que eu fui meio que reprimindo, reprimindo, aí eu depois quando mais velha, quando fui pesquisando, assim, eu vi que geralmente elas são expulsas de casa, e a prostituição era uma coisa que eu nunca quis. Como se aquilo que eu estou passando é uma coisa que não é certa, que eu tinha que mudar como se eles quisessem me puxar para fazer o que eles fizeram minha vida inteira, às vezes eu me sinto mal, incomoda, algo que me incomoda muito. Digamos assim, mas acho que o que mais mudou na minha vida foi a dificuldade de conseguir um emprego com o nome social, é, a dificuldade da aceitação das pessoas né. E me ofende sempre, não me chama pelo nome feminino, e no meu antigo trabalho também que ela falava que seria uma afronta, seria vergonhoso ela me chamar no nome social para as pessoas e eu me apresentar como homem e não como uma mulher. E1, E2, E3, E5, E7, E8

Segundo Souza e autores (2020) a dificuldade de alcançar uma estabilidade financeira a partir de um emprego formal é algo presente na vida de mulheres transexuais, como exposto nesta pesquisa a partir dos discursos. O preconceito traz uma tentativa de ser mascarado pela inclusão social, inclusive de pessoas trans, mas o dia a dia mostra uma realidade aquém do ideal.

Além da dificuldade de ingressar em um emprego formalizado, com direitos trabalhistas garantidos, tendo em vista que boa parte das mulheres transexuais são condicionadas à prostituição como fonte de renda, sem qualquer garantia laboral. A condição social de profissionais do sexo está relacionada com a falta de oportunidades para que mulheres transexuais mostrem suas competências, sendo julgadas pela identidade de gênero e, conseqüentemente, distanciadas da formalidade laboral (CAMARA, 2021).

As portas do mercado de trabalho se fecham com extrema facilidade para mulheres trans, independente de suas formações acadêmica e competências profissionais, são absurdamente julgadas pela transexualidade. Ainda que lutem e vençam os preconceitos diários, manter-se no ambiente de trabalho formal exige uma resistência grandiosa dessas mulheres, entendendo a complexidade do preconceito e violência diária vivenciados (SOUZA et al., 2020).

Com isso, todo o resto volta à tona, toda a fragilidade emocional que mulheres trans carregam consigo mesmas, as fragilidades de todo e qualquer ser humano, para elas, tem um peso maior, uma luta maior. As dificuldades diárias estão condicionadas a qualquer pessoa e, com mais intensidade, para mulheres transexuais, deixando ainda mais árduo o caminho a se seguir (MELO et al., 2023; VERONEZE, 2022).

Segundo Veroneze (2022) a fragilidade emocional que uma mulher transexual carrega, para além de toda e qualquer dificuldade já existente no dia a dia, é carregado de peso consubstancial na continuidade de luta e resistência. A vida de uma mulher trans está condicionada à resistência diária e de toda e qualquer dificuldade, preconceito e violência impostos pela sociedade.

O adoecimento mental está presente em pessoas trans de forma preocupante, não somente pelo processo transexualizador que, por si só, já carrega uma responsabilidade de tomada de decisões bastante prejudiciais à saúde mental dessas pessoas. Ainda assim, não suficiente esta realidade, mulheres transexuais têm um peso a mais no processo de adoecimento, seja pela transexualidade, seja pelo gênero feminino, ambos socialmente aceitos à vivência do sofrimento (MELO et al., 2023).

Essa normalização do sofrimento emocional é algo que dificulta as lutas pelo fim das discrepâncias de gênero, pelo fim da transfobia, tendo em vista que a sociedade está totalmente enraizada no machismo estrutural que esse sofrimento acaba sendo menosprezado. A desestruturação psicológica de uma mulher trans culmina à vida dela acesso com mais facilidade à diagnósticos em saúde com cunho de adoecimento emocional, necessidade de tratamento e acompanhamento clínico (SILVA et al., 2022).

Toda e qualquer atitude social que não venha a garantir os direitos humanos, sociais e políticos de um integrante da sociedade, deveria ser repugnada. Para tanto, mantém-se as lutas diárias dos grupos mais fragilizados e condicionados socialmente à experimentar o preconceito, objetivando a conscientização social de uma realidade que não suporta mais o exalar de preconceito.

De acordo com Melo e autores (2023) o isolamento social em detrimento do adoecimento emocional traz grandes prejuízos à vida e socialização das mulheres transexuais, trazendo o medo de sofrer e o preconceito diário como os responsáveis por esse afastamento social. Esse medo também se configura como uma proteção pelo cuidado com sua própria vida; a fragilidade emocional, e preconceito da

sociedade, fazendo com que estas mulheres se mantenham reclusas da sociedade, prezando pela permanência de suas próprias vidas (SILVA et al., 2022).

Outra perspectiva de discussão a partir dos discursos das participantes é o entendimento dos direitos legais que estão presentes na sociedade provindos de leis nas diferentes esferas governamentais. Entendendo esta realidade, o discurso abaixo apresenta a fala das participantes desta pesquisa ao serem questionadas sobre seus entendimentos acerca dos direitos que têm no convívio social.

Olha eu entendo, mas pelo que eu sei, o pouco que eu sei é que a gente melhorou bastante com relação a isso, mas tem muita gente com o pensamento antigo que então acho que não vai mudar. Eu falo que eu não quero ser mais uma, porque se eu fosse para a prostituição, eu ia ser só mais uma trans aí no mundo, eu quero ter uma carreira, esse ano botei na minha cabeça que eu quero fazer um curso técnico e se ninguém me der espaço, eu vou lutar, vou empurrar quem tiver que ser. E2, E4, E5, E7

O entendimento dos direitos para a população transexual é uma grande ferramenta de luta e garantia, visto que é necessário ater mão de leis que salvaguardam esses direitos, para que possam ser cumpridos e respeitados. Por esta razão, discute-se a partir do discurso apresentado que as participantes se mostraram minimamente entendidas sobre seus direitos.

A imersão neste contexto de entender seus direitos, fugindo da ignorância do desconhecimento, faz com que haja maior empoderamento das mulheres transexuais que vivenciam situações de violência e preconceito diariamente na sociedade. Assim, conseguem, mesmo que expostas a situações constrangedoras, garantir seus direitos previstos em lei. Ainda, Medeiros e autores (2022) trazem a discussão acerca da necessidade de maior participação social da própria comunidade no debate social e político para estabelecer e garantir esses direitos.

O entendimento de direitos é imprescindível para as mulheres trans, podendo manter o posicionamento necessário para o estabelecimento dos mesmos. Ao mesmo tempo em que é preciso esse entendimento, a ausência dele condiciona ainda mais à vivência do preconceito, dentro de uma sociedade caótica e desrespeitosa. Neste cenário, enalta-se a necessidade do saber básico de direitos para, de forma árdua, tentar mantê-los e garanti-los.

A luta por dignidade social é algo constante na vida dessas mulheres, vivenciando feitos aterrorizantes frente ao preconceito que permeia pela sociedade,

porém, é imprescindível que haja o envolvimento da comunidade para manter a garantia desses direitos. As lutas pelos direitos são mais presentes em grandes centros e capitais, trazendo visibilidade à comunidade LGBT, como é o caso das Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visando a luta pela conquista e manutenção de direitos humanos, políticos e sociais (BRASIL, 2008; 2011; 2016; SALVAGNI et al., 2020).

A falta de representatividade por parte da comunidade, inviabiliza trazer em discussão pautas necessárias se pertinentes a este público, mantendo-os na escuridão da sociedade, totalmente invisibilizados. Portanto, instiga-se a comunidade LGBT e, nesta pesquisa, mulheres transexuais, a manterem-se em constante proximidade aos poderes políticos capazes de garantir os direitos legais (MEDEIROS et al., 2022).

Segundo Carvalho (2022) a luta configura-se de forma difícil para o estabelecimento de direitos, porém a desistência é a consagração do preconceito imperante na sociedade e, por esta razão, a participação social da comunidade LGBT se faz necessária para tal. Assim, traz-se a discussão desta luta enquanto necessária, diariamente, em todo e qualquer contexto de convívio social, para que seja possível a real mudança da sociedade no respeito aos pares.

A perspectiva contrária à participação social também está presente no discurso das participantes, mostrando como a falta de representatividade pela própria comunidade LGBT e da sociedade, configura-se como enfraquecimento dos movimentos de estabelecimento de direitos. No discurso a seguir, percebe-se esta realidade.

Aí, é, eu acho que tudo hoje em dia quando é para a comunidade está se tornando a brincadeira não estou falando só para pessoas trans, mas para a sociedade e para a comunidade LGBT. Você tá só diminuindo o nome, jogando na lama o nome que as pessoas já não respeitam, então eu acho que a sociedade também e a comunidade LGBT não está fazendo por onde. E2, E3, E6

A situação exposta acima pelo discurso das participantes demonstra uma realidade de enfraquecimento do movimento LGBT, em busca de melhores condições sociais de vivência e garantia de direitos. Ao tomar uma postura contrária aos anseios de toda uma comunidade já tão fragilizada socialmente, diminui-se a força das lutas constantes para manter, minimamente, o respeito social pela diversidade de gênero.

O menosprezo pela luta das mulheres transexuais é visível a partir do discurso, tendo em vista que estas constantes e presentes lutas se tornam motivo de deboche, não credibilizando o sofrimento que acomete essas mulheres diariamente, na sociedade. Por esta razão, não somente a sociedade, mas próprios integrantes da comunidade LGBT mantêm determinadas condutas que desmerecem as conquistas (CAVALHO, 2022; MEDEIROS et al., 2022).

Assim, a falta de apoio também de pessoas homossexuais e transexuais mostra ainda mais o preconceito vivenciado diariamente experienciado na sociedade, deixando claro aos civis que a comunidade não é bem quista. Dessa forma, mantém o medo e a reclusão social desses indivíduos, entendendo esse desprezo social extremo, podendo ser materializado em episódios de grande violência (SALVAGNI et al., 2020).

Por esta razão, à luz das reflexões trazidas por Veroneze (2022) discute-se novamente que a falta da garantia dos direitos para pessoas trans, mulheres transexuais evidenciadas nesta pesquisa, é ainda uma grande luta a ser travada frente ao preconceito social. Não se trata somente de conscientização social, mas também de encorajar e fortalecer o processo de resistência dessas mulheres, para que tenham força e respaldo a continuar seguindo em frente, lutando.

A luta pelos direitos é exaustiva, romper laços sociais com o preconceito é um caminho lento e árduo, porém necessário para uma tentativa mínima de manter o respeito entre os pares sociais, diferentes em suas questões sociais, étnicas, culturais, de gênero, dentre outras. A miscigenação social condiciona o convívio diário com personalidades deste contexto representando diferentes tribos e, por esta razão, mantendo uma relação social digna, é imprescindível que haja respeito (SALVAGNI et al., 2020).

Além deste difícil caminho em manter o respeito social para mulheres transexuais, fragilizadas duplamente, tanto pela transexualidade, quanto pela representação social do feminino; é preciso que haja a contínua luta pelo estabelecimento de direitos. A legislação tem se adaptado e aprimorado no que tange o cuidado às mulheres transexuais, criando mecanismos de punição aos agressores, porém, a luta não pode parar, visto que ainda existem fragilidades no cumprimento e estabelecimento de políticas públicas voltadas à população trans (BRASIL, 2011).

De acordo com Medeiros e autores (2022) esta tarefa de romper ou minimizar as vivências sociais pautadas no preconceito e machismo patriarcal é tida como

processual, compondo estratégias de mudança de percepções sobre o próximo, objetivando harmonia entre as relações. Dessa forma, a participação social, não somente da comunidade LGBT, se faz necessária, alcançando espaços de representatividade e escuta, mas também da própria sociedade, estando disposta às mudanças em busca de respeito mútuo.

Portanto, percebe-se a partir de toda discussão trazida nesta categoria de análise o quão violados estão os direitos das mulheres transexuais, trazendo agravos não somente para o convívio social, mas também entraves psicológicos culminando em adoecimento. A falta de direitos e a precariedade social no que tange ao respeito é preditivo ao preconceito diariamente vivido, favorecendo ao sofrimento em diferentes contextos.

4.6 A arbitrariedade da trajetória metodológica

Ainda, outra reflexão se faz necessária ao término da análise dos dados a partir das falas das participantes, agrupadas em categorias, seguindo a trajetória metodológica proposta. Essa enquanto essencial para a sustentação desta pesquisa enquanto tese é imprescindível e cabe ao pesquisador a escolha da metodologia empregada para sanar todos os objetivos propostos na pesquisa.

No entanto, reflete-se sobre a robustez e grande riqueza de dados gerados a partir das falas das participantes e, pela trajetória metodológica, parte dessas falas tornam-se inutilizadas por não apresentarem uma realidade coletiva.

Toda pesquisa social empírica seleciona evidências para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica. Assim, a finalidade da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre um assunto compreendendo que diferentes culturas constroem diferentes e específicas visões de mundo e modos de vida.

Dessa forma, segundo Barthes (1967), corpus é "uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar". Portanto, a própria metodologia proposta traz sua arbitrariedade no que tange a minúcias individuais que não são analisadas por não apresentarem uma vivência de representação coletiva, mostrando que o DSC tem um

forte componente de síntese e capacidade de abordar grandes quantidades de narrativas.

Em vias de seguir a metodologia do DSC no que se refere a saturação dos dados e finalização da pesquisa acontece quando novos documentos encontrados, novas pessoas ouvidas e suas respostas dadas passam a não acrescentar informações por essas serem repetidas à investigação. Porém, limita-se na discussão da individualidade de cada participante da pesquisa e, conseqüentemente, a perda de análise de fragmentos de falas importantes e de grandes impactos na qualidade de vida e estabelecimento de direitos.

Por esta razão, expõe-se abaixo alguns trechos individuais das falas das participantes que mostraram impacto na vida delas, mas sem terem sido associados a representação coletiva.

(...)me dá alguns bloqueios me traz alguns bloqueios esses bloqueios me acaba trazendo medo insegurança é, incertezas(...).

(...)Ai foi em 2020/2021 assim eu vi que se eu não transicionasse eu ia acabar tirando a minha vida(...).

(...)Afetou até minha libido assim(...).

(...)Então, foi não me encaixando em nenhum estereótipo, de, como eu posso dizer da palavra, não é opção, a gente não tem opção sexual, mas eu não me enquadrava, nem como gay porque não me atraía por gays, e me sentia diferente quanto a outra né, o hétero(...).

CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu discutir questões importantes sobre as vivências de mulheres transexuais dentro de um contexto social violento e o quão impactante esta realidade da violência pode direcionar os desfechos de vida dessas mulheres. A partir de toda construção desta tese e dos resultados obtidos, entendeu-se as fragilidades que o sistema social ainda oferece para estas mulheres.

Ainda, esta tese proporcionou o conhecimento da realidade do Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ enquanto um dispositivo ímpar no atendimento e acompanhamento da população LGBT em todas suas esferas de necessidade, em saúde, de assistência social, psicológica, dentre outras. Portanto, o Ambulatório se mostrou efetivo e necessário neste contexto de grande fragilização.

O ambulatório do município de Macaé tornou-se uma necessidade não só para os usuários da comunidade residentes do município, mas também enquanto referência aos municípios circunvizinhos. A equipe técnica frente a este ambulatório trata-se da composição de profissionais qualificados no acolhimento das demandas trazidas no decorrer das consultas e, além disso, uma representatividade deste público no acompanhamento clínico e na luta por estabelecimento de direitos.

Reflete-se, portanto, sobre a necessidade do entendimento das particularidades do público alvo de atendimento, para assim trazer uma qualidade assistencial de forma integralizada e individualizada. O Ambulatório LGBTQIAP+ de Macaé/RJ tornou-se referência na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, bem como a municípios pertencentes à Região dos Lagos, mostrando o trabalho positivo oferecido a comunidade LGBT.

Para tanto, a pesquisa trouxe importantes reflexões de que a violência às mulheres transexuais ainda se faz presente na sociedade, corroborando com a ausência da garantia dos direitos humanos dessas mulheres. Essa falta de estabelecimento de direitos, para além de uma questão meramente social, transpassa o cotidiano, deixando marcar físicas, curadas com o tempo, e, para além da cura, marcas nas histórias de vida de cada mulher que participou da pesquisa e se voluntariou em apresentar sua realidade.

As marcas psicológicas vão além do palpável, além daquilo que um medicamento é capaz de resolver, discute-se os traumas causados na estrutura psicológica de cada mulher. Assim, esses traumas se fazem presentes em cada

isolamento social, repreensão, choro, raiva, dentre outros. São sentimentos trazidos e carregados de peso substancial na vida de mulheres trans que experienciaram qualquer episódio de preconceito e violência.

Neste ínterim, a pesquisa trouxe a reflexão do significado das mulheres transexuais participantes sobre os atendimentos oferecidos em saúde, entendendo a complexidade da questão biológica e a tratativa dos profissionais. E, a partir das falas das mesmas, foi possível identificar o despreparo de alguns profissionais frente ao atendimento de pessoas trans, e o quanto esse despreparo impacta no estabelecimento do vínculo na relação profissional-paciente.

Ainda, expõe-se que os profissionais apresentam julgamentos pessoais a partir de suas crenças, distanciando a mulher trans da sua integralidade do cuidado, cabendo unicamente para ela suas questões particulares pertinentes ao gênero. Portanto, a violência velada, diária, ultrapassa a agressão física, mostrando-se com muito mais peso e relevância às participantes, privando-as de um atendimento digno.

Esta realidade se configura com fator agravantes aos cuidados em saúde, entendendo que o afastamento das mulheres transexuais de um atendimento em saúde digno, faz com que não procurem por estes serviços com medo de represália. Com isso, mantém-se sem cuidados em saúde, necessários para a manutenção da vida, além da própria hormonioterapia, sendo que muitas iniciam sem qualquer tipo de acompanhamento profissional.

Infelizmente, a realidade de vida das mulheres transexuais associadas ao preconceito e violência diária, não está vinculada somente aos serviços de saúde, mas como qualquer outro ambiente público que esta mulher precise acessar. A transexualidade é vista como uma aberração social e, para os preconceituosos, motivo de atenção, olhares e comentários violentos, infringindo o direito de ser dessas mulheres.

As violências vivenciadas diariamente por mulheres transexuais percorrem por todos os tipos previstos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, atribuídas ao gênero feminino. Ainda, remete-se a reflexão de que as mulheres transexuais sofrem duplamente pelos episódios violentos, pela representação do ser feminino em sociedade e, como se este já fosse condicionante ao sofrimento, a transexualidade enquanto aceitação social é passível de vivenciar situações de violência e preconceito.

Nesta reflexão, a pesquisa pode concluir que a violência traz inúmeros danos a vida das mulheres transexuais, com diversos impeditivos de estabelecimento de direitos. Acesso aos serviços de saúde, sociabilização, relacionamento conjugal, emprego formal, dentre outras discussões ao longo da pesquisa, foram questões levantadas enquanto dificuldade para mulheres trans ao acesso e qualidade de atendimento.

Não obstante, a vivência da violência diária por mulheres transexuais as distancia do envolvimento social, muitas vezes do contexto familiar, pela não aceitação e preconceito por parte de todos. A falta de acolhimento para estas mulheres as condiciona à solidão, contando apenas umas com as outras enquanto comunidade de apoio.

Nesta ideia, as instituições sociais de contato das mulheres trans como família, trabalho, estudo, apresentam, em sua maioria, posturas negativas ao acolhimento dessas mulheres e manutenção do respeito. Portanto, acaba condicionando suas trajetórias de vida com maior dificuldade, expulsão dos seus lares, dificuldade em conseguir empregos formais, direcionamento à prostituição como única forma de manter uma dignidade financeira para manter necessidades humanas básicas.

As esferas sociais condicionam a mulher transexual ao sofrimento, desmerecendo sua participação social por viver seu gênero de identidade, uma luta travada consigo mesmo, pelos moldes familiares, religiosos e sociais; e com a própria sociedade em si. Os impactos à vida dessas mulheres são extremos e preocupantes, entendendo que não tem sido possível estabelecer seus direitos previstos em lei.

Porém, enquanto fatores positivos, a pesquisa apresentou a reflexão acerca dos benefícios vivenciados por mulheres transexuais ao se depararem como uma equipe preparada ao acompanhamento das suas singularidades. O Ambulatório LGBTQIA+ de Macaé/RJ foi extremamente elogiado por todas as mulheres participantes desta pesquisa, evidenciando um ganho para elas no acompanhamento clínico do processo transexualizador.

Além disso, histórias vitoriosas de vida também foram constatadas, com apoio familiar, sucesso profissional e alcance dos objetivos de vida. Apesar desta realidade não se fazer presente em todas as participantes, menos ainda ser uma representação numerosa de falas e vivências, percebe-se que apesar de todas as dificuldades pessoais, familiares e sociais impostas, as realizações se fizeram presentes.

Enquanto fatores limitantes de pesquisa, constatou-se a realidade de Macaé/RJ enquanto município interiorano, com suas dificuldades e fragilidades para construir e aprimorar serviços inovadores de prestação de cuidado à população. Macaé, sendo pertencente da região Norte do estado, tornou-se referência a outros municípios de outras regiões, pela sua estruturação de serviços e econômica e, portanto, outros usuários acessam o Ambulatório LGBTQIA+ de Macaé/RJ, não sendo possível concretizar a realidade de mulheres transexuais do próprio município.

Ademais, a pesquisa propiciou discussões riquíssimas sobre a realidade de vida cerceada de preconceito e violência das mulheres transexuais atendidas e acompanhadas pelo Ambulatório LGBTQIA+ de Macaé/RJ e, com resultados importantes a serem perpassados em discussão contínua. Segure-se, portanto, aos representantes políticos e gestores municipais a tomada de conhecimento dos resultados desta pesquisa, visando melhorar a assistência prestada, no que compete ao serviço público, além de sensibilizar a necessidade de implementação de políticas públicas para garantia de direitos das mulheres transexuais.

Além disso, a pesquisa não se finda nesta conclusão, tampouco nesta temática observada, trazendo maiores inquietações para futuras pesquisas, cultivando o desejo de aprimorar conhecimento, lutar por questões sociais e políticas tão necessárias para a população LGBT. As variáveis apresentadas nesta tese possibilitaram a imersão em outras fontes de conhecimento, instigando a este pesquisador e/ou outros leitores, a se debruçarem na continuidade do desenvolvimento de novas pesquisas, com diferentes nuances.

Por fim, a pesquisa finalizada foi um grande aprendizado ao pesquisador responsável, trazendo além da discussão acadêmica necessária e pertinente a trajetória metodológica proposta, uma reflexão de vida. A empatia enquanto necessidade humana básica é de extrema importância a ser empregada no cotidiano de qualquer ser humano, e mostrar respeito, cuidado e empatia às mulheres transexuais é definitivamente algo que aflorou ainda mais enquanto pesquisador nesta temática.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. A. Violência e consumo de drogas em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. São Paulo, 2015.
- ALVARES, J.; PENNA, M. N.; GARCIA, L. D. M.; FALCKE, D. Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. PSI UNISC, 6(2), 139-161, 2022.
- ARAUJO, A. P. F.; COSTA, A. P.; FIGUEIREDO, B. Q.; ROSA, F. R. P. A. C.; GONÇALVES, I. O.; ALVES, J. O.; GOMES, M. J. A.; SILVA, M. H. Abordagem geral frente ao processo de transexualização: uma revisão narrativa da Literatura. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, e9511225707, 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Boletim nº 02/2020, 2020.
- BARBARA, D. R. V. O. L. S.; NASCIMENTO, A. M.; SILVA, J. P.; CARDOSO, L. S. S.; SOUZA, M. C. A (re) construção da identidade: do uso do nome social à alteração do registro civil de nascimento de pessoas trans e travestis. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2018.
- BERNARDINO, I. M.; BARBOSA, K. G. N. NÓBREGA, L. M. CAVALCANTE, G. M. S. FERREIRA, E. F., d'ÁVILA, S. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. Rev Bras Epidemiol OUT-DEZ 2016; 19(4): 740-752.
- BOFFI, L. C. & SANTOS, M. A. Percepções e Expectativas de Homens Trans Acerca dos Relacionamentos Afetivo-Sexuais Pós-Transição. Psicol. cienc. prof. 43 • 2023.
- BORGERT, V.; STEFANELLO, S.; SIGNORELLI, C. M.; SANTOS, D. V. D. A gente só quer ser atendida com profissionalismo”: experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. Physis 33 08 Set 2023.
- BUFFARA, J. M. M. Conceitos sobre gênero e diversidade: um desafio para a sociedade e o direito. Resenha. Rev. Est. Fem. 30 (1), 2022.

BRASIL. Disque Direitos Humanos – Relatório 2019. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2019.

_____. Resolução nº 580, de 22 de março de 2018.

_____. 3ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

_____. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011.

_____. 2ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2011.

_____. 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2008.

_____. Diário Oficial da União. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a violência doméstica contra a mulher. Brasília (DF); 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde,

Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRAZ, D. G. C.; REIS, M. B.; HORTA, A. L. M.; FERNANDES, H. Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta Paul Enferm* 33 • 2020.

CAMARA, A. B. P. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021.

CARREIRÃO, Y. S. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. *Opin. Publica* 21 (02) • Ago 2015.

CARVALHO, M. A.; ALTMANN, H. Escolarização de mulheres trans e travestis: violências e efeitos de vínculos de amizades. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 32, n. 72, p. 50-69, out./dez. 2023.

CARVALHO, D. N. Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro: Transativismo e humanização multimídia transmasculina. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 7, n. 3, p. 352-374, jul. 2021.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Rev. Estud. Fem.* 23 (01) • Jan-Apr 2015.

CERVI, T. A. N.; MISKOLCI, R.; SILVA, M. R. D.; PEREIRA, P. P. G. O banheiro público como dispositivo de gênero. *BAGOAS* n. 20 | 2019.

CORTES, H. M.; MORAES, A. V. C.; CANEVALLI, L. M.; PINHO, P. H. Saúde mental de mulheres transgêneras: uma revisão integrativa de literatura. *J. nurs. Health*. 2022, 12.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1163-1178, 2007.

DEPRET, D. G. Efeitos das violências interpessoais sobre a violência autoprovocada entre travestis e mulheres transexuais / Davi Gomes Depret. - 2022.

DERNER, I. L.; TOMAZELLI, N.; SILVEIRA, E.; MUNARO, C. A.; VELHO, P. S. “Respeito, mas...” uma análise do acolhimento da população transexual na atenção primária em um município de Santa Catarina. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, v. 14, n. 7, 2023, p. 11758-11775.

DEVIDES, M. B. C. A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental. Londrina, 2018.

DIAS, C., S. Vivências de gênero dissidentes em religiosidades de matrizes africanas: alguns aspectos sobre as transexualidades na religião. *Veredas da História*, [online], v. 12, n. 2, p. 11-43,dez., 2019.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FARIA, M. A. A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades / Mateus Aparecido de Faria. – Belo Horizonte, 2018.

FERREIRA, R. M.; VASCONCELOS, T. B.; FILHO, R. E. M.; MACENA, R. H. M. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(12):3937-3946, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FBSP & Instituto Datafolha. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil, 2017.

Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2020.

GIL, A. C. (Sub)notificações de violências interpessoais contra travestis e mulheres transexuais: linkage entre um inquérito populacional e o Sistema de Informação / Adriana Costa Gil. – 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas / Roberto Rocha C. Pires Organizador. - Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) [Internet]. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) [Internet]. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2010 [cited 2015 May 22]. Available from:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

JANINI, J. P.; SANTOS, R. S. Relações sócio-familiares e a construção da personalidade da pessoa transexual. *Research, Society and Development*, v.9, n.9, e677997883, 2020.

JESUS, M. K. M. R.; MORÉ, I. A. A.; QUERINO, R. A.; OLIVEIRA, V. H. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. *Interface* 27 • 2023.

JESUS, H. A. Preconceito e discriminação social [manuscrito]: a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho. / Hudson André de Jesus. - - Belo Horizonte: 2019.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: Representações Sociais e Intervenções Comunicativas. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2014 Abr-Jun; 23(2): 502-7.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero/Letícia Lanz – Curitiba, 2014.

LIMA, R. R. T.; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Revisão sistemática sobre a atenção à saúde para travestis e transexuais no Brasil. *Rev Saude Publica*. 2023; 57:19.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. Rev. Inst. Estud. Bras. (77) • Sep-Dec 2020.

LOURO, GuaciraLopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, GuaciraLopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

LUCENA, M. M.; FERREIRA, G. G.; FLOSS, M.; MELO, D. A. C. Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. Rev Bras Med Fam Comunidade. Rio de Janeiro, 2022 Jan-Dez; 17(44):2964.

MEDEIROS, B. A. O.; CAVALCANTE, D. F.; FONSECA, A. M. D.; BELO, R. C. T.; JUNIOR, J. A. S.; NASCIMENTO, E. G. C. Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans. Cadernos de Gênero e Diversidade, Vol. 09, N. 01 - Jan.-Mar., 2023

MEDEIROS, B. N.; CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-reexistência” na política brasileira. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (37) • 2022.

MELO, R. A.; SILVA, A. L. G.; COSTA, D. R. R. S.; GUIMARAES, M. C.; COQUEIRO, L. S. R.; FERNANDES, F. E. C. V. Situações de vulnerabilidade vivenciadas por pessoas transexuais. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 12, e5109, 2023.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 407 p. (Saúde em debate; 46).

MOURA, I. B. Transfobia institucional a travestis e mulheres transexuais vivendo com HIV /Isabele Barboza Moura. – 2021.

MOREIRA, M. I. C.; BRITO, C. D.; OLIVEIRA, C. M.; ALVES, C. E. R. Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. Fractal, Rev. Psicol. 30 (2) • Ago 2018.

OLIVEIRA, D. C. Representatividade da população LGBTQIA+ nas pesquisas epidemiológicas, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: ampliar a produção de conhecimento no SUS para a justiça social. Epidemiol. Serv. Saúde 31 (1) • 2022.

OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. Saude soc. 29 (1) 03 Fev 2020.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, Luiz. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1a. edição. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, M. I. Z. Nas margens do corpo, da cidade e do estado: Educação, saúde e violência contra travestis. São Paulo, 2015.

ORTIZ, A. M. N. “Dos espinhos ao botão da rosa”: Uma etnografia no primeiro centro de acolhida para Mulheres transexuais do Brasil. Itajaí, Santa Catarina, 2018.

PAIXAO, A. B. F. Violência contra travestis e mulheres trans na capital do Estado de Pernambuco, Brasil / Adson Belém Ferreira da Paixão. – Recife [s. n.], 2020.

PARDINI, B. A.; OLIVEIRA, V. H. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. Psicologia – Saberes & Práticas, n. 1, v.1, 110-118, 2017.

PAREDES, H. D. M. T. Vivências de mulheres em situação de violência interpessoal por parceiro íntimo: a contribuição do enfermeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

PEDRA, C. B. Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro. Curitiba: Appris, 2019.

PEREIRA, N. S.; TERCEIRO, B. A. M.; RODRÍGUEZ, V. B. C. Violência simbólica contra a mulher trans: um olhar me-tafísico sobre a Lei Maria da Penha. Revista Ratio Iuris, v.2, n.1, 2023.

PINTO, I. V.; ANDRADE, S. S. A.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, M. A. S.; MARINHO, M. M. A.; BENICIO, L. A.; CORREIA, R. S. B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. Rev. bras. epidemiol. 23 (Suppl 01) 03 Jul 2020

RIGOLON, M.; CARLOS, D. M.; OLIVEIRA, W. A. D.; SALIM, N. R. “A saúde não discute corpos trans”: História Oral de transexuais e travestis. Revista Brasileira de Enfermagem, 73, 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0228>.

ROSA, D. F.; CARVALHO, M. V. F.; PEREIRA, N. R.; ROCHA, N. T., NEVES, V.R.; ROSA, A. S. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. Rev Bras Enferm [Internet]. 2019;72(Supl 1):311-9.

SÁ, P. T.; CAPUTO, V. G.; MORAES, M. A. A. Percepção de pessoas transexuais sobre os atendimentos em serviços de saúde. Rev. Psicol. Saúde [online]. 2022, vol.14, n.1.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVAGNI, J.; VERONESE, M. V.; GUERIN, M.; MARQUES, S. F. Atividades consideradas "masculinas": mulheres cis e transexuais em busca de autonomia através do trabalho. Rev. psicol. polít. [online]. 2020, vol.20, n.48.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. Universidade Federal da Bahia, 2013.

SANTOS, S. R. Vivências escolares e identidade de gênero: trajetórias de pessoas travestis e transexuais. São Bernardo do Campo, 2021.

SANTOS, M. G. Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus / Márcio Gonçalves do Santos – 2019.

SCOTT, J.; OLIVEIRA, I. F. Violência contra a mulher e a saúde pública no Brasil. 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, 2018.

SILVA, R. A.; SILVA, L. A.V.; SOARES, F.; DOURADO, I. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* 27 (02) • Fev 2022.

SILVA, I. C. B.; ARAUJO, E. C.; SANTANA, A. D. S.; MOURA, J. W. S.; RAMALHO, M. N. A.; ABREU, P. A. A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. *Rev Bras Enferm.* 2022;75(Suppl 2): e20210173.

SILVA, J. F.; COSTA, G. M. C. Health care of sexual and gender minorities: an integrative literature review. *Rev Bras Enferm.* 2020.

SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A.; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Temas Livres • Physis* 27 (03) • Jul-Sep 2017.

SILVA, N. A.; LIMA, G. T. C.; MACEDO, E. C.; RIBEIRO, C. R.; AHMAD, A. F.; LEMOS, A. Acesso aos serviços de saúde no Brasil por mulheres transexuais: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, e27710212497, 2021.

SILVA, A. L. & OLIVEIRA, A. A. S. Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estud. pesquis. psicol.* [online]. 2015, vol.15, n.2.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Ver. Ter. Ocup. Univ. São Paulo.* 2015. Set-dez.; 26 (3): 364-72.

SOARES, K. R. A.; VIANNA, M. B.; FERREIRA, A. P. A transexualidade e a tradição do candomblé: gênero e cultura em debate. *Revista Interfaces.* V. 9, N. 2, 2021.

SOARES, L. S. Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde/Luciano Silveira Soares.-2018.

SOUZA, H. A.; SILVA, G. R. A.; SILVA, R. L.; SILVA, C. H. F. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. 2020, vol.23, n.2.

SOUZA, I. C.; NETO, F. P. A pessoa transgênero e a instituição familiar. 25º Seminário de Pesquisa do CCSA/UFRN – As controvérsias da Inovação e Tecnologia no mundo do trabalho. 2023.

SMITH, A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. Rev. Direito e Práx. 8 (2) • Jun 2017.

SIMÕES, J. A. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. Sex., Salud Soc. (Rio J.) (29) • Ago 2018.

TAVARES, C. V.; MACHADO, H. R. A influência da igreja católica no brasil e o estado laico. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca. v.5, n.1, dez. 2020.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física [recurso eletrônico]; tradução: Ricardo Demétrio de Souza Petersen. – 6. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2012.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. Rev. katálýsis 25 (2) • May-Aug 2022.

WHO. World report on violence and health. Geneva, 2002.

ZUCCHI, E. M.; BARROS, C. R. S.; ROBBA, B.; REDOSCHI, L.; DEUS, L. F. A.; VERAS, M. A. S. M. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública 35 (3) 25 Mar 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FACULDADE DE MEDICINA DE
CAMPOS/FUNDAÇÃO
BENEDITO PEREIRA NUNES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos

Pesquisador: HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 72907523.5.0000.5244

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.269.728

Apresentação do Projeto:

Projeto apresenta delineamento adequado e capaz de responder os objetivos da pesquisa. Trata-se de um projeto de pesquisa com abordagem qualitativa, natureza descritiva e delineamento analítico a respeito das vivências de mulheres transexuais frente a situações de violência e o desafio às políticas de saúde e de direitos humanos. A análise dos dados dar-se-á pela análise do Discurso do Sujeito Coletivo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos se inserem adequadamente no desenvolvimento do projeto de pesquisa, sendo:

- entender as formas de violência vivenciadas por mulheres transexuais no contexto social e a não garantia dos direitos humanos;
- descrever o significado de mulheres transexuais, em sua perspectiva, no contexto de acolhimento em saúde oferecido pelo ambulatório LGBTIA+;
- explicitar os entraves no acolhimento de mulheres transexuais, em sua perspectiva, referente às questões de violência vivenciadas;
- analisar o impacto da violência vivenciada na vida de mulheres transexuais para o estabelecimento dos direitos humanos e políticos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os possíveis riscos ocasionados mediante às entrevistas circundam em questões psicológicas,

Endereço: Avenida Dr. Alberto Torres, 217

Bairro: Centro

CEP: 28.035-580

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2101-2964

Fax: (22)2101-2929

E-mail: cepsh@fbpn-campos.com.br

**FACULDADE DE MEDICINA DE
CAMPOS/FUNDAÇÃO
BENEDITO PEREIRA NUNES**



Continuação do Parecer: 6.269.728

tendo em vista o resgate de memórias intensas e conturbadas para as usuárias. Vale destacar que a equipe profissional do próprio ambulatório onde será realizada a pesquisa já faz o acompanhamento destas usuárias e assumem a responsabilidade de continuidade mediante qualquer alteração de comportamento provenientes ou estimulados por esta pesquisa.

Quanto aos benefícios, espera-se ser possível trazer a discussão da falta de acesso a direitos humanos por mulheres transexuais, em ambientes de discussão acadêmica e, eventualmente, alçar voos maiores que proporcionem possibilidades significativas para a vida dessa parcela da população. A pesquisa poderá trazer subsídios de incentivo à estruturação de políticas públicas mais eficazes para mulheres transexuais, objetivando o estabelecimento de seus direitos legais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nenhum comentário ou considerações a fazer.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Esta análise considera que o projeto de pesquisa apresentou todos os requisitos exigidos e em acordo com a Resolução CNS nº 466/12, a Resolução CNS nº 510/16, a carta Circular nº. 039/2011/CONEP/CNS/GB/MS e complementares, a saber: folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos, projeto de pesquisa, orçamento financeiro, termo de consentimento livre e esclarecido, cronograma, anuência da instituição onde será realizada a pesquisa e questionário para coleta de dados.

Recomendações:

Nada a acrescentar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Como resultado desta análise e conforme estabelecido pela Resolução CNS N. 466/2012, Resolução CNS N. 510/2016, Carta Circular nº. 039/2011/CONEP/CNS/GB/MS e complementares, o projeto de pesquisa foi aprovado por seus próprios fundamentos.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado ACATA o PARECER da parecerista aprovando o Projeto de Pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida Dr. Alberto Torres, 217		CEP: 28.035-580
Bairro: Centro		
UF: RJ	Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES	
Telefone: (22)2101-2964	Fax: (22)2101-2929	E-mail: cepsh@fbpn-campos.com.br

**FACULDADE DE MEDICINA DE
CAMPOS/FUNDAÇÃO
BENEDITO PEREIRA NUNES**



Continuação do Parecer: 6.269.728

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2135146.pdf	07/08/2023 12:55:35		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3230106.pdf	07/08/2023 12:53:11	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Tese_docx.docx	07/08/2023 12:46:32	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta.pdf	07/08/2023 12:45:28	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Outros	Carta_Anuencia.pdf	07/08/2023 12:44:46	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_TCLE.pdf	07/08/2023 12:30:22	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Compromisso_pesquisadores.pdf	07/08/2023 12:25:26	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	07/08/2023 12:17:40	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	07/08/2023 12:15:32	HUGO DEMESIO MAIA TORQUATO PAREDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 30 de Agosto de 2023

Assinado por:
CARLOS ELIAS ALEXANDRINO BERNARDO
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Dr. Alberto Torres, 217
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-580
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-2964 **Fax:** (22)2101-2929 **E-mail:** cepsh@fbpn-campos.com.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Vivências de Mulheres Transexuais frente a situações de violência: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos

Nome do Voluntário: _____

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa Vivências de Mulheres Transexuais frente a situações de violência: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos, sob a responsabilidade do pesquisador Hugo Demésio Maia Torquato Paredes, a qual pretende descrever o significado de mulheres transexuais, em sua perspectiva, no contexto de acolhimento em saúde oferecido pelo ambulatório LGBTIA+; explicitar os entraves no acolhimento de mulheres transexuais, em sua perspectiva, referente às questões de violência vivenciadas; analisar o impacto da violência vivenciada, na vida de mulheres transexuais, para o enfrentamento.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista individual, a qual será utilizada um questionário pré-estruturado para condução da entrevista, contendo perguntas abertas e fechadas para melhor alcance dos objetivos.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são aqueles relacionados às questões emocionais que possam surgir a partir das entrevistas, lembrando situações de violência e não garantia dos direitos humanos e, para isso, a equipe profissional do Núcleo de Atendimento à Mulher irá se responsabilizar com os casos que exijam seguimento de avaliação clínica. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a melhora da qualidade do serviço prestado pelo ambulatório LGBTIA+ do município, assim como aprofundar a luta pelo acesso aos direitos humanos da população LGBT, garantindo respeito e igualdade de gênero.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem

nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua Governador Roberto Silveira, n 108 – Sala 204, pelo telefone (22) 98106-6652, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ – Macaé (CEP UFRJ-Macaé), através do e-mail: cepufrjmaca@macae.ufrj.br.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____/_____/_____
(Assinatura do voluntário) dia mês ano

Impressão do dedo
polegar
Caso não saiba assinar

(Nome do voluntário – letra de forma)

_____/_____/_____
(Assinatura do pesquisador) dia mês ano

(Nome do pesquisador – letra de forma)

(Assinatura da Testemunha, se necessário)

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes deste estudo ao voluntário indicado acima e/ou pessoa autorizada para consentir por ele.


_____ / /

(Assinatura da pessoa que obteve o consentimento)

dia mês ano

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé
Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 Novo Cavaleiros
Prédio do Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé- 2º andar, Bloco B, sala 205 Telefone: (22) 2141-4033
E-mail: cepufrjmacae@macae.ufrj.br

APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO CENÁRIO DE PESQUISA



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Comitê de Ética em Pesquisa
Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Referência: VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos

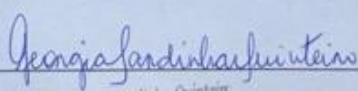
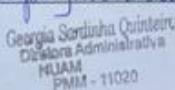
Pesquisador Responsável: Hugo Demésio Maia Torquato Paredes

Eu, Georgia Sardinha Quinteiro, ocupante do cargo de Coordenadora do Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM) da Prefeitura Municipal de Macaé, AUTORIZO a coleta de dados do projeto intitulado Vivências de Mulheres Transexuais frente a situações de violência: desafios às políticas de saúde e de direitos humanos, dos pesquisadores Hugo Demésio Maia Torquato Paredes, Lilian Sagio Cezar e Nilo Lima de Azevedo, após a aprovação do referido projeto pelo CEP UFRJ-Macaé. Reitero que esta autorização permite a coleta de dados através de acesso aos prontuários e realização de entrevistas individuais. Informo, ainda, que toda e qualquer necessidade de continuidade de acompanhamento, após as entrevistas, dar-se-á pela equipe profissional do NUAM.

Macaé, 04 de maio de 2023.

ASSINATURA: _____

CARIMBO: _____

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé
Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 Novo Cavaleiros
Prédio do Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé- 2º andar, Bloco B, sala 205 Telefone: (22) 2141-4033
E-mail: cepufrjmacae@macae.ufrj.br

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS



INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Formulário de entrevista nº:

Data:

I – Caracterização do perfil socioeconômico

1) Idade: _____ anos

2) Cor (auto referida)

☐ branca

☐ amarela

☐ parda

☐ indígena

☐ preta

☐ ignorado

3) Ocupação

☐ sim Qual? _____

☐ não

4) Escolaridade

☐ sim

☐ não

série: _____

5) Renda familiar (salário mínimo – R\$ 1.320,00)

☐ < 1

☐ 1 – 2

☐ 3 – 4

☐ ≥ 5

6) Religião

☐ sim Qual? _____

☐ não

II – Repercussões da violência

- 1) Em que momento você se percebeu enquanto mulher transexual?
- 2) Qual foi a pessoa de confiança que você se abriu primeiramente?
- 3) Comente sobre o que mudou na sua vida depois que se assumiu enquanto trans.
- 4) Qual a sua relação com sua família?
- 5) Qual sua relação com seu círculo social?
- 6) Você já viveu alguma situação de violência?
- 7) Qual tipo de violência você já viveu?
- 8) Qual local você viveu essas violências mencionadas?
- 9) De que forma essas violências mudaram sua vida?
- 10) Como você se sente diante do seu círculo de pessoas depois que começou a vivenciar a violência?
- 11) Qual sua percepção em relação aos serviços de saúde e o acolhimento de pessoas transexuais?
- 12) O que você entende como direitos humanos/sociais?
- 13) Como você se vê enquanto mulher transexual dentro da sociedade referente aos direitos humanos?
- 14) O que você pensa a respeito das políticas públicas para pessoas transexuais?
- 15) De que forma a violência restringe seus direitos?
- 16) Como você se sente sendo acompanhada pelo ambulatório de Macaé-RJ?

Hugo Demésio Maia Torquato Paredes

Doutorando responsável

Agradecemos sua disponibilidade na entrevista ressaltando que manteremos o sigilo de suas palavras e a identificação de seu nome. Obrigado!

[illegible]